

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS - CPTL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Amanda Júlia de Freitas Mariano

**A construção de uma cidade do agronegócio: a territorialização do
agronegócio em Chapadão do Sul-MS**

TRÊS LAGOAS, MS

2021

Amanda Júlia de Freitas Mariano

A construção de uma cidade do agronegócio: a territorialização do agronegócio em Chapadão do Sul-MS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Jodenir Calixto Teixeira.

TRÊS LAGOAS, MS

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

Amanda Júlia de Freitas Mariano

O avanço do atraso: a territorialização da agricultura capitalista no município de Chapadão do Sul - MS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Jodenir Calixto Teixeira.

Resultado: _____

Três Lagoas, MS, 02 de Agosto de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jodenir Calixto Teixeira
UFMS-CPTL

Prof. Dr. Thiago Araújo Santos
UFMS-CPTL

Profa. Dr^a. Marine Dubos Raoul
Membro Externo

**À minha família, minha base. Meus amigos, que tornaram a caminhada menos árdua. Meus professores, minha inspiração e exemplo de luta, principalmente, através da permanência na Universidade. E todos os pesquisadores que se dedicam em construir um país justo para todos (as)!
Dedico.**

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), pela infraestrutura e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de mestrado, que permitiu dedicação integral na pesquisa.

À minha família pelo apoio e suporte durante minha trajetória acadêmica. Em especial, ao meu pai Léo (in memoriam), que sempre me incentivou a trilhar no caminho dos estudos, essa conquista é nossa!

Ao meu orientador, que no decorrer da caminhada se tornou amigo; Jodenir. Obrigada pela paciência, orientações e principalmente, por permitir que eu fosse o sujeito da minha pesquisa, sempre me dando autonomia.

Aos meus tios, Walteir e Marisa, e primos; Marcos Willian e Leticia, que me deram todo o suporte durante o trabalho de campo, em Chapadão do Sul. Vocês foram fundamentais!

Ao meu primo; Eduardo Hartmann Mariano, que me disponibilizou o livro “Os Pioneiros”, uma das principais fontes de pesquisa desse trabalho!

Às minhas amigas-irmãs Jéssica e Larissa, companheiras de graduação, pesquisa e vida. Obrigada migas, vocês foram essenciais!

Aos amigos construídos ainda na graduação Isabela Maria, Éder Maurício, Robson Guilherme. Obrigada, nossos encontros foram respiros para continuar!

Aos amigos que a UFMS me presenteou; Amanda Baratelli, Angêlo Vieira, Dona Iolanda, Dayse Maryelle, Jaiane, Luiz Eduardo, Zé Cavalcante, Dener Nunes, Ruth Marquezani, Agdo, Nathalia Dourado, Andressa Effgen, Mario Marcio, Marcelo Ribeiro, Érica Marchi, Bruna Sampaio, Paulinho Lima, Victor Gabriel, Alessandra Pereira, Bianca Lima, Andressa Ponso, Renam (Pretinho), Juliana Adono, Diego Borges, Jhiovanna Braghin, Andressa Fernanda, André Amorim, dentre outros!

As amigas que conheci geografando pelo Brasil, e permaneceram; Anna Claudia Sachi, Jéssica Lima.

Aos amigos Bruno e Erivelton, que construí no final do mestrado, e me “salvaram” com a elaboração dos mapas, além de me confortarem em relação aos dilemas da pesquisa e da vida pós mestrado.

Ao Hermiliano, que confeccionou o primeiro mapa de localização do recorte espacial desta pesquisa, e também com a caracterização do solo de Chapadão do Sul.

Aos meus amigos de infância que permaneceram ao meu lado; Isabelle, Jair, Bruna Ramires, Camila Corrêa, Barbara Ramires, Joyce Corrêa, Laís Lomba, Clézio Lomba.

À minha afilhada amada, Helena. Que nasceu no decorrer do mestrado, me deu forças para seguir com a pesquisa, além de ser minha inspiração na construção de um mundo melhor para ela e tod@s!

À Rosemeire de Almeida Aparecida, quem me fez apaixonar pela Geografia Agrária, com suas brilhantes aulas.

À Patrícia Helena Milani, minha inspiração e maior exemplo de profissional e ser-humano. Obrigada prof^a pelo banho de conhecimento, gentileza e lucidez! Nossos diálogos foram suspiros para resistir na pós-graduação em meio aos retrocessos do atual governo.

À Marine, pelas contribuições na disciplina de seminário e também no exame de qualificação, e pela disposição em sempre me ouvir em meio a uma aula e outra de francês.

Ao Thiago, por também contribuir com o projeto na disciplina de seminário e também no exame de qualificação, além das valiosas indicações bibliográficas, e sugestões para o trabalho de campo.

A todo o corpo discente da Geografia/CPTL e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

Uns fazem da ciência instrumento de ascensão social e envolvimento político, outros procuram colocar o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social (Ariovaldo Umbelino de Oliveira).

RESUMO

O município de Chapadão do Sul se destaca entre as “cidades do agronegócio”, famoso pelas técnicas modernas presentes na produção agrícola e, também, por ser novo (pouco mais de 32 anos) e se destacar no âmbito da agricultura capitalista. Chapadão do Sul “nasceu” em um contexto de avanço deste modelo produtivo agrícola na região Centro-Oeste, com destaque para o estado de Mato Grosso do Sul (estado em que o município é pertencente). Atrelado a todo o contexto de mudanças ocorridas do âmbito da agricultura no cenário regional, tem a formação do município, pensado e organizado para ser o que de fato se transformou, um município onde a economia, cultura, costumes e serviços giram entorno da agricultura. Chapadão do Sul e o estado de Mato Grosso do Sul são laboratórios vivos para o estudo da Geografia Agrária, pois, o histórico de formação desses lugares e todo o envolvimento e relação entre Estado e latifundiários, nos permite compreender um pouco da lógica agrária capitalista imposta no território brasileiro desde a colonização, onde a terra se tornou um trunfo e as políticas foram todas no intuito de cercear o direito a ela. Nesse sentido, nossa pesquisa busca expor e explicar a lógica capitalista da terra presente em Chapadão do Sul desde a sua formação, contextualizando as políticas regionais e estaduais que influenciaram diretamente na formação do município. Nosso objetivo geral é analisar a territorialização do agronegócio, a partir do campo, da análise de dados e da leitura do referencial teórico ficou evidente a forma como o agronegócio se desenvolve no município e que a economia local gira entorno das atividades que ocorrem no campo.

Palavras-chave: territorialização do agronegócio; cidade do agronegócio; Chapadão do Sul; agronegócio

RÉSUMÉ

. La commune de Chapadão do Sul se démarque parmi les "villes de l'agrobusiness", connues par les techniques modernes utilisées dans la production agricole et aussi en raison de la jeunesse de la commune (à peu près 32 ans), se distinguant ainsi dans le domaine de l'agriculture capitaliste. Chapadão do Sul est née dans le contexte de l'avancée du modèle productif agricole dans la région Centre-Ouest, tout particulièrement dans l'Etat du Mato Grosso do Sul (Etat dans lequel se trouve la commune étudiée). La formation de la commune est étroitement liée aux changements qui ont eu lieu dans le domaine de l'agriculture dans le scénario régional et s'est transformée en une commune ayant son économie, sa culture, ses habitudes et ses services tournés vers l'agriculture. Chapadão do Sul et le Mato Grosso do Sul sont de véritables laboratoires pour les études de Géographie Agraire, car en effet, l'histoire de la formation de ces lieux et l'ensemble des relations entre l'Etat et les propriétaires fonciers, nous permettent de comprendre la logique agraire capitaliste imposé au territoire brésilien depuis l'époque coloniale, où la terre est devenue un atout et les politiques ont toutes été faites dans le but de la garantir. Dans cette optique, notre recherche expose et explique la logique capitaliste de la terre à Chapadão do Sul depuis sa formation, en contextualisant les politiques régionales et d'Etat qui ont directement influencés sa construction. Notre objectif est d'analyser la territorialisation de l'agrobusiness à partir du rural, de l'analyse des données et de la lecture du référentiel théorique mettant en évidence la manière dont l'agrobusiness se développe dans la commune et dont l'économie locale tourne autour des activités du monde rural.

Mots clés : territorialisation de l'agrobusiness ; ville de l'agrobusiness ; Chapadão do Sul ; agrobusiness

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O avanço do atraso: a territorialização do agronegócio em Mato Grosso do Sul.....	16
1.1 A primeira tentativa de ocupar a região Centro-Oeste e o poder exercido na região pela Companhia Matte Laranjeira	18
1.2 A segunda tentativa de ocupação da região Centro-Oeste, apoiada na política Getulista “Marcha para Oeste”	20
1.3 A criação de Superintendências, leis, decretos, programas e planos para orientar a ocupação produtiva da região.....	25
1.4 A efetivação da modernização da agricultura brasileira no território Sul-matogrossense	28
1.5 A representatividade da atividade pecuarista em Mato Grosso do Sul.....	29
1.6 A chegada do eucalipto no estado com a promessa da chegada da modernidade.....	31
1.7 A territorialização do monocultivo de eucalipto na região do Bolsão, no Mato Grosso do Sul	34
1.8 A territorialização do monocultivo canavieiro Em Mato Grosso do Sul	38
1.9 A relevância do monocultivo de soja em Mato Grosso do Sul	45
1.10 A relevância da sojicultura no município de Chapadão do Sul - MS.....	54
1.11 A “base” construída em Mato Grosso do Sul por meio de leis, decretos e programas que contribuíram para a territorialização do agronegócio no estado	55
2. A história por trás da formação de Chapadão do Sul; territorialização do agronegócio, oligarquias agrárias e concentração fundiária	61
2.1 A história de formação oficial de Chapadão do Sul, enquanto município	61
2.2 A visão empresarial do comendador de terras Júlio Alves Martins sobre Chapadão do Sul	64
2.3 As principais famílias que idealizaram um município referência nacional nas produções agrícolas ligadas ao agronegócio.....	66
2.4 A atuação das oligarquias agrárias em municípios de intensa atuação do agronegócio	69
2.5 A expansão das atividades agrícolas em áreas de cerrado.....	72
2.6 O empenho de Júlio Alves Martins em tornar Chapadão Do Sul um município oficialmente.....	73
2.7 O cenário capitalista da terra: escala regional e local.....	75
2.8 Os níveis nacional e estadual de concentração fundiária que legitimam a terra concentrada em Chapadão do Sul	76
2.9 A relevância do município no Brasil dos agronegócios	79

2.10 Aliança terra-capital para a territorialização do agronegócio	81
2.11 A ideologia Geográfica para formação de Chapadão do Sul	82
2.12 A intensa territorialização da agricultura capitalista no município de Chapadão do Sul	85
2.13 A lógica global imposta à Chapadão do Sul	90
2.14 Série histórica com os mapas de uso e cobertura do município de Chapadão do Sul – MS, anos: 1990, 2000, 2010 e 2019	95
3 - Cidades do agronegócio: O rural atuando sobre o urbano - contextualização do município de Chapadão do Sul-MS.....	100
3.1 Chapadão do Sul, a cidade do agronegócio	100
3.2 Os indicativos da dependência da cidade ao campo, em Chapadão do Sul-MS	101
3.3 A ideologia geográfica atuando no núcleo urbano	106
3.4 A centralidade de coesão da Avenida Brasil.....	109
3.5 Agronegócio versus Pandemia	113
3.6 As desigualdades socioespaciais em uma cidade do agronegócio	116
Considerações Finais.....	130
Referencias Bibliográficas.....	132

LISTA DE SIGLAS

CAN - Colônias Agrícolas Nacionais

CAND - Colônia Agrícola de Dourados

CANG - Colônias Agrícolas, dentre elas, a Colônia Agrícola de Goiás

CIA - Companhia

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MIDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

MS - Mato Grosso do Sul

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PLADESCO- Plano de desenvolvimento Econômico e Social para o Centro-Oeste

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRÓALCOOL- Programa Nacional do Alcool

PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados

PRODOESTE - Programa de desenvolvimento do Centro-Oeste

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Uso e cobertura do solo no município de Chapadão do Sul – MS para ano de 1990	95
Mapa 2: Uso e cobertura do solo no município de Chapadão do Sul – MS para ano de 2000	96
Mapa 3: Uso e cobertura do solo do município de Chapadão do Sul – MS no ano de 2010	97
Mapa 4: Uso e cobertura do solo no município de Chapadão do Sul – MS no ano de 2019	98
Mapa 5: Localização do núcleo urbano de Chapadão do Sul - 1990	103
Mapa 6: Localização do núcleo urbano de Chapadão do Sul - 2000	104
Mapa 7: Localização do núcleo urbano de Chapadão do Sul - 2010	104
Mapa 8: Localização do núcleo urbano de Chapadão do Sul - 2020	105

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Região dos Ervais do Brasil abrangendo áreas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina Paraná e Mato Grosso.....	Error! Bookmark not defined.
Figura 2: Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul ..	Error! Bookmark not defined.
Figura 3: Mapa do uso e ocupação do solo da Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema – Com destaque para a cana-de-açúcar em 2003	Error! Bookmark not defined.
Figura 4: Mapa do uso e ocupação do solo da Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema – Com destaque para a cana-de-açúcar em 2015	Error! Bookmark not defined.
Figura 5: Evolução da área plantada de soja: 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015 em Mato Grosso do Sul.....	Error! Bookmark not defined.
Figura 6: Mapa de uso e cobertura da terra em Mato Grosso do Sul, em 1990..	Error! Bookmark not defined.
Figura 7: Mapa de uso e cobertura da terra em Mato Grosso do Sul, em 2000..	Error! Bookmark not defined.
Figura 8: Mapa de uso e cobertura da terra em Mato Grosso do Sul, em 2010..	Error! Bookmark not defined.
Figura 9: Mapa de uso e cobertura da terra em Mato Grosso do Sul, em 2019..	Error! Bookmark not defined.
Figura 10: Município de Chapadão do Sul	Error! Bookmark not defined.
Figura 11: Chapadão do Sul - vista de helicóptero.....	Error! Bookmark not defined.
Figura 12: Escola Estadual Augusto Krug Netto	Error! Bookmark not defined.
Figura 13: Aeroporto Júlio Alves Martins.....	Error! Bookmark not defined.
Figura 14: Sacas de algodão colhido, na entrada do município	88
Figura 15: Empresa de Tecnologia em Máquinas Agrícolas - MOSENA.....	Error! Bookmark not defined.
Figura 16: Empresa de instrumentos agropecuários - Produtiva.....	92
Figura 17: Empresa distribuidora Syngenta - Agromano	93
Figura 18: Empresa de cereais e transporte - Dalbosco	944
Figura 19: Estátua de um trator na entrada do núcleo urbano do município de Chapadão do Sul.....	106
Figura 20: Estátuas da chaleira e do chimarrão	1077
Figura 21: Sindicato Rural Patronal de Chapadão do Sul - MS.....	108
Figura 22: Mosaico com imagens dos estabelecimentos comerciais da Avenida Brasil	112
Figura 23: Lateral e frente de uma casa do bairro Espatódia	117
Figura 24: Casa luxuosa localizada no Centro	Error! Bookmark not defined.
Figura 25: Casas luxuosa localizada no Centro	Error! Bookmark not defined.
Figura 26: Casa luxuosa localizada no Centro	118
Figura 27: Entrada do Condomínio Fechado Residencial Parque dos Eucaliptos	1211
Figura 28: Lagoa (artificial) do Residencial Parque dos Eucaliptos.....	1222
Figura 29: Estrutura do Residencial Parque dos Eucaliptos.....	1222
Figura 30: Propagada do Condomínio Residencial Parque dos Eucaliptos	1233
Figura 31: Casa popular no Bairro Esplanada V, sem a ligação de água	1255
Figura 32: Casa popular no Bairro Esplanada V, sem ligação de água	1255

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ranking dos cinco municípios com maiores áreas plantadas de eucalipto em hectares no Brasil.....	36
Tabela 2: Área plantada e colhida de Cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul – Hectares.....	42
Tabela 3: Ranking dos 9 municípios com maiores áreas plantadas de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul – hectares	43
Tabela 4: Série histórica avanço da soja em área plantada no Mato Grosso do Sul (hectares)	48
Tabela 5: Principais estados brasileiros produtores de soja por área plantada, em 2019	51
Tabela 6: Principais municípios produtores de soja por área plantada no Mato Grosso do Sul, em 1990.....	51
Tabela 7: Principais municípios produtores de soja por área plantada no Mato Grosso do Sul, em 1995.....	51
Tabela 8: Principais municípios produtores de soja por área plantada no Mato Grosso do Sul, em 2000.....	52
Tabela 9: Principais municípios produtores de soja por área plantada no Mato Grosso do Sul, em 2005.....	52
Tabela 10: Principais municípios produtores de soja por área plantada no Mato Grosso do Sul, em 2010.....	53
Tabela 11: Principais municípios produtores de soja por área plantada no Mato Grosso do Sul, em 2015.....	53
Tabela 12: Principais municípios produtores de soja por área plantada no Mato Grosso do Sul, em 2019.....	553
Tabela 13: Série histórica avanço da soja em área plantada no Chapadão do Sul-MS (hectares).....	555
Tabela 14: Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária (2014).....	55
Tabela 15: Estrutura Fundiária do Brasil - 2018.....	77
Tabela 16: Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul – 2018.....	77
Tabela 17: Estrutura Fundiária de Chapadão do Sul – 2018.....	77
Tabela 18: Área ocupada pelos estabelecimentos em Chapadão do Sul	863
Tabela 19: As principais produções de lavouras em Chapadão do Sul (ton.)	87
Tabela 20: Dez produtos mais exportados pelo Brasil em 2019	87
Tabela 21: Produção de algodão herbáceo em Chapadão do Sul em 2019	88
Tabela 22: Número de estabelecimentos agropecuários com efetivo da pecuária (Unidade) em 2019.....	Error! Bookmark not defined. 89
Tabela 23: Produções de produtos da lavoura permanente do município de Chapadão do Sul – 2017.....	89

INTRODUÇÃO

O Brasil segue a lógica capitalista da terra, presente desde a colonização do país. As sesmarias, a Lei de Terras de 1850 e uma infinidade de leis e decretos foram formulados no intuito de brechar o acesso à terra de negros, índios, trabalhadores rurais, mulheres e das camadas populares mais pobres.

A partir da configuração agrária imposta ao território brasileiro, constituiu-se um país com níveis altíssimos de concentração fundiária e uma economia baseada na produção agrícola de bens primários para exportação. Séculos se passaram e a terra continuou a servir de trunfo, mercadoria, estando a maior parte nas mãos de poucos homens e corporações.

Contudo, no decorrer desses mais de 500 anos de história brasileira, houve manifestações, reivindicações, pressões e luta na busca de reforma agrária e, apesar de inúmeras vitórias, ainda permanece uma estrutura fundiária injusta. Também, permanece uma produção agrícola baseada na produção de bens primários, mas, a partir da década de 1950, ocorreram alterações na base técnica produtiva de parte da produção agrícola, com a chamada modernização (conservadora) da agricultura. Isso contribuiu para aumentar a produção, porém, não alterou a estrutura fundiária.

Questões ligadas a terra se tornam ainda mais intensas em estados como Mato Grosso do Sul, onde as atividades ligadas à terra são, muitas vezes, a base da colonização e também da economia, tornando o estado um laboratório riquíssimo para estudos da Geografia Agrária, passando desde conflitos territoriais à territorialização do agronegócio.

No estado de Mato Grosso do Sul, o processo de modernização da agricultura se efetivou na década de 1970. O estado que já era um dos maiores em concentração fundiária no país, com uma base econômica baseada em atividades ligadas a terra, serviu como um paraíso para a territorialização da agricultura capitalista.

Chapadão do Sul, nosso recorte espacial de pesquisa, não foge à lógica agrária brasileira e reafirma a conotação de mercadoria dada a terra desde os primórdios da institucionalização do território brasileiro.

O município se constituía enquanto tal, a partir da visão capitalista e colonialista dos imigrantes. Um município formado para o agronegócio e que se

destaca enquanto produtor de commodities, com técnicas modernas para alavancar a produção, otimizando os lucros.

Nesse sentido, buscamos compreender a luz da Geografia Agrária as razões que levaram Chapadão do Sul a ter a relevância que tem no Brasil dos agronegócios. Analisar a formação e, sobretudo a colonização de Chapadão, se mostrou fundamental, já que os primeiros migrantes sulistas chegados ao município tinham um objetivo com aquelas terras. Sendo o de capitalizar as terras, através de monocultivos. De início percebemos há forte relação da agricultura capitalista com na cidade, o que tornou necessário que redefiníssemos alguns de nossos objetivos específicos, pois a análise ficaria incompleta sem que analisássemos a relevância da produção agrícola para à cidade.

Para tanto, estabelecemos como objetivo geral “analisar a territorialização do agronegócio em Chapadão do Sul”. E para auxiliar o objetivo geral e tornar a análise mais completa estabelecemos como objetivos específicos: verificar o processo de ocupação da região Centro-Oeste e se ele influenciou para/na territorialização do agronegócio no município de Chapadão do Sul-MS; analisar a atuação do rural sob o urbano, haja vista o caráter de “cidade do agronegócio” de Chapadão e; caracterizar a produção agropecuária do município.

Para alcançarmos os objetivos propostos, utilizamos a metodologia de levantamento e análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE, também fizemos levantamento bibliográfico com pesquisas acerca da temática estudada, além de trabalho de campo com entrevistas.

No âmbito das entrevistas¹, cinco foram realizadas com funcionários de lojas do município de Chapadão do Sul, e também entrevistamos alguns moradores do bairro Espatódia, escolhidos aleatoriamente, de acordo com a disponibilidade deles em responder as perguntas. Como metodologia das entrevistas pré-estabelecemos algumas perguntas para os funcionários das lojas, com o objetivo de evidenciar se as atividades ligadas ao agronegócio permaneceram mesmo com a pandemia, se aquelas lojas atendiam apenas Chapadão ou outros municípios. As entrevistas feitas com a população do bairro Espatódia, objetivou compreender a relação deles (a população) com o modelo agrícola presente no campo, que se desdobra na cidade.

¹ As perguntas e respostas das entrevistas estarão disponíveis na seção anexos.

Assim, a pesquisa se dividiu em três seções além desta introdução, considerações finais e referências. Na primeira intitulada “O avanço do atraso: a territorialização do agronegócio em Mato Grosso do Sul”, buscamos analisar a colonização de Mato Grosso do Sul desde o processo de ocupação da região Centro-Oeste, identificando a conotação de mercadoria que foi dada a terra e toda apropriação capitalista que se deu no território sul-mato-grossense.

Na seção dois intitulada: “A história por trás da formação de Chapadão do Sul; territorialização do agronegócio, oligarquias agrárias e concentração fundiária”, buscamos contar a história da formação do município desde quando a área do atual Chapadão do Sul pertencia ao município de Cassilândia. Revelando a intenção dos imigrantes para com aquelas terras e todo o interesse em inserir a agricultura do município nos moldes da agricultura capitalista, vigente em grande parte do território brasileiro. Nessa seção abordamos a história das principais famílias que tiveram grande influência para a atual estrutura agrária do município.

Evidenciando presença do agronegócio no município e sua raiz de instalação em Chapadão do Sul, atrelando-o à forte concentração fundiária, pois, por ser um município com produções de commodities, que para serem lucrativas devem ser cultivadas em extensas áreas, faz-se perpetuar essa histórica concentração. Também nessa seção, apontamos as principais produções agropecuárias do município, apresentando sua estrutura produtiva e dinâmica agrária.

A seção três “Cidades do Agronegócio: O rural atuando sobre o urbano, uma contextualização do município de Chapadão do Sul–MS”, surgiu a partir da escrita de um artigo na disciplina: “A produção territorial da cidade e do urbano”, ministrada pela Profa. Dra. Patrícia Helena Milani, e do posterior trabalho de campo, onde percebemos como o agronegócio atua diretamente no núcleo urbano de Chapadão, por meio das empresas instaladas na cidade, atendendo demandas do campo, influenciando a cultura local, vestimentas, estilo musical, festas e identificação da população com o modelo instaurado no campo (este último percebemos com as entrevistas). Nesse sentido, se tornou importante e necessário analisar o núcleo urbano de Chapadão do Sul, tendo em vista todos os elementos que indicavam que Chapadão era uma cidade do agronegócio.

No decorrer da pesquisa muitos foram os desafios, inicialmente o de encontrar bibliografias sobre o município, que não fosse relacionada a ciências exatas da terra.

A carência de bibliografia sobre as questões sociais que envolviam o município foi o primeiro “empecilho”. Seguido disso, o trabalho de campo, feito em agosto de 2020, “ano pandêmico”, mas período em que iniciou as flexibilizações para abertura dos comércios no município. Mesmo com as flexibilizações, o trabalho de campo sofreu alterações, sendo uma a ida ao Sindicato Rural Patronal, pois estava fechado devido à pandemia. E também a ida as propriedades rurais, que também foi inviabilizada devido à pandemia.

1. O avanço do atraso: a territorialização do agronegócio em Mato Grosso do Sul

A formação do estado de Mato Grosso do Sul se iniciou pautado na lógica capitalista da terra, por meio do processo de apropriação de terras, sendo o cerne da atual configuração agrária do estado a política de incentivos fiscais e creditícias formulada pelo Governo Federal e que permitiu às empresas nacionais e multinacionais se instalarem no território, além de transformar os capitalistas da cidade em empresários rurais, acentuando a concentração fundiária e transformando a terra em mercadoria.

Corroboramos com Stédile:

E, por outro lado, em vastas regiões, a grande propriedade capitalista avançava e concentrava mais terra, mais recursos, no geral, havia uma tendência histórica, natural da lógica de reprodução capitalista, de que a propriedade da terra, que já nasceu em bases latifundiárias, continuava na média se concentrando ainda mais (STÉDILE, 1997, p.12).

Nessa perspectiva, dialogamos com Saquet (2013) ao afirmar que além de abrigo, o território também atua como receptor de investimentos, assim, compreendemos o modelo capitalista agrário em que está inserido Mato Grosso do Sul.

Martins (1981) assevera sobre a mercantilização da terra:

Assim como a força de trabalho se transforma em mercadoria no capitalismo, também a terra se transforma em mercadoria. Assim como o trabalhador cobra um salário para que sua força de trabalho seja empregada na reprodução do capital, o proprietário da terra cobra uma renda que ela possa ser utilizada pelo capital ou pelo trabalhador (MARTINS, 1981, p.160).

A ideologia de mercantilização da terra decorre da Lei nº601 de 1850, a Lei de Terras, onde as propriedades só poderiam ser adquiridas mediante a compra. Stédile (1997) afirma que a lei discriminava pobres e escravos recém-libertos, pois nenhum desses possuíam recursos para a compra das terras.

Nessa lógica está inserido Mato Grosso do Sul, que teve os primeiros resquícios de ocupação quando o estado ainda era pertencente a Mato Grosso, com a atividade de mineração, no período colonial (1530-1815). A mineração atraiu certa quantidade de migrantes para a região, contudo, no final do século XVIII houve o declínio da atividade mineradora (TEIXEIRA e HESPANHOL, 2006).

Posteriormente ao extrativismo mineral, no século XIX, emergiram as atividades voltadas para a pecuária. Melo (2014) afirma que as atividades sucessoras da mineração tiveram suas bases no latifúndio, controladas pelas oligarquias, com interesse em controlar o Estado e a regularização das terras devolutas do Estado.

A regularização das terras de Mato Grosso foi baseada na Lei de Terras de 1850, como em todo o território brasileiro. Segundo Moreno (1994) a lei reconhecia o direito à propriedade de terras devolutas situadas no estado, mas a autora esclarece que a Lei foi adaptada para atender os interesses dos grandes proprietários de terras, com dilação de prazos para regulação fundiária e meios para a regulamentação das terras que estivessem ocupadas e cultivadas.

A história de Mato Grosso se confunde a de todo o território brasileiro, onde grandes proprietários sempre encontraram mecanismos para regulamentar suas propriedades ilegais, em detrimento dos pequenos produtores que via de regra sempre foram excluídos das políticas creditícias entre outras vantagens (quase) sempre destinadas a grades produtores. Moreno (1994, p.68-69), traz detalhes das leis e decretos que contribuíram para manutenção da terra nas mãos de grandes proprietários de terra:

Desse modo, a primeira lei de terras do Estado (Lei nº20/1892) e o seu regulamento (Decreto nº38/1893) deram garantias à regularização das ocupações “consolidadas”, sesmarias e posses até 15/11/1889 alterando, assim a data limite de 1854 estabelecida pela Lei de 1850. Asseguraram também o direito de preferência para compra das terras devolutas que estavam sob o domínio particular, cujos títulos não preenchiam os requisitos exigidos para legitimação ou revalidação. Como essas ocupações ocorriam em grandes áreas, favorecidas pela economia do Estado que se baseava na agricultura, no pastoreio e na exploração extrativa vegetal (erva-mate, borracha, poaia), a Lei estava beneficiando, essencialmente, os grandes proprietários (posseiros). Portanto, mesmo tendo assegurado o direito de preferência para compra das terras devolutas ocupadas, a Lei excluía os pequenos posseiros desse benefício, vez que estes não podiam efetuar a sua compra, nem fazer face ao sistema de produção vigente na época (MORENO, 1994, p. 68-69).

1.1 A primeira tentativa de ocupar a região Centro-Oeste e o poder exercido na região pela Companhia Matte Laranjeira

Teixeira e Hespanhol (2006) remetem ao período de estagnação demográfica e econômica da região Centro-Oeste após o extrativismo mineral. Os autores alegam que na metade do século XIX, houve a guerra com os paraguaios, atraindo uma massa de pessoas, mas, posteriormente, a região voltou a ser esquecida. Contudo, decorrente da guerra, o General Câmara e os soldados participantes da guerra, levaram para o sul do país informações colhidas durante a guerra com o Paraguai, sobre as potencialidades da região Centro-Oeste.

O General Câmara observou durante a guerra, as extensas áreas de ervais no atual Mato Grosso do Sul, elas eram pertencentes à Companhia Matte Laranjeira, de Thomaz Laranjeira, este possuía a concessão do Governo para explorar os ervais e, devido ao progresso nos negócios, o Governo aumentou o prazo da empresa para a exploração dos ervais (TEIXEIRA e HESPANHOL, 2006).

A figura 1 demonstra a área inicial ocupada pela erva-mate.

Figura 1 - Região dos Ervais do Brasil abrangendo áreas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina Paraná e Mato Grosso



Fonte: FILHO, Virgílio Corrêa. Ervais e Eruateiros. Documentário da vida rural. Ministério da Agricultura. RJ. 1957. p.8

Moreno (1994) alertou sobre o poder econômico que a Matte Laranjeira tinha, além de manter relações estreitas com o Estado, o que lhe proporcionava privilégios como a renovação dos contratos e impunidade em relação aos danos ambientais e sociais causados por ela.

As comunidades indígenas Kaiowá e Guarani estão entre os mais prejudicados pelos empreendimentos da Cia Matte Laranjeira, dado que havia exploração da erva mate em terras indígenas. Mota (2011, p.115-116) aponta a perda do controle territorial das comunidades Kaiowá e Guarani, “[...] Após a guerra se consolidou a primeira atividade comercial nos territórios Guarani e Kaiowá com a exploração da erva mate pela Companhia Matte Laranjeira”.

Além da exploração da erva mate em terras indígenas haviam índios trabalhando para a Matte Laranjeira. Brand et al (2005, p.) relatam que há áreas da região onde Cia Laranjeira atuava, em que o contingente de trabalhadores indígenas era superior ao número de trabalhadores paraguaios. Os autores apontam o trabalho na coleta da erva como única alternativa de trabalho assalariado.

Brand et al detalham sobre a mão de obra nos ervais:

No Relatório do funcionário do SPI (BARBOZA, 1927), encontramos a informação de que a “proporção de índios Caiuás empregados na elaboração da herva, sobre o operário (não-indígena), é, em média, de 75%, na região de Iguatemi” (p. CXXXIV). Informa ainda que nos demais estabelecimentos ervateiros visitados, “a quantidade de índios que nelles trabalham é sempre superior ao trabalhador paraguayo” (idem). No mesmo Relatório, Barboza cita o estabelecimento ervateiro de Mangahy onde a “população indígena seria superior a 200 índios” (p. CXXXIV). As informações deste servidor são importantes porque conhece bem a região, pois já encontramos relatórios seus sobre a situação desses índios, datados de 1923 (BRAND et al, 2003, p.3).

Além da exploração de mão de obra e das terras indígenas, a Companhia detinha uma política de segurança própria para dizimar indígenas, vigiar os ervais e controlar os trabalhadores. Melo (2015, p.28) reitera que quando a Cia não expulsava os indígenas de seus territórios, “[...] utilizava-os como mão de obra nos ervais”.

Dentre os danos ambientais causados pela Cia Matte Laranjeira está à perda do cerrado, pois a Companhia desmatava extensas áreas de vegetação nativa para plantar os ervais, conforme afirma Guijarra (2008, p. 4) “[...] esse desenvolvimento ocorreu em detrimento da esfera ambiental, com graves consequências à vegetação

original. O processo de retirada desta última teve início com a exploração dos ervais nativos pela Cia. Matte Laranjeira [...]”.

Em 1907, a Companhia Matte Laranjeira propôs a prorrogação do contrato de arrendamento até 1930, haja vista que a data para término seria em 1916, porém o governo não aceitou. A empresa tinha o interesse em manter os negócios, afinal os lucros exorbitantes da Companhia eram “maiores do que a arrecadação anual de Mato Grosso” (NAGLIS, 2014, p. 29).

Em 1930, a região Centro-Oeste tomou novos contornos com a política nacionalista de Getúlio Vargas. Bianchini (2000) desnuda sobre as divergências da política nacionalista de Vargas e a configuração da empresa Cia Matte Laranjeira, de acordo com o autor (p.199), “[...] seus capitais estavam na maioria na Argentina, como também a mão-de-obra era em sua maior parte constituída por estrangeiros (paraguaios)”.

A política de Vargas passou a atacar a Matte porque a Empresa poderia atrapalhar os planos de ocupação do Centro-Oeste, já que ocupava boa parte das terras ricas e agricultáveis, impedindo a políticas de colonização (MOREIRA, 2012, p.7).

1.2 A segunda tentativa de ocupação da região Centro-Oeste, apoiada na política Getulista “Marcha para Oeste”

Com o Estado Novo, surge a política desenvolvimentista e de colonização das regiões de fronteira, sobretudo, das regiões Norte e Centro-Oeste. Intitulada “Marcha para Oeste”, em 1938, a política Varguista intencionava o povoamento das fronteiras e sua integração ao todo do país, visto a distância delas aos grandes centros comerciais (NAGLIS, 2014).

A fronteira é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, torna-se uma região estratégica para o Estado que se empenha em sua rápida estruturação e controle (BECKER, 1994, p.11).

Para atingir o objetivo de integração, o Governo Vargas dispôs de programas, leis e decretos que incentivaram a ocupação produtiva da região Centro-Oeste. Nas palavras de Teixeira e Hespanhol (2006, p. 57) “[...] Esse Governo viabilizou a construção de rodovias, ferrovias, além de eliminar barreiras alfandegárias, facilitando o comércio entre essa região e outras partes do país, principalmente com

o Sudeste.”. Outra artimanha de Getúlio Vargas foi a de anunciar a região como repleta de “espaços-vazios”, na intenção de atrair grandes fluxos migratórios, porém, esta era uma inverdade, afinal, na região havia comunidade indígenas, posseiros, e também a Companhia Matte Laranjeira.

Embora, muitos autores utilizem o termo “espaços-vazios”, nós o abordaremos sob a perspectiva de Milton Santos, usando o termo “fundos territoriais”, ou seja, áreas de soberania nacional ainda não incorporadas no tecido do espaço produtivo.

Oliveira (2013, p.17) assevera sobre o sul de Mato Grosso ser um dos focos da política, pois com a Marcha para Oeste “[...] o sul de Mato Grosso, considerado desprotegido militarmente, tornou-se alvo a ser atingido, para nele implementar projetos que garantissem coincidir as fronteiras políticas com as fronteiras econômicas”.

[...] a decisão de interferir na região pautava-se na política de nacionalização das fronteiras. A existência de uma empresa mais estrangeira do que nacional na área fronteira pode ter sido um dos motivos para que o Governo Federal decidisse pelo fim do arrendamento das terras ervateiras, pois manter uma empresa considerada estrangeira numa fronteira desprotegida militarmente era para preocupar qualquer governante. Contudo, tratando-se de um governo nacionalista, como o de Vargas, se pode ter uma ideia acerca da elaboração do plano governamental Varguista para tirar as possibilidades de renovação da concessão à Matte e povoar a área por meio da colonização estatal [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 22-23).

Para efetuar sua política de colonização na região fronteira, Getúlio Vargas dispôs da criação das Colônias Agrícolas, dentre elas, a Colônia Agrícola de Goiás – CANG, criada em 1941, e a Colônia Agrícola de Dourados – CAND, criada em 1943, as quais tiveram maior relevância na região. Freitas e Mello (2014, p. 472) confirmam: “[...] o Estado, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), difundiu o discurso da Marcha para o Oeste, até sua materialização por meio das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN).

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) se destacaram das demais, pois conseguiram materializar deliberações definidas pelos decretos reguladores das ações da Marcha para o Oeste (FREITAS e MELLO, 2014, p. 475).

O ideário nacionalista de Getúlio Vargas teve nas Colônias Agrícolas o suporte do programa Marcha para Oeste, ademais, por meio desse programa o

governo Vargas lançou a “ideia de difundir um novo Brasil em meio às dificuldades econômicas da sociedade e teve muito êxito entre os milhões de desempregados”, que veio a calhar com o programa, no objetivo de integrar a região Centro-Oeste (SILVA, 2016, p. 31). Os fundos territoriais eram vistos como espaços a ser conquistados, atraindo grande contingente populacional, diminuindo os inchaços e conflitos sociais e econômicos presentes nas cidades das outras regiões (SILVA, 2016, p. 31).

Para minimizar os problemas do desemprego dos centros urbanos, o governo Vargas incentivou a migração da população localizada nas regiões consideradas críticas, como o Nordeste, para os chamados vazios demográficos, que nada tinham de vazio, que deveriam ser ocupados, como o Centro-Oeste. Embora houvesse uma desarticulação econômica do território CentroOestino, nessa região havia, além dos índios, trabalhadores de garimpos, fazendas e moradores das cidades e vilas (SILVA, 2016, p. 30).

Teixeira e Hespanhol (2006) afirmam que as colônias atraíram um considerável número de pessoas para o Centro-Oeste (como objetivava o governo). Mas, apesar da atração de um grande contingente populacional a região apresentava pouca (ou quase nenhuma) infraestrutura, o que dificultava a ligação com os centros econômicos.

Como já dito, as colônias agrícolas objetivavam a ocupação da região Centro-Oeste, sendo desdobramento do programa “Marcha para o Oeste”. A respeito da CANG, a primeira colônia agrícola, Freitas e Mello (2014, p. 472) asseveram: “[...] o Estado de Goiás foi incorporado a esta dinâmica, pois estava destinado a desempenhar papel relevante na chamada Marcha para o Oeste, pensada para redefinir a lógica produtiva em escala nacional”.

Com o objetivo de colonizar a região, a CANG também visava tornar o modelo de agricultura moderna. Para tanto, o artigo 6º do Decreto Federal nº 3.059 reza que previa na colônia uma estrutura agrícola que capacitasse os colonos, e o art. 8 do mesmo Decreto², também estabelecia a criação de escolas primárias para a alfabetização de crianças (FREITAS e MELLO, 2014).

Na sede da colônia será fundado um aprendizado agrícola destinado a ministrar aos filhos dos colonos construção rural adequada, dotado de oficinas para trabalhos de ferro, madeira, couro, etc., onde os colonos e seus filhos farão aprendizagem desses misteres necessários ao homem rural (BRASIL, 1941).

² O trecho do decreto foi transcrito na íntegra, porém não há numeração de páginas no referido documento.

Os Decretos do Governo Federal citados evidenciam seu objetivo de colonizar, integrar e tornar produtiva a região Centro-Oeste, principalmente, no que tange à agricultura. Freitas e Melo (2014, p. 478) afirmam que “o objetivo fundamental da CANG era colonizar a área, tornando-a uma região de agricultura moderna em relação aos modelos agrícolas existentes”. A partir daí é possível identificar os primeiros traços de interesse numa agricultura moderna e tecnificada, que viria a se realizar na década de 1960 no país e, especificamente no Centro-Oeste, na década de 1970.

O Decreto Federal nº 3.059 reafirma o interesse do governo em colonizar a região com pessoas aptas para a agricultura, daí compreendemos porque as potencialidades da região Centro-Oeste estão sempre relacionadas a terra, um processo construído historicamente.

Os lotes rurais serão concedidos a cidadãos brasileiros maiores de 18 anos, que não forem proprietários rurais e reconhecidamente pobres, desde que revelem aptidão para os trabalhos da agricultura e se comprometam a residir no lote que lhes for concedido (BRASIL, 1941).

Freitas e Mello (2014) destacam que a CANG repercutiu positivamente, para tanto foi necessário o cumprimento de exigências estabelecidas no Decreto citado anteriormente. Com destaque para as exigências contidas no artigo 24, do Decreto-Lei Nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, não sendo permitido:

- a) deixar de cultivá-lo dentro dos prazos estabelecidos para cada colônia, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, à juízo da administração da colônia;
- b) desvalorizar o lote, explorando matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo e o respectivo reflorestamento, em desacordo com o plano previamente aprovado;
- c) por sua má conduta tornar-se elemento de perturbação para a colônia.

Tais exigências eram necessárias, pois, de acordo com Freitas e Mello (2014, p. 481) “[...] a produção do território deveria caminhar em consonância com o discurso do Estado”, ou seja, era preciso controle e ações que caminhassem para a colonização produtiva da colônia/região”.

Também no intuito de colonizar e integrar o Centro-Oeste se destacou a Colônia Agrícola de Dourados – CAND, criada pelo Decreto Lei nº. 5.941 de 28 de outubro de 1943 e instalada em Janeiro de 1944, cuja criação ansiava a colonização da fronteira e sua integração ao território Nacional.

Semelhante ao processo de criação da CANG, a CAND também tinha algumas exigências quanto à doação de lotes na colônia, como exposto por Silva (2016, p. 37):

“[...] o interessado deveria se enquadrar em alguns critérios estabelecidos pelo governo, como ser cidadão brasileiro acima de 18 anos, ser pobre, ter aptidão para o trabalho no campo e possuir família numerosa (a preferência era para famílias com pelo menos cinco filhos)”.

As migrações para a Colônia Agrícola de Dourados se intensificaram, prioritariamente, com migrantes nordestinos, paulistas, mineiros e paranaenses se instalando na colônia e produzindo para o mercado local e regional.

A colonização em pequenas propriedades, pautada numa política migratória de ocupação e produção regional, foi importante para garantir a segurança na região que até então estava sob o domínio da Cia Matte Laranjeira. No dizer de Oliveira e Justino (1997, p. 11): “Nessa perspectiva - pequena propriedade – era então sinônimo de defesa e segurança nacional” (SILVA, 2016, p. 37).

A instalação da CAND contribuiu para a chegada de migrantes interessados em lotes e em se estruturar economicamente e socialmente na região, afinal, o governo Varguista disseminava na mídia que o Centro-Oeste oferecia condições de crescimento econômico para quem se aventurasse a desbravá-lo. As migrações contribuíram para a instalação de infraestrutura na região: estradas, escolas, rede elétrica, etc, serviços básicos para a manutenção do bem viver.

“[...] brasileiros cada vez mais envolvidos com a propaganda varguista passavam a saber do então Sul de Mato Grosso e se instalavam nessas áreas ditas “ainda não colonizadas”. Boa parte veio por interesses econômicos; outros tantos, em busca de um pedaço de terra, influenciados pela propaganda promovida pelo governo (MOREIRA, 2015, p. 38).

A política de Getúlio Vargas era pautada na pequena propriedade familiar e na mão de obra familiar. Silva (2016) discursa sobre reordenamento regional gerado pela política integracionista do território no governo de Vargas:

A atuação do governo Vargas, com a política de integração territorial e de industrialização, reestruturou o território regional que passou a ter, na pequena propriedade familiar, fruto de projetos de colonização, um elemento de reordenamento regional. É importante ressaltar que, diferente do extrativismo da erva-mate, que não se manteve competitivo no cenário internacional, a atividade da pecuária bovina não se desfez paralelamente às mudanças nas relações sociais que reconfiguraram tanto o território como as atividades econômicas regionais, pautadas, agora, numa política que visava anexar essa região ao circuito produtivo nacional como

produtora de matéria-prima e consumidora de produtos industrializados (SILVA, 2016, p. 38).

Apesar do homem do campo, o trabalhador rural, sempre estar em destaque, nas falas de Getúlio Vargas, isso era apenas estratégia para atrair um intenso fluxo migratório para a região fronteiriça. O seu objetivo era atender os interesses do capital industrial e desenvolver o capitalismo no Brasil, “projeto este que, na prática, atendia muito mais à classe industrial ascendente do que aos trabalhadores que, nos discursos de Vargas, eram tratados como o centro das atenções” (OLIVEIRA, 1999, p. 39-40).

Dialogando com a autora Oliveira (1999), citamos o Plano de Metas (1957-60) do governo de Juscelino Kubistchek, também visando à integração do interior do país. Para tanto, a construção de rodovias foi ponto alto do Plano de Metas, afinal, com a industrialização intensa na década de 1960, eram necessárias rodovias que ligassem a região Centro-Oeste aos mercados nacionais, sobretudo, ao sudeste. O governo objetivava que o Centro-Oeste tornasse produtor de matérias primas para as indústrias, além de também serem mercados consumidores dos produtos industrializados (KUDLAVICZ, 2011).

1.3 A criação de Superintendências, leis, decretos, programas e planos para orientar a ocupação produtiva da região

Visando a ocupação econômica do Centro-Oeste, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), criada em 1 de Dezembro de 1967, substituiu a Fundação Brasil Central. A SUDECO planejou e desenvolveu políticas públicas que objetivavam a ocupação da região.

Estas ações, entre outras dirigidas pela SUDECO, contribuíram para a reorganização econômica de Mato Grosso, principalmente pela infraestrutura criada. A construção das BR'S 364 e 163 viabilizou o fluxo de mercadorias e pessoas no Estado. Desta maneira, ao longo da BR-163, grandes grupos econômicos ligados à produção agrícola se instalaram e, conseqüentemente, houve crescimento demográfico e surgimento de municípios provenientes de projetos de colonização (MELO, 2015, p. 32).

Teixeira e Hespanhol (2006) destacam os programas inseridos no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) e II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), como relevantes para a configuração da região Centro-Oeste. Os planos visavam o desenvolvimento agropecuário do país, transformando as propriedades

rurais em empresas rurais, com aplicação de tecnologia, ou seja, a indústria no campo.

O objetivo é levar a capacidade empresarial, que já se mostrou apta a desenvolver a indústria e outros setores urbanos, à atividade agropecuária nacional. Através da ampla disseminação da empresa rural – pequena, média e grande -, principalmente pelo apoio financeiro e fiscal do Governo, melhor se equacionarão problemas como o de induzir ao uso de projetos, de levar em conta os cálculos de rentabilidade e estímulos de preços, de empregar mais moderna tecnologia, considerando a relação entre preços de insumos e de produtos (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1975, p. 43).

Dentre os programas que tiveram relevância está o POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, criado em 29/01/1975, pelo decreto nº 75320, cujo objetivo era o desenvolvimento das atividades voltadas à agropecuária. Melo (2015) afirma que o avanço da agricultura “moderna” é resultado das políticas públicas administradas pela SUDECO, que contribuiu significativamente para expansão capitalista nos campos da região.

A expansão capitalista no campo em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul fez surgir um “novo” modelo de agricultura com características de moderno, coexistindo com o “velho” latifúndio. No entanto, ambos os modelos apresentam intensas contradições em seu desenvolvimento unindo o velho e o novo (MELO, 2015, p. 32).

Dentre outros programas que tiveram relevância na ocupação do Centro-Oeste estão: PLADESCO (Plano de desenvolvimento Econômico e Social para o Centro-Oeste), PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados), PRODOESTE (Programa de desenvolvimento do Centro-Oeste).

A criação de inúmeros programas na intenção de tornar produtiva a região acentuou conflitos já existentes, além de emergir conflitos relacionados ao meio-ambiente. Os recursos oriundos dos programas federais, na maioria das vezes, eram destinados ao grande produtor rural, intensificando a concentração fundiária. E o dito desenvolvimento dos cerrados, em suma, o destruiu, pois “[...] considerava-se que o cerrado não servia para nada, a não ser para o uso como lenha, desconsiderando-se toda a sua riqueza biológica” (TEIXEIRA e HESPANHOL, 2006, p. 61). A busca desenfreada pela ocupação produtiva da região Centro-Oeste (mais uma vez: produtiva do ponto de vista da agricultura capitalista) destruiu grande parte do bioma de Cerrado sem ao menos terem sido feitos estudos sobre a vegetação, relevo, hidrografia, clima, fauna.

Frederico (2008, p. 36) evidencia alguns fatores que foram determinantes para expansão da agricultura moderna no Cerrado; “a grande presença de terras com topografia plana e solos profundos, propícias à mecanização, uma boa disponibilidade pluviométrica, concentrada em um determinado período do ano, e grande luminosidade”.

Além da criação de programas voltados para a viabilização desta ocupação produtiva do Cerrado, Frederico (2008, p.37) ressalta o apoio do Governo Federal no que tange ao apoio técnico na produção, as políticas criadas visando o desenvolvimento regional. “Através de instituições como a Embrapa e a Emater, foram criadas novas variedades de plantas (principalmente soja), adaptadas às menores latitudes dos cerrados, e oferecia assistência técnica aos produtores”.

Abreu (2003) elucida sobre a quantidade de recursos distribuídos para as pequenas, médias e grandes propriedades: as propriedades de áreas até 100 ha receberam apenas 0,38% do crédito liberado e propriedades maior que 500 ha tiveram mais de 60% dos projetos aprovados; esses números retratam que os programas do governo federal priorizaram as grandes propriedades, intensificando a concentração fundiária, traço característico no campo mato-grossense, excluindo os pequenos produtores do processo.

Nesse sentido, a política de financiamento do programa distribuía os créditos de forma crescente e correspondente ao tamanho da propriedade. Maior a área, mais recursos. Por exemplo: as áreas com menos de 100 há, tiveram apenas 2,2% dos projetos aprovados, tendo recebido apenas 0,38% do crédito liberado, enquanto 60% dos projetos aprovados eram de propriedades com mais de 500 ha, que concentraram cerca de 77% do crédito disponibilizado. O resultado dessa política foi que de 1975 a 1980, foram incorporados cerca de 915.000 há, apenas em território do atual Mato Grosso do Sul, para produção exclusiva de soja e boi, com supremacia da pecuária. Nessa unidade da federação apenas 6,6% da área incorporada foi ocupada com lavouras nas áreas programas do POLOCENTRO – Campo Grande/Três Lagoas e Bodoquena -, quanto às pastagens ocuparam 93%%. (ABREU, 2003, p. s/n°).

A ocupação da região Centro-Oeste foi uma apropriação do território, dos recursos e de mão-de-obra para a reprodução ampliada do capital. Era preciso inserir a região no modelo produtivista instalado em grande parte do país. Os incentivos creditícios foram de suma importância para transformar o processo produtivo.

O território brasileiro foi envolvido por um movimento que, paulatinamente, buscou atender às novas demandas de um sistema

produtivo em processo de modernização. Portanto, as relações de poder constituídas foram reestruturadas por agentes políticos e econômicos inseridos na gestão desta dinâmica (FREITAS e MELLO, 2014, p. 472).

1.4 A efetivação da modernização da agricultura brasileira no território Sul-mato-grossense

O uso de novas técnicas e tecnologias na agricultura ocorreram em associação com o discurso de modernidade e produtividade, almejados ainda na Revolução Verde, com afirmações de que o pacote tecnológico acabaria com a fome e a miséria no país, instalou-se no campo brasileiro um modelo de agricultura já existente, porém travestido de algo novo e moderno, o agronegócio. Mas na realidade este modelo de produção agrícola existe no país há séculos. E embora, seja disfarçado de modernizador e de solução para os conflitos sociais do país, na verdade, ele acentua os conflitos já existentes.

Nas décadas de 1960 e 1970, o modelo agrário imposto ao campo brasileiro imprimia uma nova velocidade do tempo, no campo, se tonando cada vez mais semelhante à velocidade do tempo da cidade, devido à industrialização da agricultura.

Com a emergência de um espaço progressivamente tecnificado, ocorreu à transição de um meio natural para um meio técnico, proporcionando uma sobreposição entre os tempos naturais e os humanizados. A implantação de objetos técnicos no território promoveu uma superação gradativa das limitações impostas pelo meio natural, alterando as referências temporais e espaciais vigentes nos processos produtivos (FREITAS e MELLO, 2014, p. 472).

A modernização da agricultura brasileira, embora, se apresente como moderna, com o novo nome de “agribusiness”, para dar sustentação ao engodo, pois, de nova nada tem, permanecendo as velhas práticas e relações, numa estrutura fundiária calcada no latifúndio exportador. O novo dessa agricultura capitalista (agronegócio) se apresenta nas técnicas; equipamentos e insumos químicos. Mas, a produção é a mesma do período colonial: a produção de bens primários para exportação.

Embora, o processo de modernização da agricultura tenha acontecido nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil e não tenha sido homogêneo no território brasileiro, no estado de Mato Grosso do Sul ele se efetivou na década de 1970, quando o estado ainda integrava o Mato Grosso, pois foi em 11 de outubro de 1977

que Mato Grosso do Sul se tornou independente, ou seja, o Estado “nasceu” no auge do desenvolvimento da agricultura capitalista, via modernização da agricultura.

1.5 A representatividade da atividade pecuarista em Mato Grosso do Sul

No estado, sempre foi característico as extensas propriedades de gado, sendo a atividade pecuarista tradição no estado. Contudo, nota-se que em boa parte das propriedades é usado o gado para forjar a função social da terra, exigida na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, Baratelli e Mariano (2019, p. 4) confirmam:

No Mato Grosso do Sul a pecuária extensiva é predominante até os dias atuais e a criação de gado para corte foi justificativa para a concentração fundiária no estado. A criação de rebanhos bovinos serviu aos latifundiários como tentativa de forjar a função social da terra, prevista na Constituição Federal de 1988, portanto, além de servir ao corte o gado também ilustrou os grandes pastos de terra concentrada.

A pecuária bovina tem relevância não só no estado do Mato Grosso do Sul, mas no Brasil como um todo, exercendo importante papel na expansão econômica, seja no setor de exportações ou no abastecimento do mercado interno, desde o século XVI. “A pecuária bovina tornou-se fenômeno de âmbito nacional, estando presente em todos os Estados da Federação, apesar de irregularmente distribuída. (TEIXEIRA e HESPANHOL, 2014, p.29)”.

A atividade de pecuária ocorreu em todo o território Brasileiro, mas não de forma homogênea. E na década de 1960 ela se expandiu para o Centro-Oeste, com crescimento significativo da produção na região, se destacando o Estado de Mato Grosso do Sul (TEIXEIRA e HESPANHOL, 2014).

É preciso contextualizar que na ocupação do Mato Grosso do Sul (antigo Mato Grosso), os incentivos governamentais contribuíram para atrair diversos imigrantes para a região, isso atrelado a um estado com altíssimos níveis de concentração fundiária corrobora com a prática da pecuária para corte. Contextualizando que a atividade de pecuária para corte ocorre, principalmente, nas grandes propriedades, constituindo o estado de Mato Grosso do Sul um excelente lugar para esta atividade.

No sul de Mato Grosso (MT), a ocupação das terras pelos não índios teve início a partir do século XIX com a delimitação das posses de terras pelos portugueses e espanhóis. Mais tarde, a Região Sul de MT passou a ser atrativa para as atividades de agricultura e pecuária

desenvolvidas por gaúchos, paranaenses, paulistas da Região Noroeste de São Paulo, paraguaios e imigrantes estrangeiros (DOMINGOS e THOMAZ JÚNIOR, 2012, p.142).

Nesse contexto, a pecuária se constituiu como importante atividade para a economia do estado. As extensas propriedades de gado são marca registrada na cultura sul-mato-grossense, as músicas ligadas ao homem sertanejo, as vestimentas do homem que trabalha com o gado, além das festas de rodeio são tradições no estado, exemplificando a presença do agronegócio não só na economia, mas também na cultura de Mato Grosso do Sul.

Contudo, além da atividade pecuarista, se destacam no estado as produções ligadas aos monocultivos da cana-de-açúcar, soja e eucalipto. Mato Grosso do Sul se tornou um “paraíso” para as práticas ligadas ao agronegócio, pois o governo disponibilizou largos créditos aos grandes produtores, na década de 1970, mantendo a estrutura fundiária do estado entre as mais concentradas do país. Para essas culturas serem lucrativas, é necessária a produção em larga escala, em extensas áreas, dessa forma, um estado com terras concentradas é o lugar propício para tal investimento.

Foi à política desenvolvimentista do estado brasileiro, que objetivava a ocupação produtiva dos cerrados do Centro-Oeste, que consagrou a estrutura concentrada via crédito federal, além de propiciar a territorialização do agronegócio no estado. Fabrini (2008, p. 54) alerta que “[...] a estrutura fundiária altamente concentrada deve-se ao processo de ocupação das terras, ou seja, quando o estado promoveu a transferência/venda de grandes áreas de terras públicas para proprietários fundiários”.

A territorialização do agronegócio no campo sul-mato-grossense ascendeu através da aliança terra-capital e as terras concentradas, a política de incentivo de crédito, os movimentos sociais desarticulados, ambos contribuíram para que empresas ligadas ao agronegócio se estabelecessem no estado fazendo perpetuar a concentrada estrutura fundiária e lucrarem com esta estrutura agrária.

[...] nessa terra do boi, da soja e agora do eucalipto, símbolos do agronegócio, a aliança dos capitalistas com proprietários de terra também perpetuou a presença viva e atuante de estruturas do passado. Aliança essa de longa duração porque representa um pacto de classes para coadunar interesses e bloquear a divisão da terra, o que faz que nossa questão agrária continue um problema nacional, político e de classe (ALMEIDA, 2011, p.109).

1.6 A chegada do eucalipto no estado com a promessa da chegada da modernidade

Nesse cenário de intensa territorialização do agronegócio, apoiado pelo Governo Federal, tem a entrada do eucalipto e pinus no campo sul-mato-grossense, em 2007. A intenção de produzir eucalipto no estado de Mato Grosso do Sul remonta a década de 1970, quando o estado era pertencente ao Mato Grosso (KUDLAVICZ, 2011).

A porção Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, apresentava aspectos que a tornava ideal para a produção da silvicultura, Lopes (2016) destaca as razões pela qual o atual Mato Grosso do Sul se apresentou como propício ao plantio de eucalipto:

[...] abundância de água, vastas extensões territoriais dispostas nas mãos de poucos proprietários (concentração fundiária historicamente intensa, constante e uniforme), um número ainda maior de terras devolutas, pluviosidade média anual, solos, clima, aeração e insolação favoráveis, políticas públicas voltadas à ocupação do oeste brasileiro, mediante isenções fiscais, concessão de vultosos créditos etc (LOPES, 2016, p. 31-32).

Mato Grosso do Sul, localizado geograficamente em áreas de cerrado, se tornou (metaforicamente) a “menina dos olhos” do agronegócio. Dentre os inúmeros aspectos citados por Lopes (2016), há um não citado e que se destaca: o seu relevo, repleto por chapadas e chapadões. As áreas de chapadas e chapadões tem extrema importância para os empresários do agronegócio. Porto-Gonçalves (2004) expõe o significado que as áreas de relevo plano têm para o agronegócio:

[...] terras planas, significam custos energéticos menores. Essa é uma regra geral do espaço agrário brasileiro, onde a grande exploração comercial, quase sempre de exportação, ocupa áreas de topografia mais plana ou suavemente ondulada (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 221).

Além dos aspectos físicos, o econômico também desperta o interesse dos grandes empresários ligados ao agronegócio, em firmar seus negócios em Mato Grosso do Sul. As políticas públicas, especialmente as creditícias, são atrativas a esses empresários. Kudlavicz (2011) destaca a Lei de nº 5.106 de 1966, que concedia incentivos fiscais a empreendimentos florestais. O autor ressalta que foram os incentivos do POLOCENTRO que contribuíram significativamente para o plantio de eucaliptos e pinus; a produção de eucalipto deu um salto crescente de 1.597,08 hectares para 6.040,33 hectares em 1981, porém, em 1982 os números chegam a

830,00, estando essa queda brusca relacionada ao fim dos incentivos fiscais. Os números confirmam a ideia do autor de que o aumento está relacionado ao crédito ofertado pelo Governo Federal, que teve drástica redução na década de 1980.

Dentre estas políticas territoriais, mereceu destaque a política desenvolvimentista do governo militar dos anos de 1960 quando são formuladas políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento dos cerrados com a criação do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (COSTA, 1988). E, mais recentemente, na década 1990, aprofunda-se por meio do Fundo Constitucional para Financiamento do Centro-Oeste (FCO). (KUDLAVICZ, 2011, p. 23).

As inovações tecnológicas e as extensas áreas “ociosas”, fruto do modelo agropecuário instalado no Mato Grosso do Sul, apontaram para o monocultivo de eucalipto e pinus como o “negócio” do momento e mais uma vez a terra sendo tratada como instrumento para a geração de lucro (LOPES, 2016).

Contudo, havia grandes expectativas quanto à produção de eucaliptos e pinus. Objetivava a formação de um grande complexo agroindustrial territorial de “eucalipto-celulose-papel no chamado “corredor”, que vai de Três Lagoas à Campo Grande, passando por Água Clara e Ribas do Rio Pardo”, no atual Mato Grosso do Sul (LOPES, 2016, p. 33).

Esse mesmo autor afirma que embora houvesse expectativas sobre a formação do complexo, além de créditos públicos fartos e isenções fiscais, “não se deu a instalação do referido complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel”, por razões desconhecidas, contudo, ele pontua evidências que podem ser as causas pelas quais o projeto não despontou: “os mercados financeiros globais somente foram unificados em 1986 e o mercado de créditos de carbono, criado em 1998, apenas começou a operar em fevereiro de 2005, conforme o protocolo de Kyoto” (LOPES, 2016, p. 36).

O autor ainda complementa que a falta de logística para escoamento também pode ter sido alguns dos motivos do complexo não ter ocorrido naquele período. Essa ausência de logística para escoamento da produção se explica pelo fato que, na década de 1970, se inicia os primeiros traços de mudanças na base técnica da agricultura, fruto da Revolução Verde, mudanças financiadas pelo governo por meio de largos créditos públicos que atraíram fluxo migratório, impulsionando a ocupação

no Sul do então Mato Grosso, contudo, a infraestrutura de estrada e rodovias para transporte ainda era deficitária.

A partir de meados da década de 1970, as transformações ocorridas na agricultura em âmbito nacional, começaram a atingir a região Centro-Oeste. A atividade agropecuária se expandiu grandemente, apresentando uma considerável modernização dos processos produtivos (TEIXEIRA e HESPANHOL, 2006, p. 57-58).

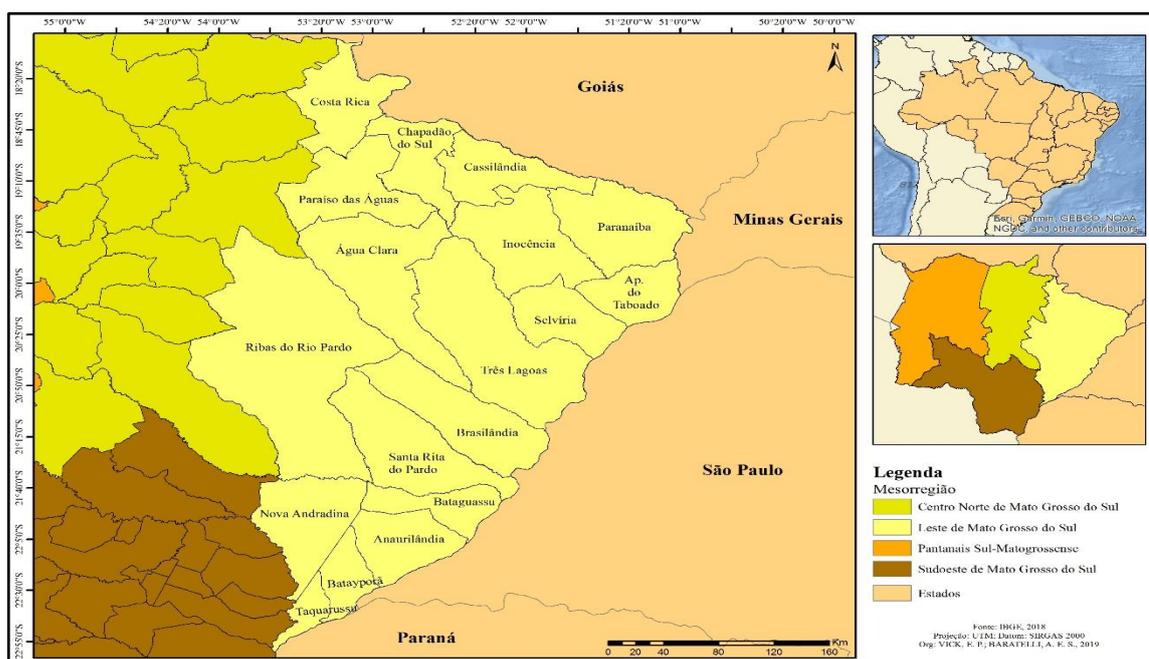
O projeto do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel não foi realizado, e o plantio de eucalipto e pinus diminuiu drasticamente na década de 1980, fruto do alto corte nos créditos.

De acordo com Kudlavicz (2011) a produção do ano de 2018, mostra que o Mato Grosso do Sul se despontou como o segundo estado com maior número de hectares plantados, somando 1.121.914 hectares, sob o discurso de que ele tem “vocação florestal” para a silvicultura de eucalipto, sobretudo na mesorregião leste do estado.

Como resultado dessa política de ocupação do cerrado na década de 1970, através de amplo financiamento público e de vantagens fiscais, temos o início da “eucaliptização” da Microregião de Três Lagoas culminando na retomada e aprofundamento no século XXI. Ação essa encaminhada sob o manto da “vocação florestal” (KUDLAVICZ, 2011, p. 49).

A figura a seguir é o mapa de localização da Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul, que integra 18 municípios, dentre eles, Três Lagoas.

Figura 2 - Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul



Fonte: BARATELLI, A. E. S., 2019.

1.7 A territorialização do monocultivo de eucalipto na região do Bolsão, no Mato Grosso do Sul

No século XXI o eucalipto voltou a ser destaque no campo sul-mato-grossense, prioritariamente na região Rural do Bolsão³. Kudlavicz (2011) atenta sobre como a silvicultura de eucalipto gerou alterações no uso e ocupação das terras desse território, que seguiam a lógica da acumulação capitalista, daí a expansão do plantio de eucalipto no estado e nos municípios que constituem o território Rural do Bolsão.

Esta região de planejamento do Mato Grosso do Sul segue a lógica agrária presente em todo o estado e no país, com uma estrutura fundiária concentrada, decorrência da forma como a terra foi institucionalizada na região. Lopes (2016, p.16) conclui que “terra é poder e quem a possui, só a possui porque precede em recursos, sejam eles econômicos, políticos, tecnológicos, enfim”.

O Estado de Mato Grosso do Sul tem estrutura fundiária concentrada, justamente pelo processo histórico de apropriação capitalista da terra, fortemente ligada ao latifúndio da pecuária extensiva e, nos últimos tempos, ao avanço do agronegócio da soja, da cana e do eucalipto (NARDOQUE et al, 2014, p. 5).

Lopes (2016, p. 46) elucida o cerco que foi estabelecido para que o sonho papeleiro, projetado na década de 1970, se efetivasse no século XXI, para tanto houve:

“[...] investimentos da ordem de bilhões de reais, opinião popular bem trabalhada pelo marketing, políticos e empresários encabeçando o lote de progresso, desenvolvimento e sustentabilidade, enfim, o cenário em meados de 2000 era, definitivamente, outro”.

E de fato, o empreendimento aconteceu no século XXI com toda “pompa” que requer um investimento bilionário. Três Lagoas, popularmente conhecida como “cidade das águas” devido à proximidade com grandes rios da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Paraná, foi escolhida para sediar a instalação de duas fábricas nacionais de celulose: Suzano (antiga FIBRIA) e Eldorado.

³ Regionalização de Planejamento do estado de Mato Grosso do Sul. Constituída pelos municípios de Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas.

A explicação sobre a escolha por Três Lagoas para sediar tamanho investimento é alegada pelas condições edafoclimáticas⁴, que possibilitaram a produção de eucalipto, para pasta de celulose, com crescimento em até sete anos (eucalipto da Austrália) (LOPES, 2016). Mas também é determinante para a escolha do lugar de instalação das fábricas, se no lugar em questão há a organização de movimentos sociais⁵ em oposição a empreendimentos que possam causar algum dano social ou ambiental para a região. Contudo, no Mato Grosso do Sul, sobretudo no município de Três Lagoas, a articulação de movimentos sociais dessa tipologia é fraca (para não dizer inexistente).

A expansão das monoculturas com seis agroecossistemas altamente simplificados e, por isso mesmo, altamente dependentes de energia de fora está se dando nesse momento sobre áreas de florestas tropicais e de savanas (cerrados no Brasil). Assim, regiões de alta produtividade biológica primária, como a Amazônia, estão sendo transformadas em áreas importadoras de matéria e energia. Manter elevada a produtividade em regiões de sistemas complexos como as regiões tropicais exige uma permanente importação de energia solar diariamente renovada, haja vista serem as regiões tropicais aquelas que mais dispõem de energia solar. O balanço energético para essas regiões e seus povos é, assim, necessariamente negativo, o que contribuiu decisivamente para manter a dependência dessas áreas, em si mesmas tão ricas em energia, em diversidade biológica, em recursos hídricos e em diversidade cultural, submetidas aos ditames do complexo oligárquico financeiro aliado ao da agroindústria, com riscos sérios não só para essas regiões, mas para a humanidade e o planeta como um todo, por sua necessária ineficiência energética (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 231).

A produção de eucalipto em Três Lagoas se destaca dentre os outros municípios da mesorregião leste de Mato Grosso do Sul, que também contém plantio de eucalipto relevante. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Três Lagoas lidera o ranking do plantio de eucalipto, sendo 263.000 hectares de área plantada em 2018, inclusive, ficando a frente de municípios de Minas Gerais, estado que lidera com maior número de plantio por hectares no Brasil, sendo 1.966.626 de hectares plantados.

⁴ São características definidas através de fatores do meio, tais como o clima, o relevo, a litologia, a temperatura, a umidade do ar, a radiação, o tipo de solo, o vento, a composição atmosférica e a precipitação pluvial.

⁵ Nos estados da Bahia e Espírito Santo, são frequentes os conflitos entre empresas de eucalipto e celulose com comunidades tradicionais/locais, muitas vezes resultando em mortes. Para entender melhor sobre o caso na Bahia, ler a Dissertação do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, da acadêmica Ivonete Gonçalves de Souza, intitulada: EUCALIPTO E O VENENO SILENCIOSO: EXPANSÃO DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO NO EXTREMO SUL DA BAHIA. AGROTÓXICOS, VIOLAÇÃO DE DIREITOS E MANIPULAÇÃO IDEOLÓGICA.

A tabela 1 evidencia o destaque de Três Lagoas no monocultivo:

Tabela 1: Ranking dos cinco municípios com maiores áreas plantadas de eucalipto em hectares no Brasil

Posição	Município	Hectares
1 ^a	Três Lagoas (MS)	263.000
2 ^a	Ribas do Rio Pardo (MS)	216.000
3 ^a	Brasilândia (MS)	125.000
4 ^a	João Pinheiro (MG)	109.480
5 ^a	Selvíria (MS)	88.000

Fonte: BARATELLI, A. E S.(2019).

Três Lagoas tem papel importante na produção da silvicultura de eucalipto como evidenciou a tabela 1. Esta atividade monocultora demanda extensas áreas para a sua reprodução ser lucrativa, sendo assim, um estado com estrutura fundiária concentrada é perfeito para a territorialização do agronegócio, atrelado a isso, o estado brasileiro financiou os recursos que beneficiavam a instalação deles no território sul-mato-grossense,

Além das heranças oligarcas do estado, outras questões são importantes a serem consideradas para relacionar as amenidades cedidas à expansão do eucalipto. As políticas públicas do Estado para a mecanização do campo e desenvolvimento agrícola também motivaram a concentração fundiária e a “vocação” aos monocultivos (BARATELLI, 2019, p. 44).

O contexto histórico de Mato Grosso do Sul e, conseqüentemente, de Três Lagoas, propiciaram o cenário agrário para a territorialização do agronegócio com o monocultivo de eucalipto. A modernização (conservadora) da agricultura, a terra concentrada, os incentivos fiscais e creditícios para uma pequena parcela de produtores (os grandes produtores, ressalta-se) contribuíram para que as grandes áreas de cerrado repletas de riqueza e diversidade biológica dessem vez ao “mar” de eucalipto que se formou na mesorregião leste de Mato Grosso do Sul.

A monocultura chegou, assim, aos grandes sertões e com ela a homogeneização de uma região que se caracterizara por sistemas de uso múltiplo dos recursos naturais, de manejo de uma enorme riqueza de diversidade biológica que essas populações camponesas, indígenas, de afrodescententes, de geraizeiros, catingueiros, vazanteiros, retireiros (Araguaia) tornaram possível que chegasse aos nossos dias com um diversificado acervo como patrimônio cultural (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 222).

É notada que a silvicultura de eucalipto na mesorregião leste, alterou por completo a dinâmica estabelecida há décadas na região, onde era predominante a atividade pecuarista, especialmente em Três Lagoas, conhecida tradicionalmente pelas extensas fazendas com as incontáveis “cabeças” de bois, expressão popular na região para se referir ao gado bovino.

As propriedades rurais de Mato Grosso do Sul, conhecidas tradicionalmente pela atividade pecuarista de gado para corte, na década de 2010, deram vez ao “mar” de eucalipto, as oligarquias agrárias deram espaço para aos empresários do agronegócio, e as poucas áreas restantes de cerrado, estão sendo destruídas para o plantio de eucalipto. As comunidades tradicionais e locais de pequenos produtores foram mais uma vez “varridos” para a cidade e os que permaneceram na terra seguem sem apoio e suporte do governo local e estadual.

Sachs (2001, p. 366) conclui que, deste a década de 1980, o Brasil conseguiu a “façanha” de “jogar milhões de refugiados do campo nas favelas, engrossando o exército de bóias-frias e deixando centenas de milhares de famílias sem terra e sem perspectiva de urbanização efetiva, que passa pelo acesso a moradia e condições de vida decentes”.

Kudlavicz (2011)⁶ denuncia:

Por conseguinte, na esteira dessa expansão vai transformando a Microrregião num deserto verde como vem sendo entendido o monocultivo do eucalipto, destruindo o modo de vida camponês construído num processo histórico de longas décadas. É preciso dizer ainda que se trata de um modo de vida de relações sociais complexas e de difícil reconstrução em outro lugar (p. 77).

Embora o monocultivo de eucalipto tenha tomado espaço no cenário agrário de Mato Grosso do Sul, desde o final da década de 2000, há outros monocultivos espalhados pelo estado que tem relevância na economia sul-mato-grossense e que também merecem um olhar atento, principalmente sobre os seus danos ambientais e sociais.

Entre eles está à produção canavieira, presente no estado desde a década de 1970, porém, a produção não tinha representatividade neste período. A expansão

⁶ Para compreender melhor a luta travada entre o agronegócio e a agricultura familiar, ler a dissertação de mestrado “Dinâmica Agrária e a Territorialização do Complexo Celulose/Papel na Microrregião de Três Lagoas/MS”, do autor Mieczslau Kudlavicz, defendida em 2011, no Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, câmpus de Três Lagoas.

desta cultura ocorre na década de 2000, decorrente dos grandes investimentos no setor sucroenergético (TEIXEIRA, 2015).

1.8 A territorialização do monocultivo canavieiro Em Mato Grosso do Sul

Semelhante à silvicultura de eucalipto, a produção canavieira levanta questionamentos quanto o seu modelo de produção, em âmbito econômico, social e ambiental. Para a produção dessa cultura ser lucrativa são necessárias extensas áreas (assim como na produção de eucalipto), o que ajuda a compreender a relevância dessa produção em Mato Grosso do Sul, pois, o estado possui índices altíssimos de concentração fundiária, permitindo, assim, a produção nas concentradas terras sul-mato-grossense.

No Brasil, o histórico da cana-de-açúcar decorre do período colonial, nos anos de 1530. Embora tenha sido no Nordeste o grande centro de produção, em Mato Grosso do Sul a expansão desse monocultivo se dá no final do século XX, com a expansão do Sudeste para o Centro-Oeste (TEIXEIRA, 2015).

Esse monocultivo é inserido em Mato Grosso do Sul na década de 1980, devido à criação do Programa Nacional do Álcool (Próalcool), em 1975 (DOMINGUES, 2011). Contudo, a produção canavieira do estado não era tão relevante no século XX, ocorrendo à expansão com maior ênfase no século atual.

Castro et al. (2010, p. 175) estabelece em três ciclos a cana-de-açúcar no Brasil, sendo o primeiro ciclo marcado pela sua chegada na região Nordeste do país, o segundo ciclo caracterizado pela consolidação da cana no Centro-Sul e o terceiro refere-se ao avanço dela para a região Centro-Oeste, iniciado nas primeiras décadas do século XXI “favorecido, como antes, por uma crise internacional ligada aos combustíveis, desta vez desencadeada pela demanda ambiental voltada à uma nova matriz energética, visando o controle do aquecimento global”.

“[...] entre 1996 e 1998 aconteceu a retomada da expansão com o crescimento médio da cultura da cana no país. A partir desse momento, o ritmo da produção manteve crescimento médio ao redor de 50% em relação ao biênio anterior, fenômeno que se prolongou até 2007. O Centro-Sul, curiosamente, manteve um ritmo de crescimento menor que essa média nacional, estimado em 30%, aproximadamente, e mesmo diminuiu de 1996/1998 para 1999/2001. Já Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ainda que relativamente periféricos ao centro decisório, praticamente dobraram sua produção média no período de 1992 a 2007. Deve-se ressaltar que, entre os três estados, Goiás ocupa o segundo lugar. Enquanto nesse período Mato Grosso elevou sua produção em cerca de 311%,

Goiás teve um aumento superior a 232% e Mato Grosso do Sul cresceu 167%. A região Sudeste do país teve crescimento bem menor no período que vai de 1996 a 1998, o que já revela expansão da produção da cana no Centro-Oeste (CASTRO et al, 2010, p.175).

O plantio canavieiro se desponta no século XXI, em Mato Grosso do Sul, se tornando o alvo de expansão no estado. Entre 1992 a 2007 o estado quase dobrou a sua produção canavieira, crescendo 167% (CASTRO et al., 2010, p.175).

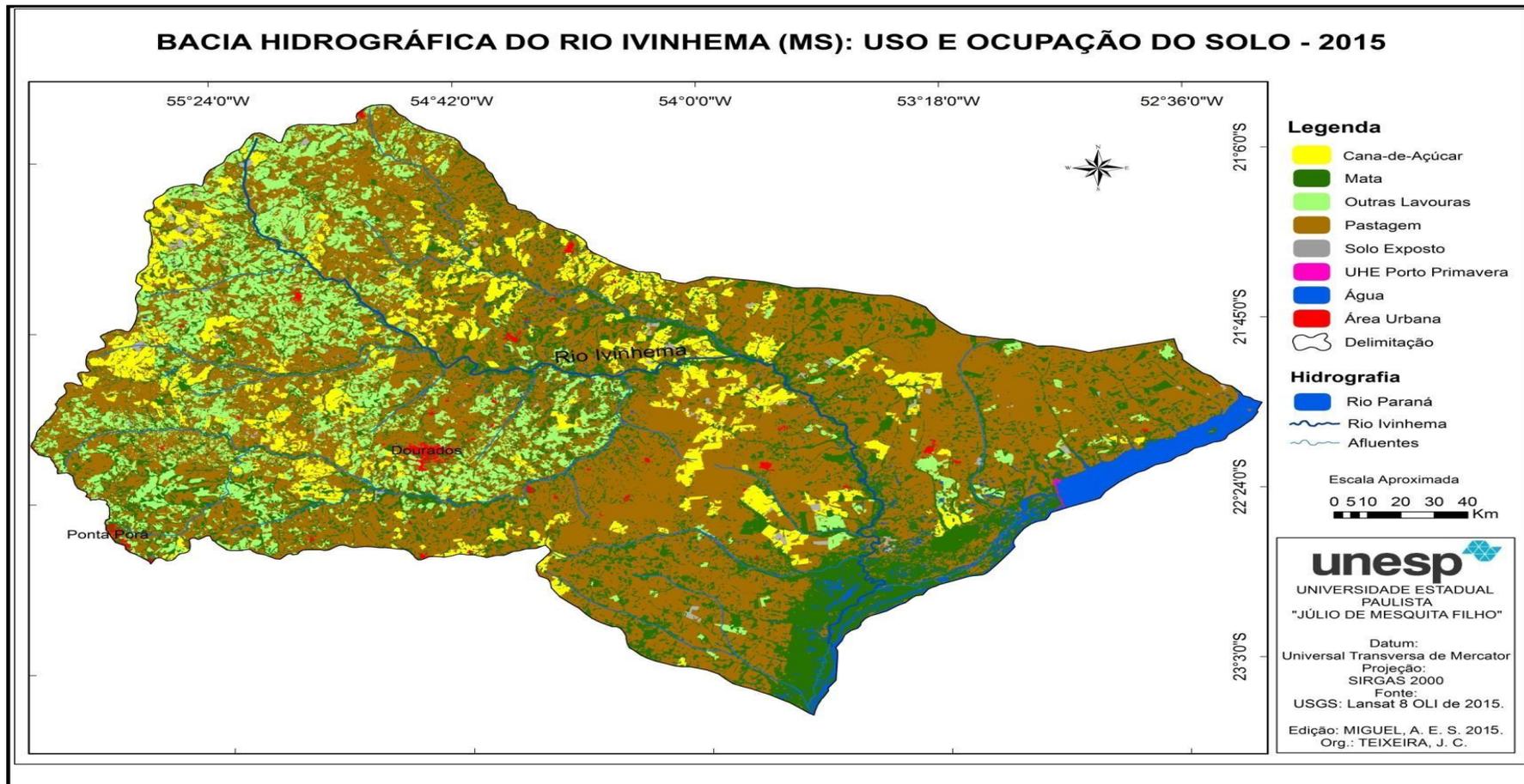
As figuras a seguir evidenciam o avanço da cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul, na bacia hidrográfica do Rio Ivinhema (área de maior concentração dessa produção), no século XXI:

Figura 3 - Mapa do uso e ocupação do solo da Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema – Com destaque para a cana-de-açúcar em 2003



FONTE: TEIXEIRA (2015)

Figura 4 - Mapa do uso e ocupação do solo da Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema – Com destaque para a cana-de-açúcar em 2015



FONTE: TEIXEIRA (2015)

As figuras 3 e 4 se referem ao mapa de avanço da cana-de-açúcar na região Centro, Sudeste e Sul de Mato Grosso do Sul, área que compreende a Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema, onde houve o maior avanço do monocultivo canavieiro (TEIXEIRA, 2015). Nosso intuito é expor o avanço da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, corroborando com a ideia de Catro et al (2010), de que a produção da cana-de-açúcar se despontou, o estado, no século XXI.

Em 2003 as áreas de cana-de-açúcar representavam 1,52% da área da bacia hidrográfica do Rio Ivinhema, num total de 70.509,20 ha. Já em 2015 esse número aumentou significativamente, ou seja, a cana-de-açúcar passou a representar 13,71% da área, 640.890,10 em hectares. A partir desses números, é possível ver o avanço da cana-de-açúcar no estado Para dar consistência a nossa afirmação, apresentaremos dados da área plantada e área colhida da cana em Mato Grosso do Sul, a partir dos dados fornecidos pelo IBGE (Tabela 2).

Tabela 2: Área plantada e colhida de Cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul – Hectares

	2003	2006	2009	2012	2015	2018
Área Plantada	120.534	152.747	285.993	558.664	546.099	680.611
Área Colhida	120.534	152.747	285.993	558.664	545.650	680.611

Fonte: IBGE – 2020

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Os dados dos mapas 3 e 4 e os dados da tabela 2 são de fontes diferentes, mas ambos comprovam o avanço da cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul. Através dos dados de área plantada e colhida (em hectares), exposto na tabela 2 é notado o avanço canavieiro desde o ano de 2003, representando 120.534 hectares de área plantada do monocultivo. Esses números continuam crescendo até o ano de 2012, quando a cana chega à marca de 558.664 hectares de área plantada, contudo, esse número cai para 546.099, uma pequena queda que dura pouco, pois, em 2018, esse número volta a subir, quando a cana passa a representar 680.611 hectares de área plantada no estado.

Domingues e Thomaz Júnior (2012) dialoga com Castro et al (2010), afirmando que o setor canavieiro em Mato Grosso do Sul só se destacou na década

de 2000, pois o cenário político estadual no século passado era formado pela grande maioria de pecuaristas. O avanço da cana-de-açúcar teve protagonismo em âmbito nacional com a política brasileira de biodiesel do governo Lula (01/01/2003 a 01/01/2011).

O Programa Nacional do Biodiesel foi lançado em 2004, com o intuito de aumentar a produção e o uso de combustíveis renováveis, um apoio à causa ambientalista e social. Contudo, Azevedo e Thomaz Junior (2013, p. 38) alertam que agroindústrias canavieiras demonstram preocupação com a causa ambiental em termos institucionais, mas na realidade elas não cumprem com isso, pois, “estendem suas plantações até as proximidades das margens dos rios e matas ciliares, ou mesmo, quando ateia fogo e derruba árvores seculares nas áreas arrendadas para facilitar suas atividades”.

Nesse cenário de avanço do setor canavieiro em Mato Grosso do Sul, se destacam alguns municípios do estado, conforme demonstra a tabela 3.⁷

Tabela 3: Ranking dos 9 municípios com maiores áreas plantadas de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul – hectares

POSIÇÃO	MUNICÍPIO	HECTARES
1°	Rio Brilhante	98.002
2°	Nova Alvorada do Sul	90.896
3°	Costa Rica	52.342
4°	Ivinhema	48.399
5°	Angélica	40.904
6°	Ponta Porã	39.774
7°	Nova Andradina	34.590
8°	Dourados	30.775
9°	Chapadão do Sul	28.823

Fonte: IBGE (2020)

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Embora no estado de Mato Grosso do Sul haja produções de cana-de-açúcar em diversos municípios, a tabela 3 apresenta os municípios com maiores produções (área plantada), evidenciando 9 municípios com produções significativas do monocultivo, sendo Rio Brilhante o destaque no estado, com uma área plantada de 98.002 hectares.

⁷ Os dados são referentes ao ano de 2018, último ano com dados disponíveis no SIDRA do IBGE.

O setor canavieiro está presente em diversos municípios de Mato Grosso do Sul, isso faz com que haja a atuação de grupos econômicos nacionais e internacionais, movimentando milhões de reais. Teixeira (2017, p. 86) aponta os principais grupos do setor sucroalcooleiro: “Odebrecht, Biosev e Adecoagro, com maior número de usinas instaladas”.

A escolha para a instalação desses empreendimentos vai muito além das condições edafoclimáticas, os incentivos fiscais e creditícios do governo estadual e local, a desarticulação dos movimentos sociais e ambientais, as terras com baixos preços, são fatores determinantes na escolha do local que sediará o empreendimento. Pereira et al. (2007) confirma:

Toda vez que um grande empreendimento pretende se instalar, um dos fatores que podem contribuir para a decisão do local desta instalação são os pacotes de incentivos fiscais e benefícios que são concedidos pelo poder públicos municipal, estadual e federal. Em alguns casos a corrida para atrair as empresas para seu território provoca certo tipo de guerra fiscal, que ocorre quando os estados passam a oferecer pacotes de incentivos cada vez mais atraentes na tentativa de trazer para si os empreendimentos. Para tanto, abrindo mão da arrecadação de receita, realizando doações, dentre outras formas. O interesse público na atração das empresas é explicado pelos benefícios sociais e econômicos que elas potencialmente representam, sendo a geração de empregos o principal deles (p.10).

Mato Grosso do Sul se insere em vários quesitos, se tornando atrativo para sediar esta produção. Entre os quesitos que tornam rentável a produção, está o baixo preço da terra no estado, o interesse dos governos locais, estadual e federal em fortalecer o setor canavieiro, além das condições edafoclimáticas, que permite a expansão da cana, além do relevo, com predomínio de chapadas e chapadões, que dinamizam o trabalho mecanizado (TEIXEIRA, 2017).

A atividade canavieira, no Mato Grosso do Sul e em outros estados do Centro-Oeste, tem tomado espaço de áreas onde antes era tradicional a atividade pecuarista ou de lavouras. Este fato decorre para a integração dessas áreas ao sistema produtivo de produção de commodities, consolidando o agronegócio canavieiro (CASTRO et.al., 2010).

Na década de 2000, no entanto, ocorreu forte expansão da cultura canavieira em Mato Grosso do Sul, principalmente na segunda metade dessa década, quando atingiu a sexta colocação nacional entre os estados de maior produção. As plantações de cana-de-açúcar avançaram sobre áreas de pastagens e em menor escala, sobre áreas de lavouras, conforme ressaltamos (TEIXEIRA, 2017, p. 85).

O agronegócio canavieiro é tão excludente quanto os outros monocultivos, pois, a sua base está firmada na “distinção produtiva, na adoção e, ao mesmo tempo, na subordinação de tecnologias de ponta, na produção em larga escala, na exploração dos recursos naturais e na monocultura voltada à exportação”. Como em todas as atividades ligadas ao agronegócio, no setor canavieiro a terra é para negócio (DOMINGUES e THOMAZ JÚNIOR, 2012, p.140).

A agricultura capitalista no Mato Grosso do Sul ressalta a histórica estrutura fundiária concentrada, tornando o estado um paraíso para a territorialização dos monocultivos do agronegócio, sendo a cana-de-açúcar um deles. A produção canavieira demanda extensas áreas, causando inúmeros danos ambientais, degradando os solos, a água, os recursos naturais, contribuindo para o desmatamento das poucas áreas remanescentes de cerrado.

Este modelo se mostra insustentável, perverso e excludente, onde uma minoria ganha milhões de reais em detrimento das populações locais e tradicionais, do meio ambiente, promovendo o “enfraquecimento da diversidade econômica e ambiental dos municípios, com a ocupação de áreas antes destinadas à agropecuária e ao plantio de alimentos básicos de produção camponesa” (FIGUEIREDO e SOUZA, 2016, p. 416).

1.9 A relevância do monocultivo de soja em Mato Grosso do Sul

Outro monocultivo tão relevante no campo sul-mato-grossense, quanto no campo brasileiro, é a soja. A alta demanda do grão, seja para a fabricação de rações animais ou alimentação humana, fez com que o cultivo desta cultura aumentasse consideravelmente nas últimas décadas. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento do Brasil (CONAB), a safra da soja, entre 2014 e 2015, chegou a 96,2 milhões de toneladas, com Mato Grosso liderando a produção brasileira, representando 52,8% do total, enquanto Mato Grosso do Sul ocupa o 4º Lugar, totalizando 7,3% da produção do país.

Faccin (2017) expõe o avanço dos produtos *flex crops*, ou seja, as culturas flexíveis. Elas têm múltiplos usos, desde a alimentação humana até o uso industrial. A soja se apresenta como uma *flex crops*. A autora também traz outras vantagens que dão à soja a devida importância no cenário agropecuário, sendo eles: ciclo

curto, possibilidade de alternância de culturas em um mesmo ano, troca da soja por outra cultura sem grandes prejuízos.

Outro motivo relevante pela expansão do cultivo de soja no país é anunciado por Goldfarb (2015), sendo a crise da pesca de anchova no Peru, pois, com o peixe se fazia a farinha proteíca, exportada para Europa, e a seca na América do Norte suspendeu a exportação de soja também para a Europa. Ambos os acontecimentos contribuíram para o aumento no preço da soja, expandindo o cultivo do grão em países da América do Sul, dentre eles o Brasil.

Dentre todos os motivos que facilitaram o avanço da soja no país, é inegável o braço do Estado nesse empreendimento, por meio dos incentivos governamentais. Ao longo de toda a história do Brasil o Estado sempre foi financiador da agricultura capitalista, seja através de leis, decretos, incentivos fiscais e creditícios.

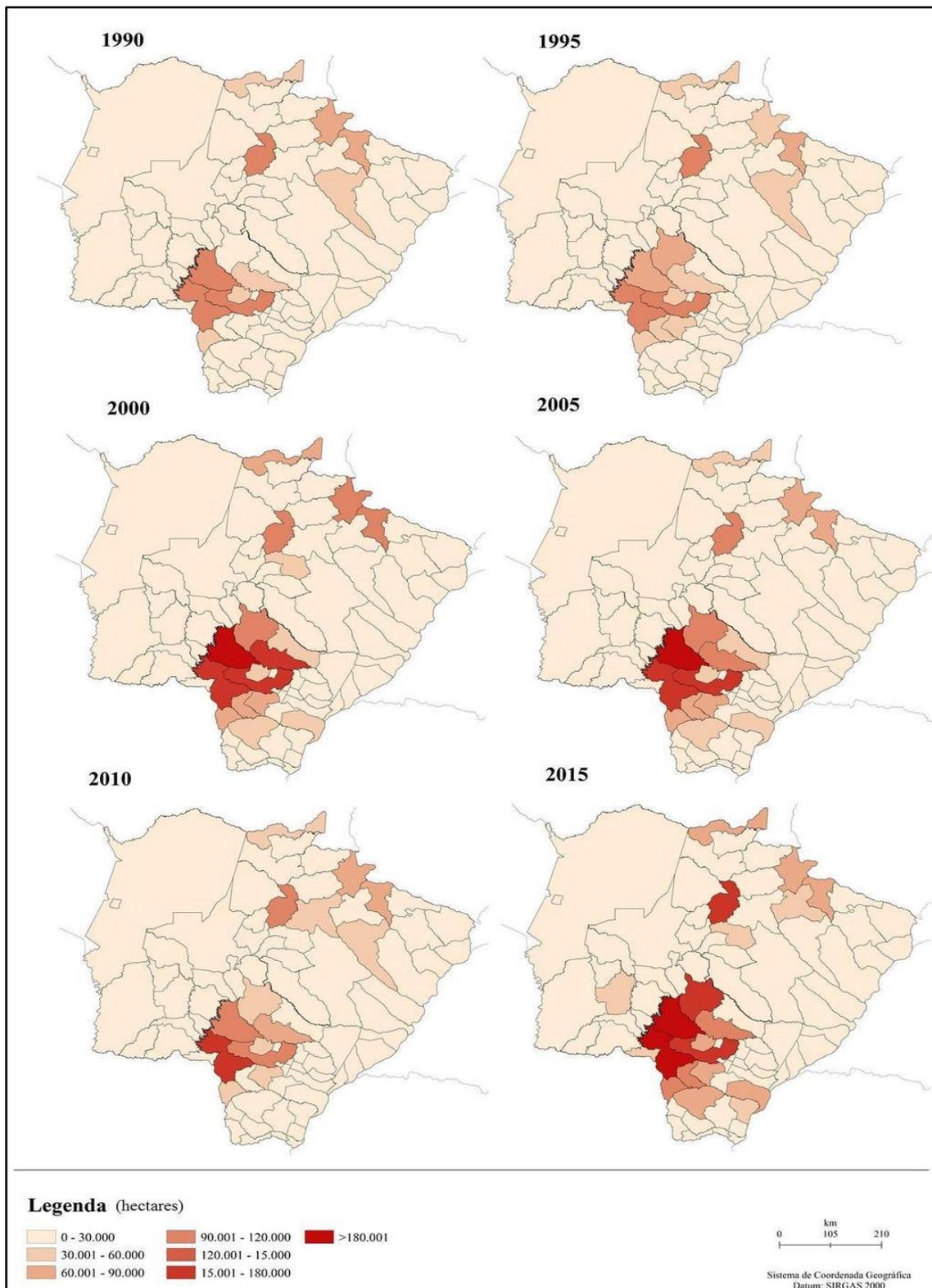
O Estado colaborou para a consolidação do agronegócio. No século XXI, há o pacto entre Estado, grande propriedade e setor agroindustrial, a fim de sua inserção no comércio internacional. Nesse pacto o Estado se torna viabilizador de infraestrutura para exportação de commodities, fornecedor de crédito e dinamizador do mercado de terras, consolidando a produção de produtos para exportação, corroborando para a manutenção da concentrada estrutura fundiária brasileira (GOLDFARB, 2015, p. 34).

O Brasil é tradicionalmente conhecido pela exportação de produtos primários, a exemplo da soja e do minério de ferro. “A exportação de produtos primários é a principal responsável pelo saldo da balança comercial” (NETO e DA CRUZ, 2014, p. 57). O país, desde a colonização, se firmou na agricultura para exportação, principalmente depois da modernização da agricultura, onde alterou-se a base técnica da agricultura para intensificar a produção para exportação.

Nesse contexto, de financiamento estatal e produção para exportação de produtos primários, se insere a soja, com destaque para a sua produção do estado de Mato Grosso, na década de 1960, trazida por sulistas, pois as condições edafoclimáticas do cerrado eram favoráveis para a produção do grão. Na década de 1970 aumentou sua produção, contando com amplos incentivos creditícios do governo federal.

A figura a seguir representa evolução da área plantada de soja nos anos de 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015 em Mato Grosso do Sul.

Figura 5 - Evolução da área plantada de soja: 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2015 em Mato Grosso do Sul



Fonte: FACCIN (2017)

A figura 5 apresenta o avanço da soja em Mato Grosso do Sul entre os anos de 1990 a 2015. É evidente o avanço dessa cultura no estado, especialmente a

partir do ano 2000. Outro fato relevante é que o avanço da soja se dá em grandes estabelecimentos, ou seja, estabelecimento com extensas áreas. Ressaltando que a soja é uma das “vedetes” do agronegócio, justamente por gerar lucro quando produzida em larga escala, isso explica o porquê do avanço da cultura ter se dado em áreas concentradas.

O modelo produtivo adotado na ocupação dos cerrados, a partir de 1970, foi resultado de uma disputa que vinha desde a década de 1950, quando se polarizaram duas vertentes sobre o desenvolvimento para o campo no Brasil. Uma defendia a necessidade de fazer a reforma agrária como forma de acabar com a estrutura do latifúndio, visto aqui como o entrave para o desenvolvimento; a outra defendia que o entrave estava na falta de modernização do processo produtivo, tornando-se necessário, portanto, adotar uma agricultura de base empresarial que incorporasse o uso de técnicas modernas ao setor agropecuário. Prevaleceu a segunda corrente, incorporada pelo regime militar, que, a partir da década de 1970, através de um conjunto de políticas de subsídios e da construção de uma rede de infraestrutura, implementou esse modelo nos cerrados, especialmente com a cultura da soja (PEIXINHO et al, 2003, p. 98).

A tabela a seguir evidencia em números o processo de avanço da soja em Mato Grosso do Sul, com dados até o ano de 2019⁸:

Tabela 4: Série histórica avanço da soja em área plantada no Mato Grosso do Sul (hectares)

Unidade da Federação	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2019
Mato Grosso do Sul	2.145.886	1.891.891	2.055.107	3.115.191	3.245.163	4.744.300	5.784.337

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Fonte: IBGE – 2021

A tabela 4 revela que, em 1990, a área plantada de soja já era volumosa, representando 2.145.886 hectares de área plantada. Contudo, entre os anos de 1990 a 1995 há uma queda na produção, reduzindo a área plantada para 1.891.891 hectares. Mas a partir do século XXI a produção volta a avançar, e, no ano 2000 ela alcança a marca de 2.055.107 hectares plantados. A área plantada do monocultivo segue avançando, registrando, em 2019, 5.784.337 hectares plantados.

⁸ O objetivo era evidenciar nas tabelas dados desde o ano de 1970, quando a soja avança no estado, porém, o IBGE fornece dados referentes ao ano de 1988 em diante. Sendo assim os dados foram organizados de 5 em 5 anos, e por ultimo com uma diferença de 4 anos escolhida por essa cronologia é justamente para ilustrar em números o avanço da soja, já abordado na figura 6.

O monocultivo é atividade tradicional e relevante para a economia, iniciada ainda no século XX, com a decadência da atividade ervamateira. Além da produção de soja outras culturas como o milho e a pecuária de corte ganharam destaque no estado, permanecendo até o século atual e se tornando tradicional na história do estado, ambas ligadas ao agronegócio (DOMINGUES, 2011).

A cada período, o território mato-grossense (a partir de 1979, sul-matogrossense), se organizava para atender aos impulsos externos, sob o comando da “região concentrada”, com destaque para a economia paulista. A região Sudeste, em particular o estado de São Paulo, exerceu o poder de espriar as demandas do mercado interno, definindo, na divisão territorial do trabalho, o Mato Grosso do Sul como uma extensão da economia do Sudeste – uma afirmação clássica registrada por Goldenstein e Seabra (1989). A partir da incorporação do Cerrado pelo cultivo de soja, para reduzir o impacto causado pelo Choque do Petróleo, o Mato Grosso do Sul saiu do binômio trigo/ gado para soja/gado e foi gradativamente ligado ao comércio internacional através das exportações de produtos do complexo soja e carne bovina (LAMOSO, 2011, p. 34).

O processo de modernização da agricultura trouxe alterações para o processo produtivo da commodity, estimulando ainda mais a produção para exportação, maximizando o uso dos fatores de produção, ou seja, a eficiência produtiva, para obter maiores níveis de produtividade e rentabilidade. No final do século XX a produção da soja ganhou novos contrastes, priorizando aumentar a eficiência e os lucros (COLUSSI et al., 2016, p.1).

Assim, o agronegócio se mantém fundamental para a economia brasileira, e as últimas décadas denotam um esforço intenso de modernização da prática agrícola, seja para maior produção e rendimento, seja para elevar os níveis de competitividade do setor, adequando a situação brasileira a parâmetros mundiais. A soja, em particular, influencia significativamente a economia brasileira e tem o poder de reorganizar o território para maior fluidez no escoamento de seus subprodutos (FACCIN, 2017, p. 27).

Essa cultura ligada diretamente ao agronegócio, agricultura capitalista produtora (em sua maioria) de grãos para exportação, substituiu lavouras como a de arroz, milho, trigo, entre outras culturas de alimentos, objetivando aumentar os lucros com a exportação de grãos.

As exportações de soja em grãos passaram de 8,9 milhões de toneladas em 1999 para 11,7 milhões em 2000, 22,3 milhões em 2003 e 24,5 milhões de toneladas em 2004 (aumento de 175,8%) As exportações de farelo e óleo de soja têm expansão das exportações de respectivamente 42% e 74%. Os valores das exportações do complexo soja passam de US\$ 4,4 bilhões em 1996 (9,2% das exportações totais) para US\$ 8,1 bilhões em 2003 e US\$ 10,04

bilhões em 2004 (representando 10,4% das exportações totais) (MEDEIROS, 2009, p. 81).

Houve em Mato Grosso do Sul aliança entre Estado e empresas para que houvesse o avanço comercial da soja em território sul-mato-grossense e o estado se tornasse um exportador da *commoditie*. Ocorrendo, “primeiramente, o fortalecimento do comércio interno regional, para depois alcançar os mercados internacionais, com a implantação de grandes empresas do agronegócio no território sul-mato-grossense” (FACCIN, 2017, p.16).

A partir da análise, vimos à tamanha importância da soja para a economia do país e do estado de Mato Grosso do Sul. Embora o monocultivo tenha se mostrado relevante em todo o estado, há municípios de Mato Grosso do Sul em que a soja se destaca e há também estados do país com maior produtividade da *commoditie*. As tabelas a seguir trarão dados dos estados brasileiros que mais produzem soja, e também uma série histórica com os principais municípios produtores de soja no Mato Grosso do Sul, nos anos de 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2019:⁹

Tabela 5: Principais estados brasileiros produtores de soja por área plantada, em 2019

Estados	Área Plantada (hectares)	Soja em Grãos
Mato Grosso	16.594.186	9.724.213
Paraná	10.551.878	5.418.814
Rio Grande do Sul	9.060.127	5.843.533
São Paulo	8.063.719	1.080.541
Goiás	6.634.818	3.402.810
Mato Grosso do Sul	5.786.337	2.882.107
Minas Gerais	4.502.247	1.627.741

Organização : Amanda Júlia de Freitas Mariano

Fonte: IBGE – 2021

⁹ Foi feita tabelas separadas com os principais municípios produtores de soja no período de 5 em 5 anos, pois, há variações de municípios em cada período. Há municípios que apresentam avanço na produção de soja no século XX, mas que não permanecem entre os principais produtores no século XXI.

Tabela 6: Principais municípios produtores de soja por área plantada no Mato Grosso do Sul, em 1990

Municípios	Área Plantada (hectares)
Ponta Porã	227.962
Dourados	192.504
Rio Brilhante	157.239
Maracaju	155.258
São Gabriel do Oeste	130.851
Sidrolândia	129.216
Chapadão do Sul	103.350
Costa Rica	84.400

Organização : Amanda Júlia de Freitas Mariano

Fonte: IBGE – 2021

Tabela 7: Principais municípios produtores de soja por área plantada no Mato Grosso do Sul, em 1995

Municípios	Área Plantada (hectares)
Dourados	206.187
Ponta Porã	171.174
Maracaju	156.208
São Gabriel do Oeste	153.370
Chapadão do Sul	126.650
Rio Brilhante	114.554
Costa Rica	109.823
Itaporã	68.742

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Fonte: IBGE – 2021

Tabela 8: Principais municípios produtores de soja por área plantada no Mato Grosso do Sul, em 2000

Municípios	Área Plantada (hectares)
Dourados	207.743
São Gabriel do Oeste	184.425
Ponta Porã	169.115

Chapadão do Sul	152.549
Maracaju	139.251
Sidrolândia	120.129
Rio Brilhante	118.241
Costa Rica	112.151

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Fonte: IBGE – 2021

Tabela 9: Principais municípios produtores de soja por área plantada no Mato Grosso do Sul, em 2005

Municípios	Área Plantada (hectares)
Maracaju	292.569
Dourados	251.236
Rio Brilhante	240.626
Ponta Porã	208.896
São Gabriel do Oeste	190.870
Chapadão do Sul	160.830
Costa Rica	142.481
Sidrolândia	141.160

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Fonte: IBGE – 2021

Tabela 10: Principais municípios produtores de soja por área plantada no Mato Grosso do Sul, em 2010

Municípios	Área Plantada (hectares)
Maracaju	351.439
Sidrolândia	234.003
Rio Brilhante	233.539
Dourados	228.054
Ponta Porã	222.394
São Gabriel do Oeste	201.147
Chapadão do Sul	150.449
Aral Moreira	139.975

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Fonte: IBGE – 2021

Tabela 5: Principais municípios produtores de soja por área plantada no Mato Grosso do Sul, em 2015

Municípios	Área Plantada (hectares)
Maracaju	487.127
Ponta Porã	383.992
Sidrolândia	348.163
Dourados	208.425
Rio Brilhante	274.989
São Gabriel do Oeste	208.425
Aral Moreira	195.475
Costa Rica	184.721
Caarapó	177.275
Laguna Carapã	172.940
Chapadão do Sul	157.782

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Fonte: IBGE – 2021

Tabela 6: Principais municípios produtores de soja por área plantada no Mato Grosso do Sul, em 2019

Municípios	Área Plantada (hectares)
Maracaju	565.469
Ponta Porã	465.516
Sidrolândia	430.377
Dourados	366.506
Rio Brilhante	304.822
São Gabriel do Oeste	207.350
Costa Rica	203.313
Caarapó	196.013
Aral Moreira	194.014
Laguna Carapã	190.495
Naviraí	167.860
Itaporã	159.855

Nova Alvorada do Sul	157.979
Chapadão do Sul	157.958

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Fonte: IBGE – 2021

Nas tabelas anteriores ficou evidente que o avanço da soja se mantém fixo nos mesmos municípios, com poucas variações. De 1995 a 2019 os municípios de Maracaju, Dourados e Ponta Porã permanece entre os principais municípios onde a soja avança. O município de Ponta Porã registra a marca de 227.962 hectares de área plantada de soja em 1990, e chega a uma área plantada de 465.516 hectares em 2019.

1.10 A relevância da sojicultora no município de Chapadão do Sul - MS

Dentre os municípios produtores de soja no Mato Grosso do Sul, está o nosso recorte de pesquisa, Chapadão do Sul, se mostrando ascendente no que tange à produção de soja. O município está entre os principais produtores de soja no estado, impulsionado pelas políticas públicas do Governo Federal, pelo relevo de chapadões que favorecem o trabalho mecanizado, além da visão empresarial dos migrantes sulistas que chegaram ao município com o objetivo de transformar as propriedades em empresas rurais.

Os migrantes, dotados de novo perfil produtivo, promoveram transformações cujos resultados podem ser notados na reestruturação da produção agrícola do município e na redefinição das relações de produção. O processo de desenvolvimento econômico do município encontra-se ligado ao impulso dado à agricultura a partir dos anos de 1990, quando começa a realizar as primeiras colheitas no município. Entretanto, foi através do plantio da soja que a agricultura de Chapadão do Sul se modernizou e inseriu-se na economia nacional como um dos maiores produtores de grãos da região Centro-Oeste, conforme já demonstrado (ROCHA e PESSOA, 2007, p.111).

A tabela a seguir evidenciará a série histórica do avanço da soja no município de Chapadão do Sul, por área plantada (hectares) nos anos de 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2019:

Tabela 7: Série histórica avanço da soja em área plantada no Chapadão do Sul-MS (hectares)

Município	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2019
Chapadão do Sul	103.350	126.650	152.548	160.830	150.449	157.782	157.958

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Fonte: IBGE – 2021

A tabela 13 com a série histórica da produção da soja em Chapadão do Sul expõe o avanço do monocultivo no município. A data de formação de Chapadão do Sul é de 23 de Outubro de 1987, e em 1990 o município registra 103.350 hectares de área plantada de soja, um número significativo frente a recente formalização oficial de Chapadão enquanto município. Os números continuam a crescerem até 2005 quando alça a marca de 160.830 de área plantada, e aponta queda em 2010, voltando a crescer em 2015, com crescimento mais lento entre 2015 a 2019, porém, mantendo a produção.

1.11 A “base” construída em Mato Grosso do Sul por meio de leis, decretos e programas que contribuíram para a territorialização do agronegócio no estado

A partir do exposto, percebe-se a docilidade construída no Mato Grosso do Sul para a territorialização de atividades agrícolas que demandem extensas propriedades de terra para a sua reprodução, ou seja, atividades ligadas ao agronegócio, seja ele no monocultivo de grãos, cana-de-açúcar ou na silvicultura de eucalipto. No estado predominam as atividades que demandam extensas áreas, com o uso de técnicas “modernas” e mecanizadas, atividades quase sempre ligadas ao agronegócio, que opera com largos incentivos fiscais e creditícios do Governo Federal, mantendo a estrutura fundiária concentrada.

Para dar sustentação a esse argumento, trazemos uma tabela com a estrutura fundiária do estado de Mato Grosso do Sul:

Tabela 8: Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária (2014)

Classe	Área	Nº de	%	Área Total	%
Total (ha)		Imóveis		(ha)	
0 a menos 200		65.494	69,92%	2.783.542,71	7,18%
200 a menos de 500		12.215	13,05%	3.942.123,13	10,16%

500 a menos de 1.000	7.182	7,66%	5.070.926,01	13,08%
Acima de 1.000	8.777	9,37%	26.983.441,78	69,58%
Total	93.668	100%	38.780.033,63	100%

Fonte: INCRA (2014).

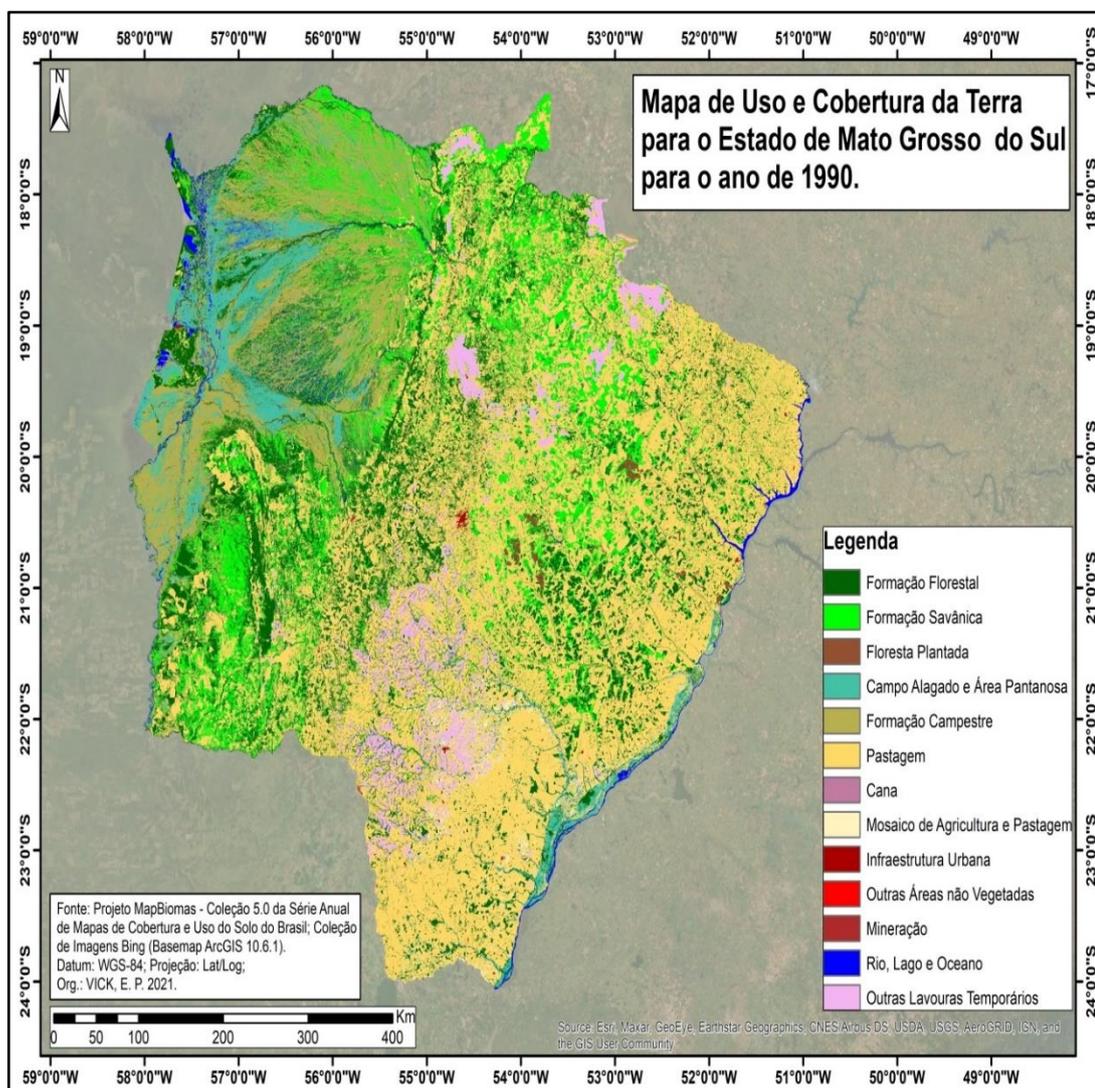
Organização: Nardoque (2016, p. 262).

A tabela 14 confirma a estrutura fundiária concentrada abordada no decorrer dessa seção. Evidenciando a lógica agrária do agronegócio, imóveis de 0 a 200 ha estão nas mãos de vários produtores, os pequenos produtores, ocupando área de 2.783.542,71 ha, enquanto imóveis acima de 1000 ha ocupam área de 26.983.441,78 ha, representando 9,37% dos imóveis, ou seja, a terra concentrada nas mãos de poucos. Luiz (2020) nos atenta para o significado da terra no sistema de produção capitalista; nele a terra não interessa apenas para a produção, mas também como reserva de valor. Essa estrutura agrária capitalista faz permanecer a renda nas mãos de poucos, perpetuando a construção social de que terra é instrumento para obter lucro, quando na realidade a “terra é para vida, e não para negócio” (SACHS, 2001, p. 367).

Com base na contextualização da lógica capitalista agrária de ocupação “produtiva” imposta sob a região Centro-Oeste, e suas consequências sobre o estado de Mato Grosso do Sul, além dos principais produtos (commodities) produzidos no estado, iremos anexar uma série histórica do uso e cobertura da terra no estado de Mato Grosso do Sul, através de figuras com mapa. Ressaltando a data de desmembramento de Mato Grosso do Sul do estado de Mato Grosso: 11 de outubro de 1977.

A série histórica se inicia com a figura do mapa de uso e cobertura da terra em Mato Grosso do Sul, em 1990:

Figura 6 - Mapa de uso e cobertura da terra em Mato Grosso do Sul, em 1990



Fonte: Projeto MapBiomias – Coleção [versão] da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 25/03/2021

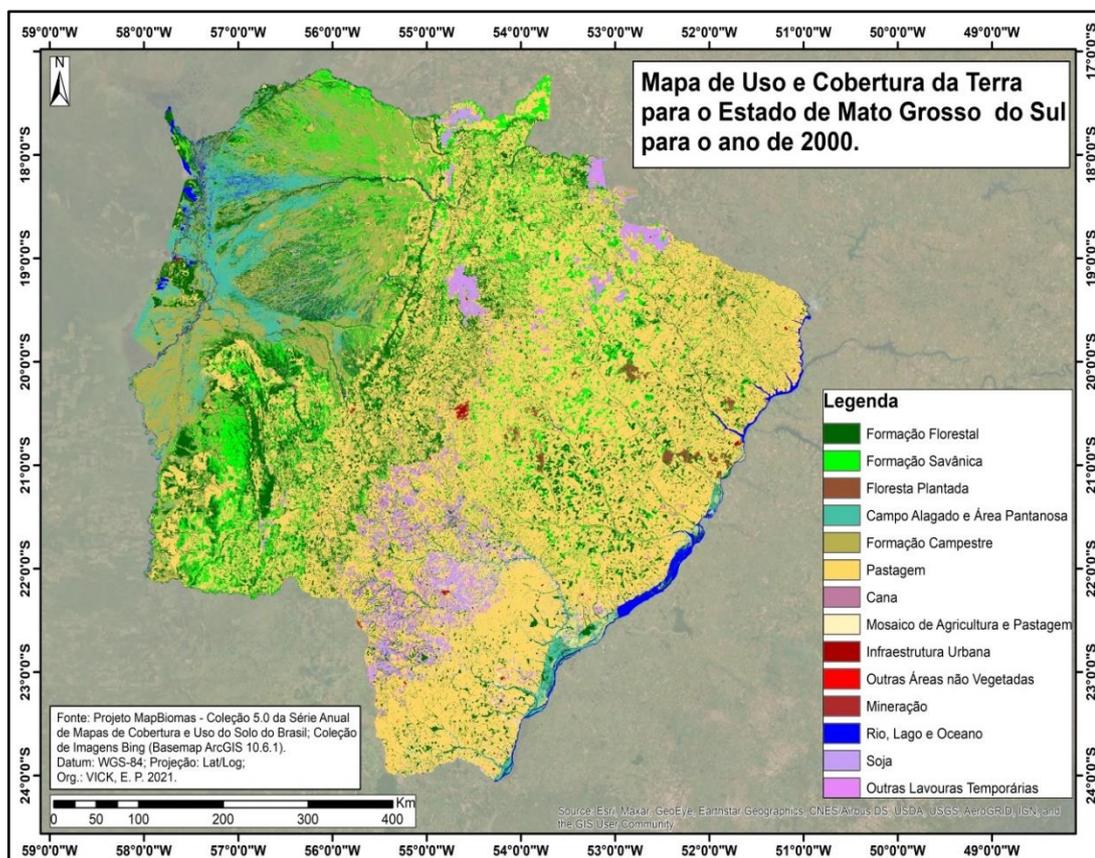
Analisando a figura anterior, com o mapa de uso e cobertura da terra no estado de Mato Grosso do Sul, em 1990, fica exposto que o predomínio é de formação florestal, formação savânica, lavouras temporárias e pastagem. Sendo, neste período, a pastagem para pecuária, atividade tradicional ao longo da história sul-mato-grossense.

Há alguns traços de silvicultura de eucalipto nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Campo Grande, Três Lagoas e Água Clara, identificados pela cor marrom, no mapa, e com um percentual quase que insignificante perante a vasta extensão de pastagem, porém, esse percentual ainda que insignificante, não pode ser ignorado,

pois, ele alerta a intensificação das atividades ligadas ao avanço do agronegócio que se dará no estado nos anos seguintes.

A seguir a figura com o mapa de uso e cobertura da terra em Mato Grosso do Sul no ano de 2000:

Figura 7 - Mapa de uso e cobertura da terra em Mato Grosso do Sul, em 2000

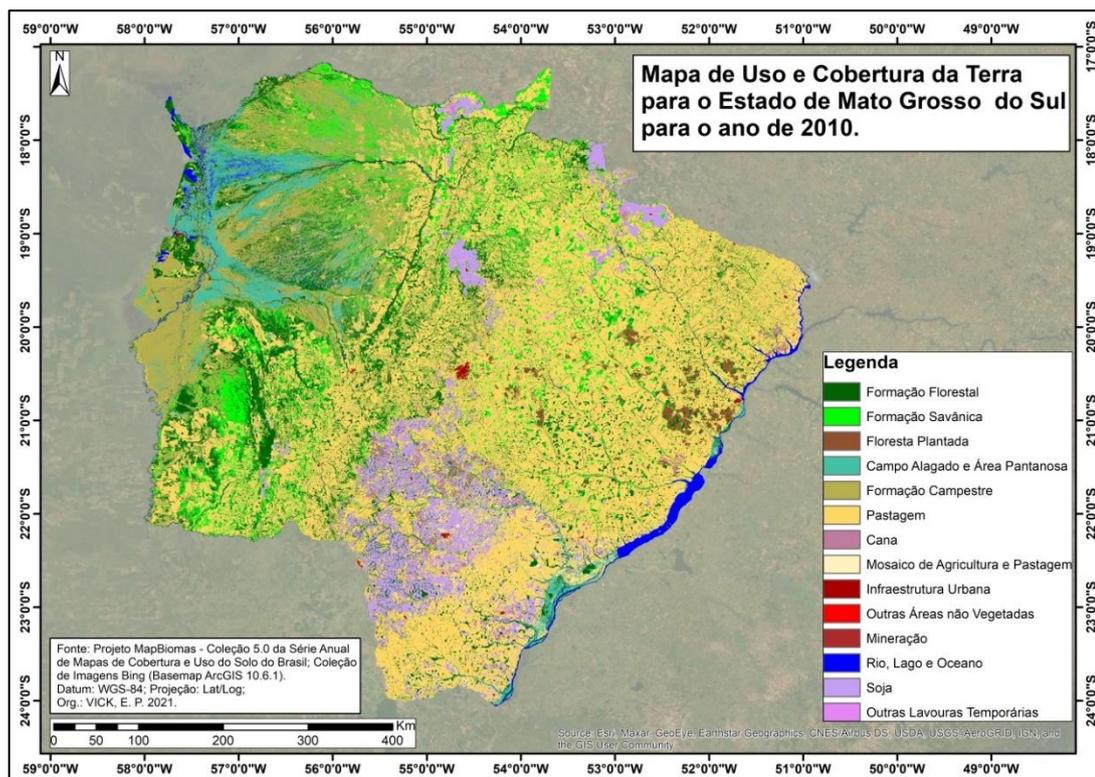


Fonte: Projeto MapBiomas – Coleção [versão] da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 25/03/2021

A figura anterior não mostra muita diferença do mapa de uso e cobertura da terra de 1990. O predomínio ainda é de pastagem, seguido de outras lavouras temporárias, com pequenos traços da silvicultura de eucalipto.

A seguir a figura do mapa de uso e cobertura da terra em Mato Grosso do Sul, em 2010:

Figura 8 - Mapa de uso e cobertura da terra em Mato Grosso do Sul, em 2010

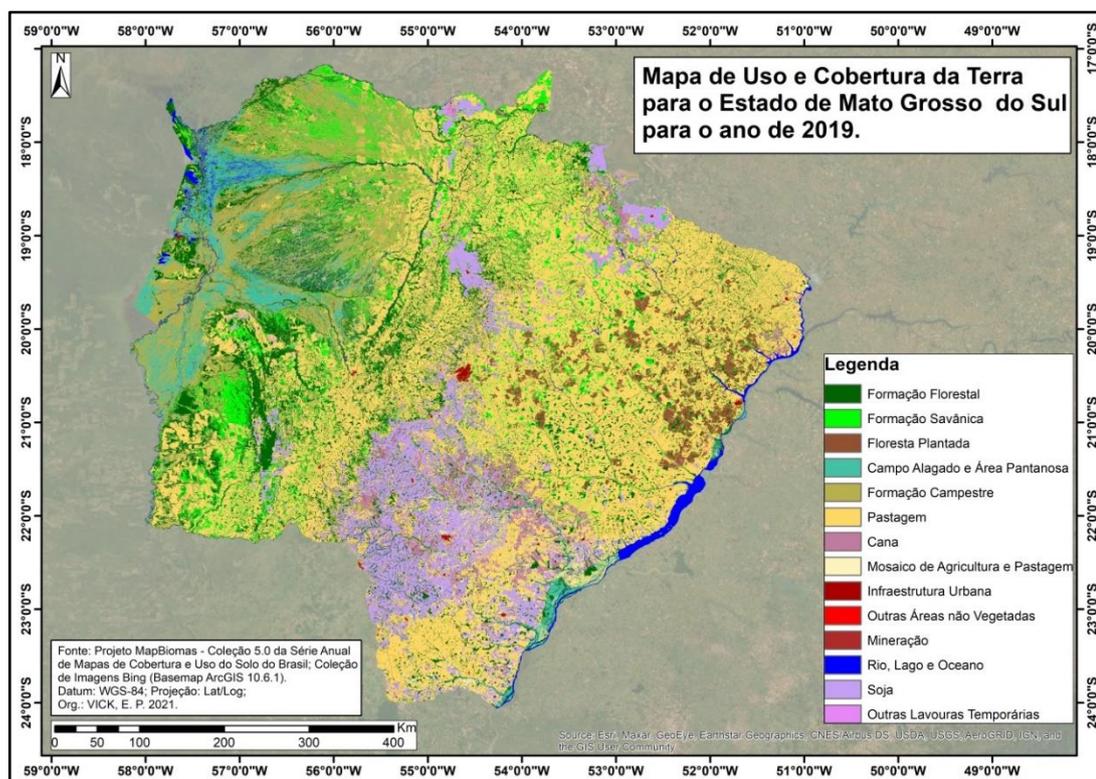


Fonte: Projeto MapBiomas – Coleção [versão] da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 25/03/2021

A partir da figura anterior é possível ver um significativo aumento da silvicultura de eucaliptos e outras lavouras temporárias, embora, o predomínio ainda seja de pastagens, atividade referência no estado de Mato Grosso do Sul. As regiões do estado onde outras lavouras temporárias tiveram aumento significativo foram em áreas onde já a pecuária, mas em 2010, de acordo com a figura há o aumento dessas produções, sendo principalmente na região sudeste do estado, e em alguns municípios da região Centro-Norte e Leste.

A figura a seguir é com o mapa mais recente de uso e cobertura do solo do estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2019:

Figura 9 - Mapa de uso e cobertura da terra em Mato Grosso do Sul, em 2019



Fonte: Projeto MapBiomas – Coleção [versão] da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 25/03/2021

A figura 9 mostra o avanço da silvicultura de eucalipto e de outras lavouras temporárias, mas nas mesmas áreas, ou seja, áreas que já tinham esse tipo de atividade intensificam-nas. Na região Norte do estado os municípios de Paraíso das Águas, Costa Rica mostram o aumento significativo de lavouras temporárias, além do município de Chapadão do Sul, onde também houve aumento. Nos municípios de Rio Brillhante, Sidrolândia, Maracaju, Ponta Porá, Laguna Carapã, Aral Moreira, Caarapó, Dourados e Douradinha também houve aumento significativo de lavouras temporárias. E na especificação de floresta plantada ouve aumento significativo nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Brasilândia, Agua Clara, Três Lagoas, Selvíria, Aparecida do Taboado e Inocência.

As figuras com o mapa de uso e cobertura do solo evidenciam o que foi exposto inicialmente, o avanço do agronegócio sob as terras do Mato Grosso do Sul, e o predomínio de atividades ligadas a eles em partes específicas do estado, de fato o que foi planejado pela política getulista; a ocupação “produtiva” agrícola da região Centro-Oeste, e conseqüentemente do estado de Mato Grosso do Sul.

2. A história por trás da formação de Chapadão do Sul: territorialização do agronegócio, oligarquias agrárias e concentração fundiária

Nesta seção será feito um resgate histórico da formação do município de Chapadão do Sul. Aqui serão abordadas informações cruciais que marcaram a formação e a história do local, elementos essenciais para a compreensão da lógica agrária instaurada no campo chapadense. Ao retratar a história local evidenciaremos as famílias que protagonizaram a colonização e foram primordiais para a oficialização de Chapadão do Sul enquanto município.

No decorrer da pesquisa notou-se a carência de referenciais bibliográficos que tratassem as questões sociais de Chapadão do Sul, pois, a maior parte das pesquisas do município é referente à área física da agricultura, sobre sementes, solos etc. Pesquisas no âmbito da engenharia agrônoma e florestal, dado em questão que esses dois cursos estão presentes no campus da Universidade Federal no município. Nesse sentido, nos basearemos em poucos autores, além de reportagens jornalísticas e elementos analisados no trabalho de campo, para retratar a história de formação do município.

Localizado geograficamente a Nordeste de Mato Grosso do Sul, e politicamente na Região do Bolsão¹⁰, o município de Chapadão do Sul compreende uma área territorial de 3.249,542 km² e registrou no último censo, em 2010, uma população de 19.648 pessoas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) estima que a população atual seja de pelo menos 25.218 pessoas. As coordenadas geográficas do município indicam Latitude 18° 46' 44" e Longitude 52° 36' 59". Fazendo limites direto com os municípios de: Cassilândia, Paraíso das Águas, Costa Rica, Chapadão do Céu e Água Clara.

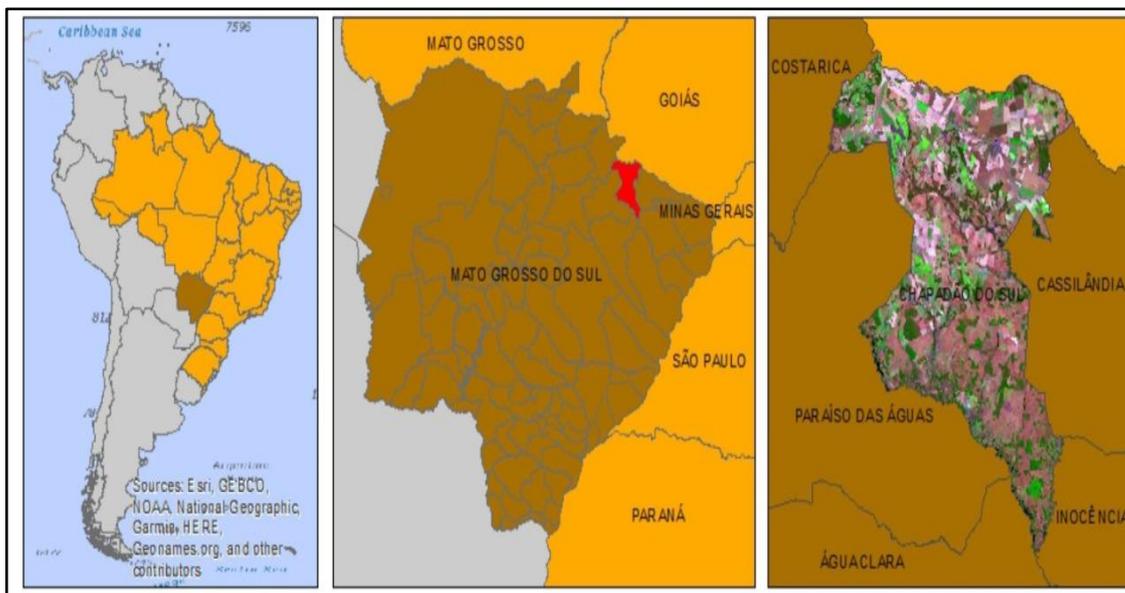
2.1 A história de formação oficial de Chapadão do Sul, enquanto município

Com formação recente, o seu povoamento se intensificou na década de 1970, com intensa imigração dos gaúchos e em 23 de outubro de 1987 foi desmembrado de Cassilândia, se tornando município através da Lei nº 768/87.

A figura 10 evidencia a localização geográfica do município.

¹⁰ A Região do Bolsão é uma regionalização de planejamento própria do estado de Mato Grosso do Sul, ela é constituída por dez municípios: Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas.

Figura 10 - Município de Chapadão do Sul



Organização: Hermiliano Felipe Decco, 2019.

Como afirmamos anteriormente, a ocupação intensa em Chapadão do Sul se iniciou na década de 1970, quando ainda não era um município e a área respectiva era pertencente aos municípios de Cassilândia e Paranaíba, conhecido pelos extensos fundos territoriais, servindo de estrada para os viajantes-vaqueiros. O Comendador Júlio Alves Martins, em 1979, comprou do Sr. Edwino uma área e fez o loteamento Julimar, iniciando as primeiras casas. Além dele houve inúmeros imigrantes vindos de vários lugares do Brasil, principalmente do Rio Grande do Sul. Esses imigrantes eram conhecidos popularmente como desbravadores, pois na época a região era caracterizada por um grande “vazio” demográfico. Porém, havia na região indígenas, denominados de bugres pelos brancos (ROCHA, 2005, p.59).

A partir de 1982 fui vendo o povoado deslanchar, houve um grande deslocamento de pessoas do Sul à procura de terras para comprar ou arrendar e pessoas de outras regiões à procura de trabalho e investimentos diversos, junto começo a chegar o progresso como: telefone, televisão, luz e estrada melhor (LORENZON, 2003, p. 2).

O grande “vazio” demográfico do atual município era notado pelos viajantes que percorriam a estrada de Cassilândia, com destino ao Bolsão Mato-grossense; Rondonópolis ou Cuiabá. A área onde hoje se encontra Chapadão do Sul era descrita como “uma grande mesa, muito plana e coberta de mata rasteira, sem uma curva, uma baixada, uma lavoura ou uma casa, numa monotonia enervante” (CONFORTE, 2006, p. 62-63).

Inicialmente, quando Chapadão do Sul ainda não era município, mas sim conhecida pelo “vazio” demográfico¹¹, havia o transporte de boiadas, um trabalho manual e exaustivo, já que não havia caminhões para o transporte do gado e, sequer boas estradas.

Essa atividade bovina movimentava altas quantias em dinheiro e os trabalhadores do transporte bovino pouco a pouco foram se fixando no atual Chapadão do Sul, alguns cansados da viagem, pernoitavam nas terras. Devido ao relevo de Chapadão e a noite fria, os trabalhadores apelidaram a área de “Chapadão do Pouso Frio”, cuja denominação permaneceu por vários anos, mas em 1972, com a chegada dos sulistas, especialmente os advindos do Rio Grande do Sul, o então “Chapadão do Pouso Frio” passa a ser conhecido por “Chapadão dos Gaúchos” (ROCHA, 2005).

Um aspecto muito notado pelos viajantes que passavam pela região, era a baixa fertilidade dos solos, com o predomínio de Latossolo.

A baixa fertilidade limita sobremaneira a sua utilização agrícola. Assim, quando não encontram-se sob vegetação natural (campo cerrado altimontano), são utilizados com reflorestamentos de eucalipto, com resultados aquém das expectativas de produtividade em relação a outros Latossolos de áreas próximas(2). Ainda que isto não seja bem explicado, especula-se que além da fertilidade natural e a quase ausência de silicatos conferindo baixa CTC, este solo apresente um comportamento hídrico (baixa retenção de umidade) diferenciada dos Latossolos de textura similar, em razão de sua constituição predominantemente hematítica (KER, 1997, p.18-19).

Há grande variedade quanto à fertilidade do Latossolo. Mas em Chapadão do Sul, há o predomínio de Latossolos Vermelhos Distróficos, onde a saturação por base é inferior a 50%, quando não há alta fertilidade. Contudo, especificamente em Chapadão do Sul, houve a correção do solo para a produção agrícola, isso associado ao relevo de chapadas e chapadões, favoreceu o agronegócio, pois áreas com poucas ondulações facilitam a utilização de maquinários, equipamentos muito utilizados na agricultura capitalista. Porto-Gonçalves (2004, p. 221) denuncia esse fenômeno que vem ocorrendo com frequência no cerrado brasileiro, “[...] para os grandes empresários do agronegócio, as terras de chapada têm um significado distinto. Sendo terras planas, significam custos energéticos menores”.

¹¹ Como em quase todas as áreas tidas como “vazias” no atual Mato Grosso do Sul, nesta área havia inúmeros índios, chamados de bugres pelos brancos. E insistentemente apagados da história de Mato Grosso do Sul.

Há anos o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves vem denunciando a apropriação capitalista da terra nas áreas de cerrado, onde a própria modernização da agricultura brasileira, no Centro-Oeste exemplifica a importância dos cerrados para este modelo de agricultura (principalmente pelo seu relevo). Um clássico do autor é o artigo: Geografia da riqueza, fome e meio-ambiente. Há também os artigos¹²: Os Cerrados e os Fronts do Agronegócio no Brasil e também: Dos Cerrados e de suas Riquezas. Não só em Chapadão do Sul, mas em quase toda a região Centro-Oeste ocorre a materialização do fenômeno alertado por Porto-Gonçalves.

2.2 A visão empresarial do comendador de terras Júlio Alves Martins sobre Chapadão do Sul

Ainda no século XIX, o comendador e fundador do município Júlio Alves Martins, que também era aviador e comerciante de terras no estado, sobrevoou as terras, onde hoje é Chapadão do Sul, idealizando um espaço empresarial, com o cultivo de soja, de fato no que se transformaria o campo chapadense: um lugar para negócio (CONFORTE, 2006). Ou seja, a visão capitalista de Júlio sob as terras chapadenses, impulsionou a formação territorial, e conseqüentemente o núcleo urbano, este último que surge para regulamentar as burocracias do campo. Denotando, assim, a cidade do agronegócio que é Chapadão do Sul.

O espaço econômico agrícola que deu origem ao Município de Chapadão do Sul foi, em grande parte, impulsionado pela oportunidade e espírito empresarial do fundador, o sulista, Júlio Alves Martins, que percebeu o contexto favorável pela observação de vários fatores convergentes, quando se dava o avanço Sul-Norte da fronteira agrícola no Estado de Mato Grosso do Sul. Segundo Schumpeter (1982), os eventos econômicos apresentam uma lógica própria, cabendo ao homem prático desvendá-la com maior precisão. A história narrada pelo fundador denota essa figura do empresário com capacidade de perceber a lógica dada pela conjuntura e com o arrojo para correr riscos que possam resultar em possíveis sucessos. Segundo os dados obtidos de sua entrevista, feita em 17 de agosto de 2005, o fundador Júlio Alves Martins, que exercia, na época, a função de aviador e comerciante de terras em Mato Grosso do Sul, teve oportunidade de sobrevoar as terras do atual Chapadão do Sul e foi capaz de vislumbrar como viável, do ponto de vista empresarial, a ocupação do espaço do Chapadão do Rio Correntes, nos Cerrados do Nordeste do Estado, para a expansão do cultivo da soja. Como

¹² Os artigos citados nesse parágrafo serão referenciados de acordo com as normas do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, na seção de referências bibliográficas.

aviador e envolvido com a comercialização de terras para os migrantes que avançavam para o Mato Grosso do Sul, teve informações a respeito da existência de terras praticamente desocupadas no atual Chapadão do Sul, consideradas na época pouco aptas à agricultura e, portanto, vendidas por baixíssimo preço de mercado, em área praticamente desabitada (CONFORTE, 2006, p. 64-65).

Sobre as cidades do agronegócio, os autores Denise Elias e Renato Pequeno (2007, p.27) caracterizam-as como:

Dentre as características do agronegócio globalizado está sua forte integração à economia urbana, gerando uma extensa gama de novas relações campo-cidade, diluindo, em parte, a clássica dicotomia entre estes dois subespaços. As cidades próximas às áreas de realização do agronegócio tornam-se responsáveis pelo suprimento de suas principais demandas, seja de mão-de-obra, de recursos financeiros, aportes jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência técnica etc, aumentando a economia urbana e promovendo redefinições regionais— denotando o que Milton Santos (1988, 1993, 1994, 1996, 2000) chamou de cidade do campo. Considerando nossos estudos atuais, acreditamos que podemos adaptar a noção de cidade do campo para cidade do agronegócio para classificar algumas das cidades, locais e médias, do Brasil agrícola com áreas urbanas (p. 27).

Como já exposto, o campo chapadense foi pensado antes mesmo de Chapadão do Sul se estabelecer oficialmente como município. O comendador Júlio Alves Martins, que viu o espaço sob a ótica empresarial, com a agricultura voltada para a produção de commodities, no que de fato se tornou o município, um espaço de grande relevância para o agronegócio, reconhecido em âmbito nacional.

A partir da imagem 11 é possível ver a extensão do núcleo rural do município de Chapadão do Sul:

Figura 11 - Chapadão do Sul- vista de helicóptero



Fonte: Rosevaldo Mariano da Silva

Data: 2020

A visão empresarial do comendador Júlio foi também a de muitas famílias que vieram especialmente da região Sul e se instalaram no atual município, atraídos pelas terras de baixo preço e com o intuito de tornar produtivo o campo. Apesar de o solo chapadense ser de baixa fertilidade, o relevo com poucas ondulações chamou atenção dos primeiros imigrantes vindos do Sul. “[...] Chegando aqui deparei com um cenário que de pronto me encantou, devido à tipografia ideal para a agricultura, pois a região de Getúlio Vargas era bastante acidentada”. Essas famílias vindas do Sul ficaram conhecidas popularmente como pioneiras do município por trocarem a região Sul para se fixarem em Chapadão do Sul, antes mesmo da área se tornar município oficialmente (LORENZON, 2003, p. 5).

2.3 As principais famílias que idealizaram um município referência nacional nas produções agrícolas ligadas ao agronegócio

As famílias chegadas à Chapadão do Sul são conhecidas até hoje por contribuírem significativamente para a consolidação do município, conforme cita Alvarenga (1986): a família Krug, sendo uma das pioneiras no município e tendo extrema relevância em Chapadão do Sul até os dias atuais. Os pioneiros da família

a virem para Chapadão foi o casal Christovam Carlos Krug e Gessy Neckel Krug, junto aos filhos João Carlos Krug, José Cláudio Krug e Júlio César Krug, chegando em 26 de agosto de 1969, advindos da cidade de Erebangó no Rio Grande do Sul, quando Chapadão do Sul ainda se chamava “Chapadão do Pousó Frio”.

Rocha (2005, p. 62) cita (metaforicamente) que a família Krug trocou “153 hectares de terras no Rio Grande do Sul, por uma área de 17.540 hectares em Chapadão do Sul”, haja vista que as terras no Sul tinham valor bem mais elevado. Essa “troca” (a venda de suas terras no Rio Grande do Sul e a posterior compra de terras no atual Mato Grosso do Sul) ocorreu num contexto de “desbravamento” da região Centro-Oeste (região na qual está inserida o município de Chapadão) e que nos anos 1970 e 1980 tem grande apoio do governo militar para ocupa-la¹³; o despovoamento e a desvalorização das áreas da região são a razão pela qual as terras eram menos valorizadas.

[...] Chistovam pediu ao motorista para esperar um pouco, desceu do ônibus e deixou o endereço do Rio Grande do Sul com a Dona Maria Cândido, dona de um boteco onde eles ficaram hospedados, com um recado para o tal uruguaio, que se o mesmo quisesse vender a fazenda que os procurasse no Rio Grande do Sul. Para surpresa, após uma semana de seu retorno a Erebangó, RS, chega lá o Sr. Luiz Arbiza querendo vender a fazenda, que, na época, tinha 17.540 (dezessete mil, quinhentos e quarenta) hectares e foi negociada por uma fazenda dos irmãos Krug de 150 (cento e cinquenta) hectares, entrando no negócio aqui no Mato Grosso diversas galinhas, 12 (doze) cavalos, 01 (um) trator a querosene, 01 (uma) caixa com utensílios domésticos, 01 (um) caminhão fundido e 01 (uma) geladeira a querosene Na fazenda do Rio Grande do Sul se produzia trigo, milho, soja e cevada, tanto que, na época, todos diziam que eles eram uns loucos por trocar terras produtivas por sonhos; mas a história de Chapadão do Sul prova que a realidade foi melhor que todos os sonhos dos pioneiros (LORENZON, 2003, p. 9).

Ao chegar ao Chapadão do Pousó Frio, a família Krug plantou pequenas lavouras de mandioca e arroz. A lavoura de mandioca se adaptou bem àquelas terras, surpreendendo os moradores antigos da região, mas ao contrário, a de arroz não vingou (LORENZON, 2003, p. 7).

Tamanho era o interesse da família Krug em se estabelecer no atual Chapadão, que pouco a pouco eles foram trazendo os membros familiares que ainda estava no Rio Grande do Sul. A família continuou insistindo na agricultura e,

¹³ Havia uma tentativa de ocupação dessa região desde o governo de Getúlio Vargas, contudo, a ocupação efetiva só se consolidou entre os anos 1970 e 1980, com os projetos de desenvolvimento regional e os programas criados para melhorar a infraestrutura da região, permitindo assim a expansão da agricultura moderna, na região Centro-Oeste.

para isso, fez um financiamento pecuário no Banco do Brasil e, posteriormente, Christovam fez financiamento agrícola para o plantio de arroz. Os relatos são de que os vizinhos mato-grossenses desconfiavam que a produção agrícola da família não fosse despontar, pois não havia fertilidade no solo, chegando a afirmarem que os gaúchos iriam morrer de fome (LORENZON, 2003).

A família Krug foi uma das primeiras a iniciar o uso de fertilizantes na agricultura das terras do Chapadão do Pouso Frio. Na época aquela área tinha de pouca a nenhuma estrutura com recursos de todos os âmbitos, seja na área da saúde, comércio e serviços e, principalmente na agricultura, haja vista que as terras do atual município eram completamente desvalorizadas, em decorrência da baixa fertilidade do solo. Quem ouve os relatos da época jamais imaginaria que o município se transformaria na referência nacional quando se trata de agricultura tecnificada.

[...] Foi feito tratamento de sementes e usado adubo químico, coisa que os vizinhos não conheciam. O Sr. João Rocha, morador das furnas do Pouso Frio, lugar de terras férteis, dizia que não acreditava que nas terras de Chapadão se produzisse qualquer coisa. Quando viu o resultado, perguntou qual era o milagre, o Christovam disse que era um adubo, então ele pediu para comprar semente deste adubo, tanta era a falta de informação na região (LORENZON, 2003, p. 9).

A persistência da família Krug e de outras advindas do Rio Grande do Sul, em transformar o solo chapadense em estabelecimentos rurais ligados a agricultura capitalista foi a grande referência para muitos dos imigrantes gaúchos que resolveram ir para Chapadão do Sul, investir na agricultura. Inclusive, quando a agricultura no município começou, muitos agricultores do Rio Grande do Sul iam para Chapadão do Sul com a intenção de comprar terras. O relevo com poucas ondulações era um dos grandes atrativos, pois os sulistas tinham uma visão empresarial sobre a terra, tal como eles a tratavam no Rio Grande do Sul.

A família Krug, por ter sido umas das pioneiras em Chapadão do Sul, se tornou também influente no município desde a sua chegada. Quando as lavouras de arroz começaram a “vingar” muitos agricultores do Sul vieram para o Chapadão ver a faceta, afinal aquelas terras eram conhecidas pela baixíssima produtividade. E era na pista da fazenda de Augusto Krug, o pouso dos aviões com os agricultores sulistas; era também na casa dos Krug que eles ficavam hospedados.

Em 1974 a produção de arroz despontou e, no ano seguinte, o então Chapadão dos gaúchos foi considerado a capital do arroz. Christovam Krug, com

sua visão empresarial, vendeu 1000 hectares de terras para o Roque Prates e, com o dinheiro, comprou um trator C.B.T. 1105 e uma caminhonete F1000, com o objetivo usar os veículos na agricultura, intensificando a produtividade. Contudo, a alta produtividade de arroz não durou muito tempo e, em 1977, Christovam plantou trinta hectares de soja, buscando alguma cultura que se adaptasse àquelas terras. Apesar das dificuldades iniciais, em 1979 a cultura de soja era o destaque no Chapadão dos Gaúchos (LORENZON, 2003).

2.4 A atuação das oligarquias agrárias em municípios de intensa atuação do agronegócio

Os fatos citados acima demonstram situações que ocorrem com muita frequência em municípios de interior do país, normalmente, municípios comandados por oligarquias¹⁴. Inclusive, pela constituição do país, onde se consagrou as oligarquias agrárias. Afinal, num país alicerçado na terra de/para negócio, não há como descolar “o Estado da parcela da sociedade que lhe dava suporte (a aristocracia agrária), pois todo seu aparelho humano e físico fora organizado em torno das bases patrimoniais dos senhores de terra (Rosa, 2007, p.113).

Rosa (2007) desnuda que ao longo da consolidação das estruturas administrativas, o poder privado passou a depender dos órgãos estatais, pois o aparato do Estado era maior que o privado. Dessa forma, as oligarquias agrárias se utilizam do aparato estatal para obter privilégios. E no Mato Grosso do Sul isso ocorre com mais frequência, pois o estado teve sua constituição alicerçada na terra. E num estado governado por coronéis e latifundiários, não seria de se estranhar que tratassem da gestão municipal como tratam suas terras, fazendo valer seus gostos e vontades, “passando por cima” da lei.

As oligarquias rurais continuam donas das terras, continuam latifundiárias e produzindo para a exportação, mas não mais detêm o poder político. As elites políticas - a burguesia industrial, agora no poder - fazem uma aliança com a oligarquia rural, tomam seu poder, mas a mantêm como classe social, por duas razões fundamentais: primeiro, porque a burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, da acumulação das exportações do café e do açúcar, ao contrário dos processos históricos ocorridos na formação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos (STÉDILE, 1997, p. 11).

¹⁴ Na ciência política, é a forma de governo em que o poder político está concentrado num pequeno número pertencente a uma mesma família, um mesmo partido político ou grupo econômico ou corporação.

Não só no estado de Mato Grosso do Sul, mas em quase todo o Brasil e nos municípios de interior onde a economia se baseia principalmente nas atividades agrícolas, é comum que os fazendeiros, latifundiários, e/ou pessoas com profissão ligadas ao setor agrícola também esteja atuando na política. Em escala nacional temos o exemplo da bancada ruralista no Congresso Nacional, composta por parlamentares com profissões ou vínculos ligados ao setor agrícola, que entraram na política para manter seus privilégios.

“[...] Considero válido pensar que a burguesia brasileira e os partidos conservadores não tem um projeto de desenvolvimento territorial para o país entendendo-o como uma nação. Os interesses e as alianças de classe, no sentido da manutenção dos privilégios das elites se sobrepõem inclusive as programas que os partidos poderiam construir e disputar. Em razão deste arranjo na política no Brasil, o que se assiste no contexto após os governos militares são alianças com a elite agrária que cada vez mais premia os proprietários de terra. E a Bancada Ruralista por reunir políticos e lideranças de vários partidos reflete este contexto mais amplo da hegemonia histórica da classe em detrimento das lutas e organizações de base (COSTA, 2012, p. 83).

Na escala local, vemos perpetuar em Chapadão do Sul aquilo que ocorre em âmbito nacional: os latifundiários ingressam na política para manter seus privilégios, em detrimento dos direitos da população (um exemplo é a manutenção dos privilégios da elite agrária e na contramão a não efetivação da reforma agrária, a falta de políticas para o pequeno agricultor, entre outras ações necessárias).

Por ser uma das pioneiras no município de Chapadão do Sul, contribuindo inclusive para a constituição oficial do município, a família Krug se constituiu como uma oligarquia da terra atuando, inclusive, na política municipal. O atual prefeito é João Carlos Krug, este que teve seu primeiro mandato como prefeito do município ainda no final da década de 1990, voltou ao cargo ao ganhar a eleição municipal em 2016, e na última eleição municipal, em 2020, João Carlos Krug é reeleito prefeito do município.

Outro aspecto que denota a influência da família Krug é o nome da Escola Estadual Augusto Krug Netto, nome dado em referência ao primeiro membro da família Krug ao chegar às terras do Chapadão do Sul.

A seguir a imagem da escola:

Figura 12 - Escola Estadual Augusto Krug Netto



FONTE: <https://www.cre10paranaiba.sed.ms.gov.br/escolas-da-jurisdicao/chapadao-do-sul/e-e-augusto-krug-netto/>

A influência da família Krug em Chapadão do Sul é notável e intensa, passando por cargos importantes na política local, nomeando instituições públicas e sendo proprietários de terras. Os Krug chegaram ao município no intuito de se estabelecer e, junto a eles, vieram outras famílias (grande parte veio do Rio Grande do Sul, pois à medida que os primeiros migrantes voltavam para o Sul revelando a terra de baixo preço, o relevo favorável para a agricultura capitalista, ia despertando nos outros o interesse em também se aventurar nas terras do Chapadão.

Outra família que se constituiu como relevante no município foi à família Martins, com destaque para Júlio Alves Martins, que também era da região Sul do país e se estabeleceu nas terras do Chapadão do Sul por acaso¹⁵, diferentemente dos outros imigrantes que iam ao então Chapadão do Sul interessados nas terras.

¹⁵ É importante salientar que grande parte dos imigrantes chegados em Chapadão do Sul tinham de forma direta ou indireta, intenções nas terras do atual município. Mas com Júlio Martins Alves ocorre diferente, ele foi por diversas vezes ao Chapadão, servindo de transporte (ele tinha um avião) para as pessoas que iam ao município com interesse escancarado nas terras, tanto que ele ira adquirir terras no município, após diversas idas e vindas levando essas pessoas.

Júlio Martins tinha um avião e transportava pessoas do Sul do Brasil até o Chapadão do Sul e ganhava comissões quando a venda das terras se efetivava. Após algumas comissões, Júlio comprou uma área no município e se estabeleceu no então Chapadão do Sul.

Nessa ocasião recebi comissões de ambos os lados e a partir desta data sempre estava trazendo pessoas interessadas em comprar terras nessa região. Eram principalmente gaúchos de Santo Augusto, Palmeira das Missões e Ijuí, todos com tradição em agricultura. Com as comissões das vendas de terras adquiri uma área de 2.197 hectares que é esta área onde estou até hoje (LORENZON, 2003, p.18).

Júlio Alves Martins relata as inúmeras mudanças ocorridas no então Chapadão do Sul, entre os anos de 1972 a 1975, afirmando que os cerrados deram espaço para as plantações de arroz (LORENZON, 2003) e posteriormente a soja, e em seguida os monocultivos do agronegócio.

2.5 A expansão das atividades agrícolas em áreas de cerrado

É importante se ater a extinção do cerrado para o plantio dos monocultivos, de forma crítica. Embora os plantios ligados ao agronegócio sejam tidos como produtivos e lucrativos, no estado de Mato Grosso do Sul, eles ocorreram num contexto de extinção dos cerrados. Foram inúmeras as perdas de cerrado brasileiro para dar vez aos monocultivos do agronegócio. Grande parte da biodiversidade desse bioma foi extinta sem sequer terem sido catalogadas e estudadas. Porto-Gonçalves (2004) há anos alerta os impactos socioambientais no cerrado:

Pelo sentido geográfico dessas vias, vê-se que seu destino é a exportação de *commodities*. O impacto socioambiental do agronegócio vem atingindo em cheio aos cerrados, assim como a própria floresta ombrófila densa na Amazônia, pondo em risco toda a riqueza em diversidade biológica e cultural, com o aumento do desmatamento em Rondônia, Mato Grosso, Pará e no Amazonas, que já se coloca para além do famoso “arco do desmatamento” (Amazônia Meridional e Oriental – Mato Grosso, Tocantins e Pará), e já invade a margem esquerda do rio Amazonas (BR 174 – Manaus-Caracará). Cada vez mais começaremos a falar não mais de “arco de desmatamento” e sim de fragmentação da floresta, o que expõe a área a uma nova fase de seu processo de desmatamento, com consequências imprevisíveis (p. 220).

2.6 O empenho de Júlio Alves Martins em tornar Chapadão Do Sul um município oficialmente

Além de comerciante de terras, Júlio Alves Martins ganhou notoriedade e respeito, pois, fez um loteamento, dotando-o de infraestrutura e forneceu água e luz de maneira gratuita aos moradores. A partir dessas ações, Júlio e outros moradores iniciaram o movimento de criação de município independente, pois, antes o atual Chapadão do Sul era pertencente ao município de Cassilândia (LORENZON, 2003).

Doei terrenos para amigos e pessoas de pouco poder aquisitivo para poderem construir suas casas ou mesmo abrir seu próprio negócio. E no passar dos anos doei terrenos para cada necessidade que ia surgindo como: escolas (Estadual Cepe, Municipais, Atenas e creches), para os dois hospitais e Posto de Saúde, Correio, para diversas igrejas, delegacia de polícia e nesta ainda construí em parceria com o Estado (entrei com 75% contra 25%), biblioteca, Câmara Municipal, Destacamento Militar, Prefeitura, clube Paineira e CTG e minhas últimas doações foram para a construção do prédio do Fórum e para a nova escola que está sendo construída perto da Vila Esperança (LORENZON, 2003, p.19).

O comendador de terras destaca a contribuição pessoal e significativa para que Chapadão do Sul ganhasse importância como município, mas a falta de infraestrutura dificultava os investimentos e financiamentos, em contrapartida, o baixo preço da terra atraía centenas de imigrantes.

Trocaram 153 hectares de terras do Rio Grande do Sul, por uma área de 17.540 hectares em Chapadão. A terra no Rio Grande do Sul era centena de vezes mais valiosa. A terra em Chapadão do Sul possuía um valor insignificante (ROCHA, 2005, p. 62).

Júlio Martins¹⁶ se tornou cidadão importante e respeitado em Chapadão do Sul, considerado o fundador do município, recebendo homenagens do Sindicato Rural, sendo reconhecido como grande colaborador para tornar o município um lugar de referência para se investir e morar.

Na entrada do município de Chapadão do Sul está localizada a propriedade do comendador, onde também há um aeroporto que leva seu nome: “Júlio Alves Martins”. Neste aeroporto contém alguns aviões, símbolo do comendador, que se fixou no município trazendo pessoas do Rio Grande do Sul para conhecer o Chapadão, em seu avião.

16 O comendador Júlio Alves Martins, figura importante no município de Chapadão do Sul, morreu no decorrer de nossa pesquisa, aos 91 anos, no dia 13 de Junho de 2020, vítima de um infarto.

A seguir a figura do Aeroporto do popularmente conhecido “fundador” de Chapadão do Sul:

Figura 13 - Aeroporto Júlio Alves Martins



Fonte Amanda Júlia de Freitas Mariano

Data: Agosto de 2020

Outra família relevante no município são os “Vicente Silva”, que foi para o atual Chapadão do Sul no avião de Júlio Alves Martins, inicialmente, adquirindo 25.000 hectares de terra. “Para pagar toda a área adquirida eles traziam outras pessoas e vendiam parte das terras”. Advindos da cidade de Santo Augusto, no Sul do país, Zeca (pioneiro da família Vicente Silva a ir para Chapadão do Sul) afirmava já ter feito tudo que almejava no Sul (LORENZON, 2003, p. 22).

Contudo, a família Vicente Silva se revezava entre o Sul do país e o Chapadão: “sempre vínhamos e ficávamos de dois a três meses e voltávamos para o Sul para cuidar da lavoura por dois a três meses e retornávamos ao Chapadão. Vivíamos na estrada” (LORENZON, 2003, p. 22).

Em 1972 o Sr Júlio veio trazer o Zeca e o Roque para conhecer esta região, e acharam que deviam investir comprando 25.000 hectares. Compraram com a cara e a coragem e a escritura saiu toda em nome do Zeca, pois o Roque não podia escriturar por ser gerente do Banco do Brasil de Santo Augusto (LORENZON, 2003, p. 22).

Uma semelhança entre as famílias citadas, é que quase todas tinham experiência com agricultura e possuíam propriedades rurais, além de alguns membros da família ser engenheiros agrônomos. Na época em que a maioria resolveu se “aventurar” no atual Chapadão, a área nada tinha a oferecer além das terras a baixos preços e a carência de serviços essenciais.

2.7 O cenário capitalista da terra: escala regional e local

“Sob a égide da revolução tecnológica, dá-se a inserção do Brasil na lógica da globalização econômica” (ELIAS, 2013, p.13), na década de 1960, se efetivando na região Centro-Oeste em 1970, concomitante a chegada dos primeiros imigrantes no atual Chapadão do Sul, ou seja, os imigrantes chegam ao município, num período em que o contexto agrário brasileiro estava propício para grandes produtores e/ou para produtores que objetivassem tornar os cerrados¹⁷ produtivos, especialmente, na região Centro-Oeste

Chapadão do Sul teve o seu processo de ocupação semelhante à ocupação da região Centro-Oeste, especialmente no estado de Mato Grosso do Sul, onde a agricultura capitalista territorializou-se com apoio do Governo Federal, e os empresários trataram a terra como negócio. Em Chapadão do Sul não foi diferente, os migrantes que eram os grandes produtores, foram contemplados pelos créditos ofertados pelo Estado, enquanto os pequenos produtores não tinham acesso a eles e ao mínimo de políticas públicas (MARIANO e TEIXEIRA, 2020, p. 436).

O discurso dos imigrantes que vieram para Chapadão do Sul era de que fariam aquelas terras prosperarem. Contudo, é importante frisar que eles chegaram ao atual município, num período de incentivos governamentais e terras a preços extremamente baixos, o que compensava a “troca” de alguns hectares em sua região de origem, por extensas terras no atual Chapadão do Sul, além de um relevo de chapadas e chapadões (que facilitavam a mecanização da agricultura). Esses fatores foram determinantes para as famílias insistirem em se estabelecer no município, apesar da pouca infraestrutura da região.

O cerrado brasileiro, com sua enorme diversidade biológica e cultural, vem se transformando, assim, numa área de expansão de grandes latifúndios produtivos, pelas enormes vantagens que

¹⁷ Ao abordar o termo “cerrado produtivo”, estamos abordando sob o ponto de vista da agricultura capitalista, e do Governo Federal, que ao disponibilizar créditos, isenções fiscais no período da modernização (conservadora) da agricultura, deixou evidente que o cerrado da forma original não era produtivo, era preciso usá-lo na perspectiva do agronegócio, ou seja, torna-lo rentável através dos monocultivos.

oferece, seja pela riqueza hídrica que abriga, seja pela topografia plana de suas chapadas e de seus chapadões. Avalia-se que 70% da área das chapadas já esteja ocupada por esse tipo de empresa, seja com cultivo de grãos, algodão ou de monoculturas de plantações de madeira (eucaliptos e pinnus alba e pinnus elliotis) (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 223).

Chapadão do Sul teve o processo de constituição/formação do município semelhante a diversos municípios brasileiros, excepcionalmente nas regiões de fronteira, no interior do Brasil. Em todo o território brasileiro a terra sempre foi um trunfo, justamente pela colonização do país, mas nas áreas de fronteiras as relações com a terra são ainda mais intensas (e violentas).

2.8 Os níveis nacional e estadual de concentração fundiária que legitimam a terra concentrada em Chapadão do Sul

Para confirmar a lógica agrária brasileira presente em grande parte dos municípios do estado de Mato Grosso do Sul, especialmente, em Chapadão do Sul, apresentaremos a seguir dados da estrutura fundiária do Brasil, de Mato Grosso do Sul e do município de Chapadão do Sul:

Tabela 9: Estrutura Fundiária do Brasil - 2018

Nome Categoria (Hectares)	Quantidade Imóveis	Total Área (ha)
Mais de 0 a menos de 1	160.069	79.623,4012
1 a menos de 2	201.808	276.768,1293
2 a menos de 5	937.468	3.151.196,5634
5 a menos de 10	992.227	7.168.884,9906
10 a menos de 25	1.596.285	25.861.237,7162
25 a menos de 50	987.842	34.770.285,0867
50 a menos de 100	703.947	48.849.862,6831
100 a menos de 250	494.612	75.173.601,9342
250 a menos de 500	183.213	64.589.863,3145
500 a menos de 1000	97.979	68.201.481,0183
1000 a menos de 2000	50.536	69.578.511,9966
2000 a menos de 2500	13.264	29.698.463,7622
2500 a menos de 5000	22.142	76.493.734,6452
5000 a menos de 10.000	7.439	53.080.115,3759
10.000 a menos de 20.000	1.832	25.129.741,0722
20.000 a menos de 50.000	1.053	31.558.631,7486

50.000 a menos de 100.000	268	19.050.675,4777
100.000 e Mais	424	142.810.726,6836
Imóveis Inconsist. Excluídos	122.422	0,0000
Total	6.574.830	775.523.405,5994

Fonte: INCRA 2018

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Tabela 10: Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul – 2018

NOME (HECTARES)	CATEGORIA	QTDE IMÓVEIS	TOTAL ÁREA (ha)
Mais de 0 a menos de 1		101	49,5904
1 a menos de 2		337	461,5511
2 a menos de 5		7.643	26.679,6160
5 a menos de 10		8.522	60.519,1565
10 a menos de 25		16.988	282.123,8761
25 a menos de 50		14.359	491.654,7083
50 a menos de 100		9.901	703.428,4687
100 a menos de 250		12.727	2.063.418,7008
250 a menos de 500		9.036	3.252.374,3354
500 a menos de 1000		7.279	5.145.984,2012
1.000 a menos de 2.000		4.675	6.457.498,4881
2.000 a menos de 2.500		1.125	2.511.162,9499
2.500 a menos de 5.000		1.957	6.770.308,8369
5.000 a menos de 10.000		725	4.949.620,6558
10.000 a menos de 20.000		256	3.503.964,7643
20.000 a menos de 50.000		97	2.880.961,6964
50.000 a menos de 100.000		4	251.828,6036
100.000 e Mais		2	251.226,4998
Imóveis Incosist. Excluídos		1.636	0,0000
T O T A L		97.370	39.603.266,6993

Fonte: INCRA 2018

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Tabela 11: Estrutura Fundiária de Chapadão do Sul – 2018

Nome Categoria (Hectares)	Quantidade Imóveis	Total Área (ha)
2 a menos de 5	29	98,7595
5 a menos de 10	40	323,8851
10 a menos de 25	42	610,5299
25 a menos de 50	101	3.851,0675
50 a menos de 100	146	10.745,1542
100 a menos de 250	152	25.115,3175
250 a menos de 500	82	29.496,9991
500 a menos de 1000	94	67.629,3577
1.000 a menos de 2.000	67	92.949,2386
2.000 a menos de 2.500	11	24.412,1090
2.500 a menos de 5.000	18	64.949,3862
5.000 a menos de 10.000	7	53.003,0007
10.000 a menos de 20.000	3	40.257,8676
20.000 a menos de 50.000	1	31.197,0292

IMÓVEIS Incosist. Excluídos	6	0,0000
TOTAL	799	444.639,7018

Fonte: INCRA 2018

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

As três tabelas anteriores evidenciam a tamanha concentração fundiária presente no Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul e no município de Chapadão do Sul. Estado e município que reafirmam a constituição do território nacional, onde o território a princípio não tinha nada a oferecer, e posteriormente os conquistadores/colonizadores (imigrantes sulistas) enxergam a terra como um atrativo. Nesse sentido, comparamos a formação de Chapadão do Sul com a formação brasileira definida por Moraes (1991, p.169):

Uma colônia sem atrativos imediatos para o conquistador, constrói-se pela ocupação do solo com a efetiva criação de um aparato produtivo, sendo assim mais uma edificação de algo novo do que de apropriação de uma estrutura preexistente – como em outras partes do mundo colonial e da própria América.

A tabela 14 expõe dados de um Brasil de terras concentradas, onde uma área de 142.810.726,6836 hectares contém apenas 424 imóveis, sendo esses imóveis superiores a 100.000 hectares. Enquanto 987.842 imóveis ocupam uma área total de 34.770.285,0867 hectares, estando esses imóveis na categoria de 25 a 50 hectares. Ou seja, a maior parte das terras brasileiras está concentrada em poucos imóveis (nas mãos de poucos), sendo exorbitante a área total destes imóveis.

Fernandes et al (2012, p.11) discutem sobre o paradoxo de um país de dimensões continentais, e ainda sim com altos índices de concentração fundiária; o Brasil:

O Brasil é um país continental, sendo o quinto do mundo em extensão e com grande potencial agropecuário. Possui 8.514.876,599 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e mantém desigualdades tão grandes quanto seu território. Estas desigualdades mantêm uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo, representada pelo índice de Gini de 0.854, sendo que a maior parte das terras estão sob o domínio de grandes corporações nacionais e multinacionais.

Seguindo a lógica capitalista da terra de negócio, temos a ascendente concentração fundiária de Mato Grosso do Sul. No estado há apenas dois imóveis com mais de 100.000 hectares, que utilizam uma área total de 251.226,4998 ha, quase a mesma área em que 16.988 imóveis ocupam (16.988 ocupam uma área de 282.123,8761 ha, sendo imóveis de 10 a 25 hectares). Essa lógica se explica, pois o

estado é uns das vedetes da agricultura capitalista no país. E neste modelo de produção são necessárias extensas terras.

Fernandes et al (2012, p.27) elucidam sobre a territorialização do agronegócio nos estados da região Centro-Oeste:

A região Centro – Oeste é marcada pelo agronegócio que fundou cidades onde a cultura mercantil é predominante. Sua contribuição na geração do Valor Bruto da Produção nacional é de 14%. Nesta região, os camponeses perdem cada vez mais seu poder de participação. Os assentamentos de reforma agrária, por exemplo, são representativos no que se refere ao número de estabelecimentos, mas sua contribuição é muito baixa, somente 2,9% do produto regional. Este é um exemplo forte que a expansão do modelo do agronegócio expropria o campesinato da terra e da participação da produção. A denominada modernização da agricultura em vigência tem como princípios a eliminação pela competitividade, de modo que um setor estratégico do desenvolvimento como o campesinato pode ser eliminado por políticas que valorizam o monocultivo de commodities para exportação e controla regiões importantes do Brasil.

2.9 A relevância do município no Brasil dos agronegócios

E é nesse contexto nacional e estadual que Chapadão do Sul tomou a relevância que tem no Brasil dos agronegócios, a sua formação se deu a partir da visão capitalista sobre a terra aliado a um cenário de índices altíssimos de concentração fundiária. Houve todo um contexto construído e propício para Chapadão do Sul se transformar no que de fato é: um pupilo do agronegócio no estado.

A visão empresarial que o comendador Júlio Alves Martins tinha sobre a área rural de chapadas e chapadões, o fez “sobrevoar as terras do atual Chapadão do Sul e foi capaz de vislumbrar como viável, do ponto de vista empresarial, a ocupação do espaço do Chapadão, nos Cerrados do Nordeste do Estado, para a expansão do cultivo da soja” (CONFORTE, 2006, p. 65).

Chapadão do Sul foi formado para o agronegócio. Para Martins (1980) esse regime é de propriedade capitalista, onde a terra é tratada como um negócio:

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem (MARTINS, 1980, p. 60).

É comum, nesses municípios, a concentração fundiária, e nesse quesito Chapadão do Sul não foge à lógica. O município reúne elevados números de terra concentrada. A tabela 3 mostra que um imóvel equivale a uma área total de 31.197,0292 tendo o imóvel entre 20.000 a 50.000 hectares. Outros três imóveis ocupam uma área total equivalente a 40.257,8676, dessa vez imóveis de 10.000 a 20.000 hectares. Os números se tornam mais expressivos se levarmos em consideração a área total do município 444.639,7018 ha, e dessa área total os 11 maiores imóveis ocupam 124.457,898 ha, enquanto os outros 782 imóveis ocupam o restante da área total.

E é nesse cenário, de concentração fundiária que ocorre a territorialização do agronegócio. De fato no que foi idealizado para Chapadão do Sul, um município voltado para a produção de commodities. Emancipado e formado a partir de uma visão capitalista da terra, nesse sentido, se constituiu extensas propriedades justamente para a produção em larga escala. Além disso, há no município a burguesia agrária, presente desde a constituição de Chapadão, proprietários de terras, pessoas respeitadas no município, atuando na política, como é o caso de membros da família Krug. Apesar de todo o discurso de agricultura moderna, vemos penetrados na constituição de Chapadão do Sul, velhas práticas de uma estrutura secular tão comum no país.

Para fazer perpetuar estruturas arcaicas do Brasil agrário às oligarquias se apropriam de cargos públicos, e a agricultura capitalista conta com o amplo apoio das mídias, um exemplo são as propagandas da televisão aberta (rede Globo), referente ao agronegócio, com o slogan “Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo”. Essas propagandas são quase sempre veiculadas em horários nobres, quando a audiência está alta, induzindo a população a acreditar que de fato o Agronegócio produz tudo, como a própria propaganda (enganosa) vende.

Acerca da atuação das mídias em favor do agronegócio, Santos et al (2020, p. 345-346) trazem uma análise sobre as “estruturas ideológicas”, que nada mais é que a “organização material”, “capaz de influir na opinião pública – como recursos heurísticos balizares para esta agenda, reconhecendo a relação objetividade-subjetividade para o estudo da concepção, produção e ordenamento do espaço”.

Contudo, é preciso seriedade e criticidade para se analisar esse modelo de agricultura capitalista que via de regra no Brasil, caminha junto com a concentração

fundiária, expropriação dos trabalhadores do campo e das comunidades locais, promovendo trabalho análogo ao escravo e prejuízos ao meio ambiente.

O grande equívoco (vendido de forma intencional, e talvez a maior propaganda desse modelo de agricultura) é o de que o agronegócio produz alimentos e seu objetivo é o combate à fome, quando na verdade quem produz alimento para abastecimento da população é a agricultura familiar e em suma, o agronegócio produz commodities que é:

Qualquer produto originário de atividade agropecuária, florestal ou pesqueira ou qualquer mineral em sua forma natural ou que tenha passado por processamento costumeiramente requerido para prepará-lo para comercialização em volume substancial no comércio internacional (DELGADO apud CARDOSO et al, 2019, p. 839-840).

2.10 Aliança terra-capital para a territorialização do agronegócio

Assim, ocorre o que Almeida (2011) chama de aliança terra-capital, que é o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, através da relação entre indústria e agricultura. E claro, essa aliança ocorre numa estrutura onde a terra é e sempre o foi tratada como negócio. Martins (1980) define a terra de negócio, sendo aquela que o capital se apropria e a transforma em terra de exploração, onde o único objetivo é o lucro extraído dela.

Além da terra ser tratada como negócio nesse modelo de agricultura, há também outros aspectos que delineiam a agricultura de negócio, Cardoso et. al. (2019) os evidenciam:

- a) perdão das dívidas dos ruralistas pelo Governo; [...]
- b) na proibição de produtos orgânicos em supermercado, No dia 15 de junho de 2018, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou um projeto que prevê a proibição de venda de orgânicos em estabelecimentos como supermercados, por exemplo. De autoria do deputado federal Edinho Bez (MDB/SC), o projeto de lei nº 4576/16 quer que esse tipo de produto seja vendido apenas em feiras livres ou pelos próprios produtores, em propriedades particulares. Segundo a justificativa, a ideia é combater produtos fraudulentos. (METRO JORNAL, 2018).
- c) liberação de agrotóxicos nocivos à vida humana. “O Projeto de Lei 6299/2002, mais conhecido como “PL do Veneno”, que propõe flexibilizar o uso e registro dos agrotóxicos no país, desconsidera

todo e qualquer impacto na saúde, no meio ambiente e na economia”. (FIOCRUZ, 2018)” (CARDOSO et al, 2019, p. 840-841).

A formação territorial de Chapadão do Sul se dá nesse contexto de aliança terra-capital, denotando todo o plano traçado para que o município tivesse a relevância no Brasil dos agronegócios que tem hoje. A visão capitalista sobre a terra estava intrínseca desde a chegada dos primeiros imigrantes. O relevo de chapadas e chapadões era favorável para a agricultura mecanizada, o ideal para que o capital se apropriasse da terra, transformando-a em *terra de negócio*, onde o capitalista tem “o intuito do lucro, direto ou indireto (MARTINS, 1980, p. 60).

[...] A propriedade capitalista é um regime distinto de propriedade. Baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, possuídos agora pelo capitalista. Nesse caso, a propriedade capitalista é uma das variantes da propriedade privada, que dela se distingue porque é propriedade que tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho; é fundamentalmente e instrumento de exploração (MARTINS, 1980, p. 58-59).

A própria colonização brasileira deu a terra um sentido de negócio, lucro, riqueza, e literalmente a terra de negócio. Essa formação territorial, constituída sob o viés capitalista da terra, fez com que o município “nascesse” com altíssimos graus de concentração fundiária; o espaço Chapadense foi criado para gerar lucro. Daí a intensa territorialização do agronegócio.

Chapadão do Sul teve o seu processo de ocupação semelhante à ocupação da região Centro-Oeste, especialmente no estado de Mato Grosso do Sul, onde a agricultura capitalista territorializou-se com apoio do Governo Federal e os empresários trataram a terra como negócio (MARIANO e TEIXEIRA, 2020).

Desde a colonização portuguesa, o acesso à terra foi controlado de maneira a restringi-lo às classes dominantes. A posse e o domínio das terras brasileiras continuam concentrados em latifúndios espalhados pelo país, sem que a terra possa cumprir sua função social, apesar das demandas e lutas sociais camponesas. Tal situação é consequência do processo histórico da economia brasileira, que teve sua base erguida no latifúndio monocultor e no trabalho escravo (LEITE, 2018, p.11).

2.11 A ideologia Geográfica para formação de Chapadão do Sul

Os relatos dos imigrantes de Chapadão do Sul dão a entender que aquelas terras eram vocacionadas para atividades ligadas a agricultura capitalista, devido ao relevo que favorece a mecanização da agricultura – símbolo do agronegócio. Ou

seja, o município tinha “vocação” para empresas rurais, com produção em larga escala e/ou para exportação. Contudo, a única vocação daquelas terras era para o Cerrado, bioma original dessa região. Moraes (1991, p.173) irá conceituar isso como “ideologias geográficas”. O autor ressalta que “a eficácia das ideologias deriva em muito de sua não-transparência. A plena retificação é o total encobrimento dos processos, seu não questionamento”.

Ocorreu em Chapadão do Sul   supervalorização dos aspectos econômicos, travestido do discurso de potencial daquelas terras para a agricultura capitalista, aniquilando o cerrado para dar espaço ao plantio das commodities, ocorrendo a territorialização da agricultura. Desse modo, “tematiza-se a “ideologia” [...] sem questionar a produção em si das representações espaciais, e os interesses específicos que lhes deram origem (MORAES, 1991, p.41-42). O discurso de progresso e modernidade legitimou a destruição do cerrado. “A ideologia passa a ser vista como forçá histórica, uma “dimensão política”... recupera-se a unidade entre pensamento e ação, onde as ideias cumprem um papel de convencimento e legitimação (MORAES, 1991, p.40)”.

Foi visto que a produção do espaço se faz calcada sobre pr -ideiaç es, e que a própria representação do espaço é um constructo cultural. Foi posto também que o conhecimento explicitamente definido como Geografia, não recobre a integralidade deste campo. Um saber geográfico afloraria em vários discursos. Entre estes alguns poderiam ser credenciados como ideologia. Eis onde estávamos (MORAES, 1991, p. 40-41).

Esse discurso legitimou os processos que ocorreram em Chapadão do Sul, dentre eles a concentração fundiária, elemento essencial para as produções do agronegócio. A tabela 18 evidenciara em números a alta concentração de terras no município do agronegócio:

Tabela 12:  rea ocupada pelos estabelecimentos em Chapadão do Sul-MS

Ano	Grupo (ha)	-50	50-100	100-200	200-500	500-1000	Mais de 1000	Total
1995/96	N�	1.767	3.994	6.093	25.128	44.688	289.547	371.217
	%	0,48%	1,08%	1,64%	6,77%	12,04%	78,00%	
2005/06	N�	3.790	2.961	4.764	15.854	41.066	304.313	372.761
	%	1,02%	0,79%	1,28%	4,25%	11,02%	81,64%	
2017	N�	1.891	777	2.304	10.306	35.072	231.371	281.739
	%	0,67	0,28	0,82%	3,66%	12,45%	82,12%	

Fonte: IBGE, 2017

Organização: Sedeval Nardoque e Joser Neves

Os dados da tabela 18 evidenciam o caráter concentrador de Chapadão do Sul. No censo de 1995/96 os números referentes aos estabelecimentos rurais com mais de 1000 hectares de área, somavam 289.547, e uma porcentagem de 78%, enquanto as áreas com estabelecimentos rurais menores de 50 hectares, de 50 a 100 hectares, com 100 a 200 hectares, 200 a 500 hectares e 500 a 100 hectares, juntos somavam 22,01%, um “número insignificante frente à quantidade de estabelecimentos com mais de 1000 hectares” (MARIANO e TEIXEIRA, 2020, p. 433).

“[...] Na busca por terras agricultáveis e de baixo valor econômico é que em 1972, chegam no município de Chapadão do Sul, migrantes oriundos da região sul que começam a fazer investimentos nas áreas de cerrados ali existentes. A partir de então, em lugar das árvores e da vegetação nativa do cerrado, começam a surgir as plantações de arroz e soja. Era necessário, porém, muito capital, muito trabalho, ousadia e persistência. Assim, nesta fase do processo de ocupação e as modificações proporcionadas com a chegada dos pioneiros, embora de forma limitada, principalmente, quanto a quantidade de recursos empregados e o padrão tecnológico utilizado nas atividades produtivas, começam a ser vista (ROCHA, 2005, p. 96).

Em 2005/06 as áreas com mais de 1000 hectares aumentaram de 289.547 para 304.313, representando 81,64% da área total do município. A área rural de Chapadão do Sul segue servindo ao agronegócio, como objetivado desde a constituição do município. Porém, o censo desse ano (1995/96) mostra que as áreas menores que 50 hectares dobram; de 0,48% para 1,02%, contudo, esse percentual ainda é inexpressivo frente à vastidão das áreas com mais de 1000 hectares.

Os dados do IBGE de 2017 mostram que as áreas com mais de 1000 hectares ainda são predominantes em Chapadão, caracterizando 82,12% da área total do município. A porcentagem dos latifúndios chapadense ainda permanece inalterada, seguindo a mesma estrutura desde o início da formação territorial do município, com variações insignificantes, evidenciando que a concentração fundiária está intrínseca à Chapadão do Sul, estando presente desde o início da formação do município.

Era estranho o interesse dos primeiros imigrantes nas terras de Chapadão do Sul, pois, a priori aquele lugar não oferecia o básico para se viver (infraestrutura de saúde, educação, etc), e esse interesse se torna ainda mais incomum quando os próprios imigrantes relatam as dificuldades enfrentadas nas terras do antigo Mato Grosso, tendo em vista que nas suas regiões de origem (predominantemente da

região Sul do Brasil), esses imigrantes tinham seus negócios estáveis. Mas os dados da tabela 6 nos mostram que eles chegaram ao atual Chapadão bem orientados do que queriam naquelas terras. Traçando o perfil dos censos de 1995/96, 2005/06 e 2017, exposto na tabela 6 fica claro o interesse de tornar Chapadão do Sul uma sede para o agronegócio. Rocha (2005, p.105) confirma, os imigrantes chegaram no atual Chapadão do Sul orientados do que queriam ali:

Esses novos “ocupantes” do município chegavam dotados de uma visão empresarial e, sem dúvida, buscavam acesso e recebiam benefícios das políticas públicas implantadas. Apresentavam disposição para a agricultura capitalista e, em muitos casos, dispunham de experiências com a atividade agrícola, principalmente com o cultivo de soja, objetivada pelos incentivos governamentais, diferentes dos produtores locais, que de certa forma, ofereciam resistência ao novo modelo em expansão devido a falta de capital, dificuldades ao crédito, a cultura arraigada de produção para subsistência e pecuária extensiva (ROCHA, 2005, p.105).

Os dados da concentração fundiária é um dos exemplos presentes em Chapadão do Sul, da territorialização do agronegócio, o que Oliveira (2004), chama de territorialização do capital, quando ele se desenvolve plenamente, e “o capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola” (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

A perspectiva de Saquet (2013) dialoga com Oliveira (2004). Para Saquet (2013):

[...] como espaço usado e apropriado econômica e geopoliticamente: foi possível identificar duas concepções distintas: a) uma centrada na geopolítica do estado e na soberania, diante da mundialização da economia, reconhecendo as redes e elementos (i) materiais e, b) outra, materialista, pautada nas relações capital-trabalho, no uso do espaço e na reprodução do capital (SAQUET, 2013, p. 67).

2.12 A intensa territorialização da agricultura capitalista no município de Chapadão do Sul

A territorialização do agronegócio em Chapadão do Sul ocorre simultaneamente ao objetivo dos proprietários de terra em lucrarem com ela (terra), ou seja, extraírem renda com as atividades agrícolas. Almeida (2011, p. 105) define a renda extraída das atividades agrícolas como renda absoluta, aquela que “advém da existência do monopólio da terra. Seria uma espécie de renda primeira a que todos os proprietários da terra têm direito, pois dá sentido capitalista da terra”.

Assim, se torna um “casamento” perfeito, entre concentração fundiária e agronegócio.

Santos et al (2020, pg.357) explícita sobre a lógica capitalista, travestida de roupagem moderna que une agronegócio e concentração fundiária fazendo perpetuar “o conteúdo de um capitalismo dependente da renda da terra, estruturado na concentração fundiária e na economia primarizada”. Embora, os autores tenham tratado sobre o contexto de industrialização do município de Três Lagoas, onde se funde estruturas arcaicas com as técnicas modernas do agronegócio, tal lógica também está presente em Chapadão do Sul. Uma lógica global, onde a concentração fundiária é extremamente importante e necessária para a reprodução do agronegócio.

Oliveira (2005, p.121-122) alerta sobre a lógica global do agronegócio:

O Brasil do campo moderno, dessa forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo. Para o mercado mundial o país exportou: produtos florestais (papel, celulose, madeiras e seus derivados), carnes (bovina, suína e de aves); o complexo soja (soja em grão, farelo e óleo); café; açúcar e álcool; madeira e suas obras; sucos de frutas; algodão e fibras têxteis vegetais; milho; trigo; couro, peles e calçados; fumo e tabaco; frutas, hortaliças e preparações; cereais, farinhas e preparações; pescados e, cacau e suas preparações. Mas, quis a ironia que em 2.003, o Brasil tivesse que importar arroz, algodão e milho, além evidentemente, do trigo. Assim, o mesmo Brasil moderno do agronegócio que exporta, tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) e teve que importar também soja em grãos, farelo e óleo de soja, algodão em pluma, matérias-primas industriais de larga possibilidade de produção no próprio país (OLIVEIRA, 2005, p.121-122).

Para compreender esse processo a tabela 18 evidencia as principais produções de lavouras em Chapadão do Sul:

Tabela 13: As principais produções de lavouras em Chapadão do Sul (ton.)

Ano	Cana-de-açúcar	Milho em grãos	Soja em grãos
2017	1.771.289	250.976	261.426

Fonte: IBGE (2017)

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Inicialmente, é compreensível que as principais produções em Chapadão do Sul sejam cana-de-açúcar, milho em grãos e soja em grãos, com destaque para a produção de cana-de-açúcar com uma produção expressiva de 1.771.289 toneladas. Ambas as culturas estão entre “a menina dos olhos” do agronegócio, pois são

produções extremamente lucrativas, sendo a cana-de-açúcar uma produção presente no território nacional desde o Brasil-colônia.

Ambas as culturas se tornam lucrativas quando produzidas em grande escala, para tanto são necessárias extensas terras, ou seja, terras concentradas. Dessa forma, Chapadão do Sul se torna um paraíso para determinadas produções, afinal, o município conta com altíssimos níveis de concentração fundiária, além de relevo ideal para a utilização de maquinários, que contribuem de forma significativa para a produção.

Dos produtos de maior relevância produzidos em Chapadão do Sul, dois estão entre os 10 produtos mais exportados pelo Brasil: soja e milho. O que nos alerta sobre a lógica global em que está inserido o município de Chapadão do Sul.

A tabela 19 traz dados sobre os principais produtos exportados pelo Brasil:

Tabela 20: Dez produtos mais exportados pelo Brasil em 2019

PRODUTO	POSIÇÃO	PARTICIPAÇÃO
Soja Triturada	1°	13%
Óleos Brutos de Petróleo	2°	11%
Minério de Ferro	3°	9,9%
Celulose	4°	3,7%
Carne de Frango	5°	2,8%
Milho em Grãos	6°	2,9%
Produtos Manufaturados	7°	2,7%
Farelo de Óleo de Soja	8°	2,6%
Carne Bovina	9°	2,4%
Café em Grãos	10°	2,0%

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Analisando os dados da tabela 18 e 19 fica exposta a lógica global do agronegócio atuando sobre o município de Chapadão do Sul. Entre as principais produções de lavouras do município, está milho em grãos e soja em grãos. Essas culturas também estão presentes na tabela 19 de produtos mais exportados pelo Brasil, sendo a soja triturada o produto mais exportado e o farelo de óleo de soja o produto que ocupa a 8ª posição no ranking de exportações brasileiras, enquanto o milho em grãos ocupa a 6ª posição das exportações brasileiras; juntos esses

produtos representaram 18,5% das exportações do país em 2019 e são, também, dois das três produções mais relevantes de Chapadão.

Um aspecto notado em nosso trabalho de campo (em agosto de 2020) foi as inúmeras sacas de algodão colhido na entrada de Chapadão do Sul. Entretanto, os dados do IBGE/SIDRA (referentes a 2017, último ano com dados disponíveis) mostram que a produção dessa cultura em Chapadão do Sul é quase insignificante.

A seguir a figura com fotos das sacas de algodão:

Figura 14 - Sacas de algodão colhido, na estrada do município



Fonte: Amanda Júlia de Freitas Mariano – Saída de campo em Chapadão do Sul – MS. Agosto 2020.

A figura anterior mostra que a colheita foi significativa. Entretanto apresentaremos uma tabela com os dados disponibilizados pelo IBGE/SIDRA, a seguir:

Tabela 14: Produção de algodão herbáceo em Chapadão do Sul em 2019

Quantidade produzida nas lavouras temporárias (toneladas)	38.957
Área Colhida nas lavouras temporárias	9669

Fonte: IBGE – 2020

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Os dados disponibilizados pelo IBGE vão até o ano de 2017, analisando-os e comparando a produção de algodão com a produção das culturas de soja, cana-de-açúcar e milho, vemos que a cultura de algodão não tem o mesmo destaque que as

produções citadas anteriormente. Entretanto, a partir do campo, realizado em 2020, vimos que a produção de algodão se mostra ascendente, o que pode indicar que esta cultura pode alcançar o mesmo destaque que tem as lavouras de soja, cana-de-açúcar e milho, no município.

Outra atividade relevante no município, ligada ao agronegócio é a pecuária. Os dados do IBGE evidenciam a relevância da produção.

A seguir uma tabela com os dados do efetivo bovino:

Tabela 15: Número de estabelecimentos agropecuários com efetivo da pecuária (Unidade) em 2019

Município	Bovinos	Equinos	Ovinos	Suínos	Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos
Chapadão do Sul	180	131	38	97	120

Fonte: IBGE – 2020

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

A tabela 22 evidenciou em números a relevância que a pecuária tem no município, com destaque para a pecuária de bovinos, suínos, galinhas, galos, frangas, frangos e pintos. Com a evidencia dos dados é possível analisar que a produção agrícola (especialmente as culturas de milho, soja e cana-de-açúcar) sobressai no agronegócio do município.

A tabela anterior evidencia as produções de lavouras temporárias, e o destaque é para produtos que atendem o agronegócio, sendo os produtos com maior variação de tipo, plantados no município.

A seguir a tabela 23 com os produtos de lavoura permanentes:

Tabela 16: Produções de produtos da lavoura permanente do município de Chapadão do Sul – 2017

Produto – Lavoura	Tipologia
Banana	1
Borracha (Latex coagulado)	1
Maracujá	1

Fonte: IBGE 2021

Organização: Amanda Júlia de Freitas Mariano

A tabela anterior expõe os produtos produzidos em lavoura temporária, a partir das duas tabelas anteriores é possível compreender que no município o forte são as produções voltadas para o agronegócio, como evidencia a tabela 9 de lavouras temporárias.

2.13 A lógica global imposta à Chapadão do Sul

A partir dos dados expostos é possível compreender um pouco da lógica global presente em Chapadão do Sul. O município é dotado de fragmentos, instrumentos e serviços de escalas globais, justamente por estar inserido em uma lógica global, por meio da globalização da agricultura. A globalização da produção agrícola chapadense é resultante “quase exclusivamente das ações do capital e de sua internacionalização crescente”. Assim, segundo essa interpretação, é o tempo-espaço e o dinheiro que fazem o mundo girar – e nós giramos (ou não) em torno do mundo (MASSEY, 2004, p.178).

Desde então, a reestruturação produtiva da agricultura brasileira se realizou abalizada na racionalidade do atual sistema temporal, tendo seu funcionamento regulado pelas relações de produção e distribuição globalizadas, direcionando-se, cada vez mais, para atender à crescente demanda do mercado urbano interno e à produção de commodities para exportação, seja in natura ou passando por algum tipo de transformação industrial, aumentando seu valor agregado (ELIAS, 2013, p.14).

Para Massey (2004) o “lugar” é um processo, principalmente, devido às relações e interações sociais. A autora afirma que a particularidade da ligação entre o lugar com o seu exterior é o que constitui propriamente o lugar. Assim, é Chapadão do Sul um lugar constituído não apenas pelo que ocorre dentro de suas fronteiras demarcadas, mas também pela ligação do município com o exterior.

Vemos a forte relação de Chapadão do Sul com o seu exterior por meio de vários aspectos, sendo o primeiro deles a forte presença de empresas nacionais e internacionais atuando no município¹⁸.

A seguir apresentaremos figuras com algumas empresas¹⁹ que atuam no setor agropecuário do município de Chapadão do Sul.

¹⁸ Daremos ênfase em expor as empresas com serviços voltados para o setor rural, tendo em vista que a temática dessa pesquisa é sobre a questão agrária de Chapadão do Sul.

¹⁹ As informações sobre essas empresas, discorridas no corpo do texto foram retiradas do próprio site de cada empresa.

Figura 15 - Empresa de Tecnologia em Máquinas Agrícolas - MOSENA



Fonte: Amanda Júlia de Freitas Mariano – Saída de campo em Chapadão do Sul – MS. Agosto 2020.

A figura 15 refere-se à empresa Mosená, presente no Mato Grosso do Sul desde 1979, quando era chamada M&M Agrícola, tornando-se a atual Mosená em 1980. No início a empresa vendia vários implementos agropecuários, mas no final da década de 1980 a empresa concentrou-se atuação com produtos da marca Massey Ferguson.

Embora, a empresa Mosená seja patrimônio dos imigrantes vindos do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso do Sul, os produtos vendidos pela empresa são de uma marca internacional. A Massey Ferguson é uma marca que surgiu entre a fusão das marcas Massey Haris, dos Estados Unidos e Canadá, e da marca Ferguson, da Inglaterra, em 1953. E na década de 1990, a marca foi comprada pela empresa Norte Americana AGCO, esta última é conhecida por ter diversas marcas de equipamentos agrícolas e estar presente em vários países.

Figura 1: Empresa de instrumentos agropecuários - Produtiva



Fonte: Amanda Júlia de Freitas Mariano – Saída de campo em Chapadão do Sul – MS. Agosto 2020.

A empresa Produtiva é de venda de instrumentos voltados para atender o setor rural de Chapadão do Sul, desde a agricultura até a pecuária. A empresa conta com a Cibra omimex group, um parceiro estratégico na área de fertilizantes e pertencente ao grupo americano Ominex . A Cibra foi fundada em 1994 pelo grupo Paranapanema, mas, em 2012, foi vendida para o Abonos Colombianos – ABOCOL, pertence ao grupo Omimex. E, em 2014, a ABOCOL foi vendida para noruegueses.

Santiago Franco, o presidente da Cibra, anteriormente vice-presidente comercial da ABOCOL, objetivou “abocanhar” 8% do mercado brasileiro de fertilizantes, com investimentos da Cibra omimex group de até US\$ 80milhões no Brasil.

Figura 2: Empresa distribuidora Syngenta - Agromano



Fonte: Amanda Júlia de Freitas Mariano – Saída de campo em Chapadão do Sul – MS. Agosto 2020.

A empresa Agromano surge em 1º de Agosto de 1998, com o desmembramento da empresa Jaraguá Agrícola. A empresa oferece consultoria e assistência técnica especializada de insumos e defensivos agrícolas, sendo distribuidor autorizado da Syngenta, uma das maiores empresas de sementes e insumos químicos (leia-se veneno) do mundo. A Agromano se constitui como uma empresa relevante no ramo agropecuário do município, tendo a unidade principal localizada em Chapadão do Sul, e outras três filiais em municípios vizinhos; Chapadão do Céu (GO), Costa Rica (MS) e Paraíso das Águas (MS).

Figura 3: Empresa de cereais e transporte - Dalbosco



Fonte: Amanda Júlia de Freitas Mariano – Saída de campo em Chapadão do Sul – MS. Agosto 2020.

A empresa Dalbosco atua em Chapadão do Sul há 23 anos, com o recebimento de produtos (soja, milho e sorgo), para secagem, armazenagem e posterior transporte dos produtos até aos fornecedores.

As figuras anteriores evidenciaram algumas empresas relevantes no setor agropecuário de Chapadão do Sul. As empresas mostram a forte relação do município com o exterior, a exemplo dos produtos de origem internacional, como é o caso dos implementos agrícolas da marca Massey Ferguson, vendidos pela empresa Mosena.

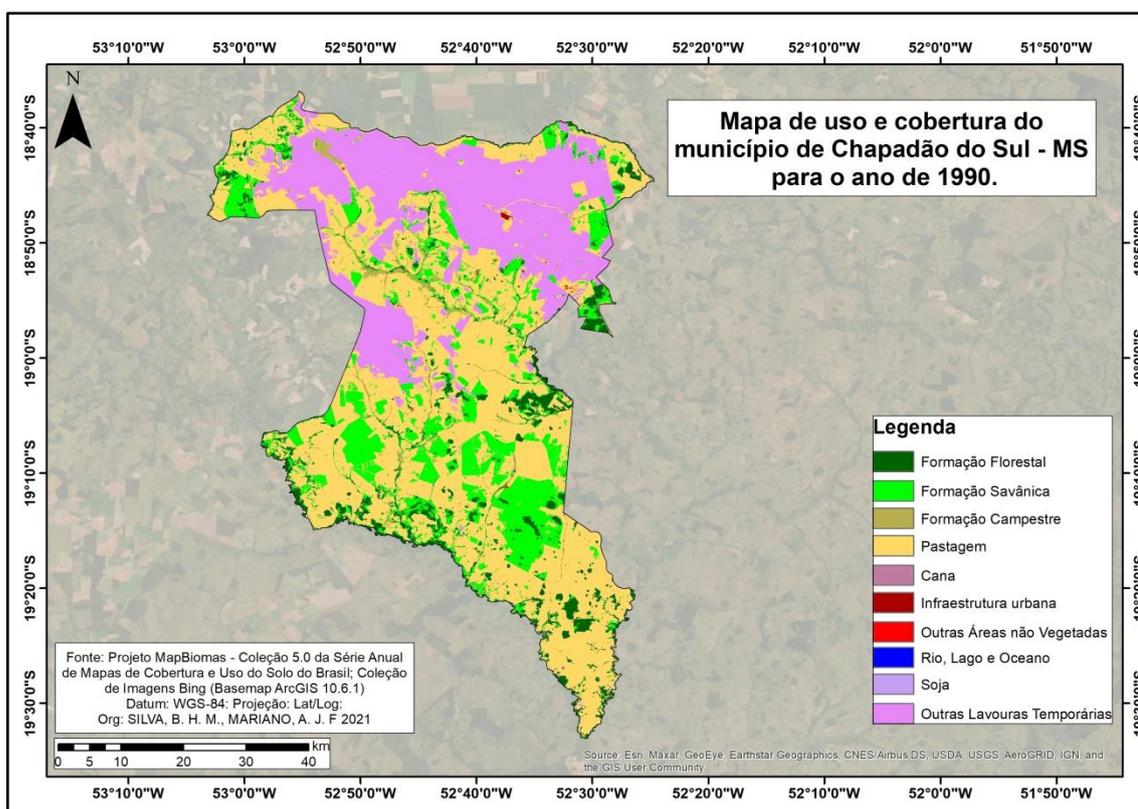
Chapadão do Sul é um município reconhecido internacionalmente justamente pela sua alta produtividade e toda a tecnologia disposta nessa produção como aponta os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em 2019. Indicando que dos 100 maiores municípios do agronegócio no Brasil, Chapadão do Sul ocupa a 77ª posição.

2.14 Série histórica com os mapas de uso e cobertura do município de Chapadão do Sul – MS, anos: 1990, 2000, 2010 e 2019

Para contextualizar o ideário pensado para o campo Chapadense, abordamos uma série histórica com mapas de uso e cobertura do município, evidenciando quais os principais usos da área rural de Chapadão no decorrer das três últimas décadas, e não por acaso a idade do município, institucionalizado formalmente em 27 de Outubro de 1987. Justamente, para expor a lógica do agronegócio imposto sobre o território de Chapadão do Sul desde a sua formação oficial.

A seguir os mapas de uso e cobertura do solo Chapadense, nos anos de 1990, 2000, 2010 e 2019:

Mapa 1: Uso e cobertura do solo no município de Chapadão do Sul – MS para ano de 1990



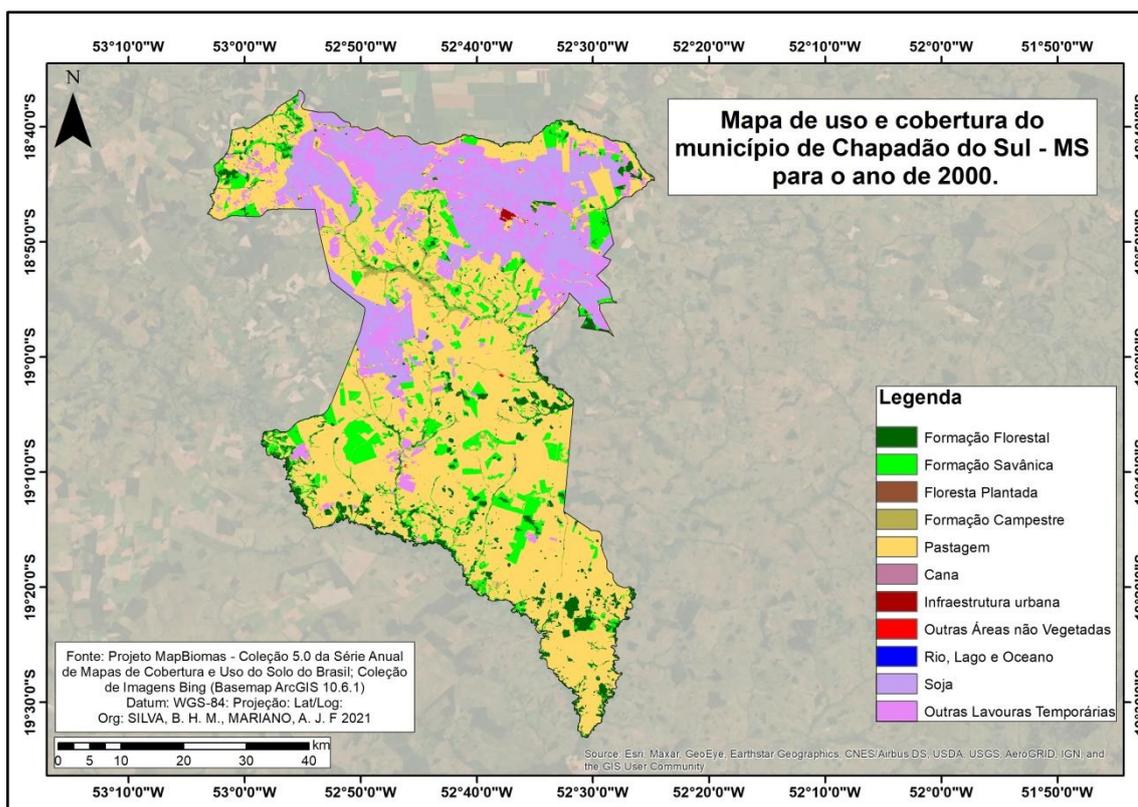
Fonte: Projeto MapBiomias

Organização: SILVA, B. H. M. MARIANO, A. J. F.

O mapa 1 nos mostra que em 1990 o núcleo urbano era quase que inexistente, afinal o município tinha recentes três anos de institucionalização. E sua área rural era tomada por pastagem, formação savânica e lavouras temporárias. Importante ressaltar que dentro dessas outras lavouras já poderia existir os

primeiros traços e tentativas de plantio de monocultivos. Relembrando a história de ocupação do município, em 1977 a família Krug deu início ao plantio de soja, sendo anteriormente, o plantio de arroz a principal cultura produzida. Estando essas culturas inseridas na tipografia de outras lavouras temporárias.

Mapa 2: Uso e cobertura do solo no município de Chapadão do Sul – MS para ano de 2000

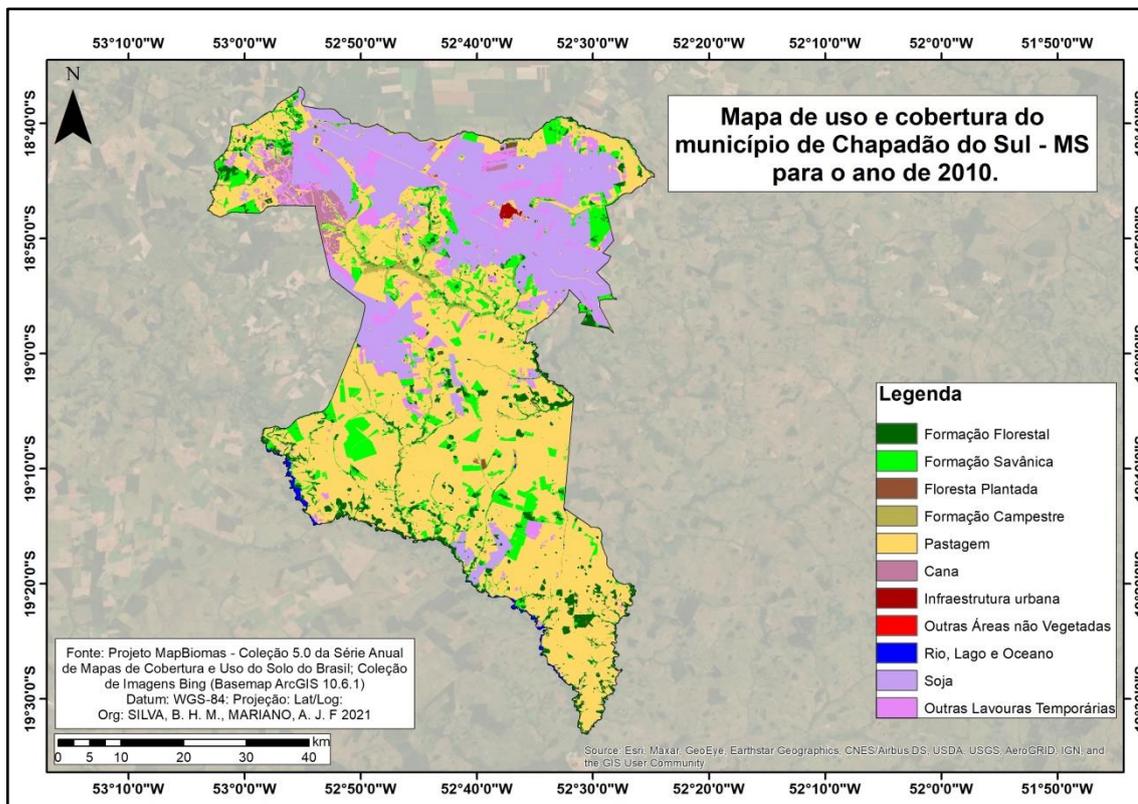


Fonte: Projeto MapBiomias

Organização: SILVA, B. H. M. MARIANO, A. J. F.

A partir do mapa de uso e cobertura do solo de Chapadão do Sul, do ano 2000, percebemos que o que antes era enquadrado como outras lavouras temporárias dão espaço ao plantio de soja, com alguns traços remanescentes de outras lavouras. Esses plantios estão concentrados na região Norte do município. E nas outras áreas do município predominam as atividades de pastagens, traços de formação florestal, savânica e soja mesclada com outras lavouras temporárias. Há também o aumento da infraestrutura urbana, ou seja, a cidade, confirmando a migração das famílias que vinham para o município e se fixavam nele.

Mapa 3: Uso e cobertura do solo do município de Chapadão do Sul – MS no ano de 2010

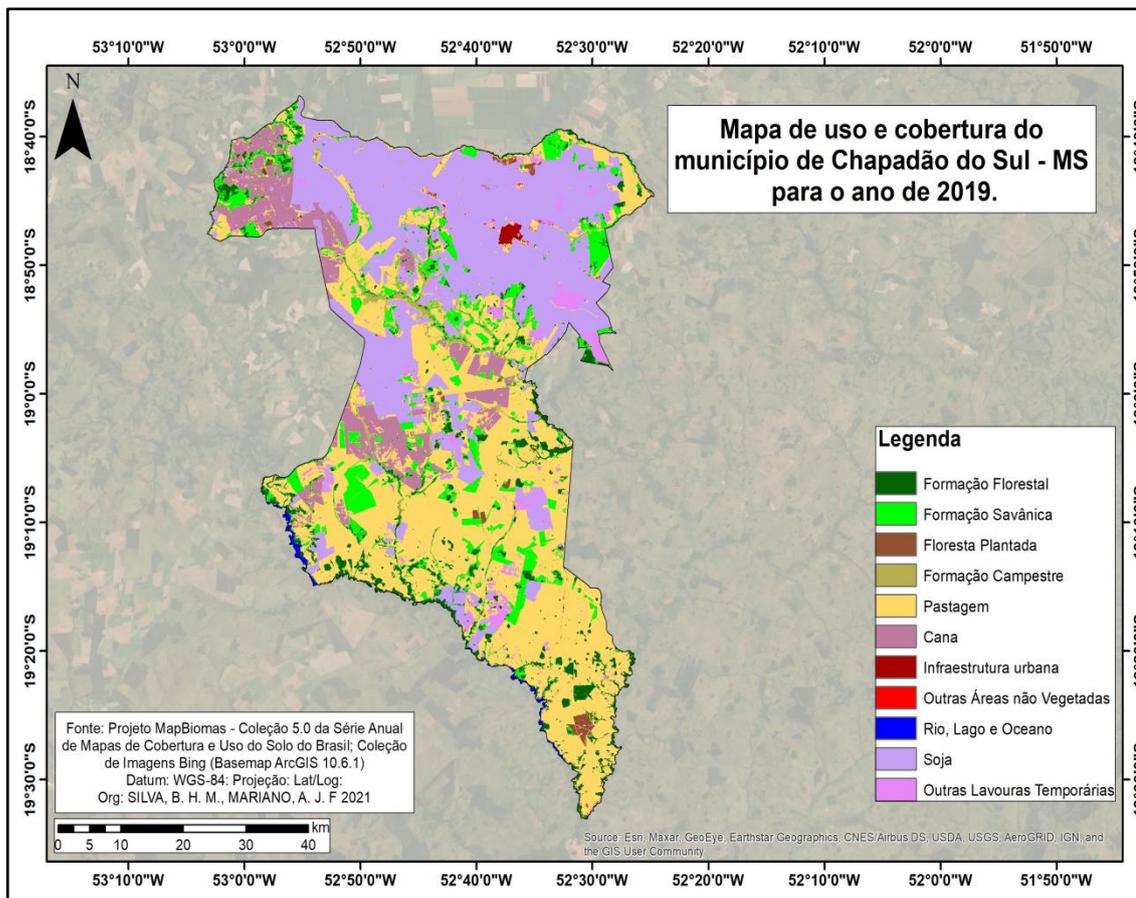


Fonte: Projeto MapBiomias

Organização: SILVA, B. H. M. MARIANO, A. J. F.

O mapa anterior, datado de 2010, denota significativo avanço do monocultivo de cana-de-açúcar no município, mas o predomínio ainda permanece da cultura de soja, a “menina dos olhos” do agronegócio de Chapadão do Sul. E dessa vez, embora a produção da sojicultura se concentre no norte do município, o mapa nos mostra o avanço dessa produção em outras áreas do município. Permanece também o aumento do núcleo urbano.

Mapa 4: Uso e cobertura do solo no município de Chapadão do Sul – MS no ano de 2019



Fonte: Projeto MapBiomas

Organização: SILVA, B. H. M. MARIANO, A. J. F.

O mapa de uso e cobertura do solo no município de Chapadão do Sul, de 2019, revela a maior mudança no perfil produtivo agrário. O mapa do respectivo ano denota o avanço da territorialização do agronegócio monocultor em Chapadão.

Embora, o município tenha sido institucionalizado com base na terra para negócio, reafirmando a lógica imposta em todo o território brasileiro, e tenha tido a produção de grãos presente desde a migração dos sulistas, é no ano de 2019 que visualizamos o maior avanço da soja e da cana-de-açúcar em quase todo o município, antes concentrados apenas na região Norte. Sendo a cultura de soja uma permanência no município, presentes desde 1977, como denota a história municipal.

A partir do levantamento bibliográfico e da análise dos mapas anteriores é gritante a territorialização do agronegócio em Chapadão do Sul. A visão capitalista sob a terra, desde a chegada dos primeiros migrantes denota o plano traçado para tornar Chapadão do Sul alto produtor de commodities. Atrelado ao contexto de

incentivos do Governo Federal para a ocupação da região Centro-Oeste. Todo este cenário fortaleceu o processo de territorialização do agronegócio em Chapadão.

3 - Cidades do agronegócio: O rural atuando sobre o urbano - contextualização do município de Chapadão do Sul-MS

Nesta seção discutiremos os desdobramentos do capitalismo agrário na cidade a partir da produção globalizada. Posto que Chapadão do Sul se formaliza enquanto município a partir da visão capitalista da terra de Júlio Alves Martins, vendo no município a fusão campo/cidade, ocorrendo no campo às produções agrícolas globalizadas, ou seja, o plantio de produtos que estão na “expansão das culturas para exportação no seio da economia global” (CARLOS, 2004, p. 9), sendo a cidade uma espécie de centralidade que irá regulamentar as demandas exigidas por esse setor agrário.

A produção agrícola globalizada atende aos moldes do sistema capitalista de produção, se materializando através da propriedade privada da terra e com o arcabouço de técnicas modernas. No Brasil, este modelo agrário exportador se apoia na Constituição de 1988, quando diz que a terra tem de cumprir sua função social. Em nosso recorte espacial de pesquisa, a visão capitalista da terra a transformou em um conglomerado de empresas rurais, que antes de tudo deve gerar lucro, tudo isso alicerçado na Constituição.

Elias (2002, p.23) alerta sobre as transformações socioespaciais geradas por esse processo de produção globalizada:

“[...] Este modelo de desenvolvimento agrícola se baseia na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação para aumentar e melhorar a produção agropecuária, culminando em memoráveis transformações econômicas e, conseqüentemente, socioespaciais. A agropecuária passa a se realizar de forma globalizada.”

3.1 Chapadão do Sul, a cidade do agronegócio

A partir das transformações produzidas por esse modelo de produção globalizado está a formação do núcleo urbano de Chapadão do Sul, e sua alta produtividade de *commodities*, além dos incentivos creditícios e da alta tecnologia disposta nessas produções, caracterizando-a como uma cidade do agronegócio. Apoiamo-nos no conceito de Elias e Pequeno (2007, p. 30) de que cidades do agronegócio são aquelas “cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções”. Dialogamos com os autores de que o processo de globalização reelabora o território para

atender as demandas de uma produção globalizada. Sendo o agronegócio globalizado integrado à economia urbana, superando a dicotomia campo/cidade.

Os autores ainda acrescentam que:

[...] As cidades próximas às áreas de realização do agronegócio tornam-se responsáveis pelo suprimento de suas principais demandas, seja de mão-de-obra, de recursos financeiros, aportes jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência técnica etc, aumentando a economia urbana e promovendo redefinições regionais (ELIAS e PEQUENO, 2007, p. 26):

Ainda sobre o conceito, os autores (p. 26) informam que adaptaram o termo de cidade do campo, de Milton Santos (1988, 1993, 1994, 1996, 2000), para cidades do agronegócio, “para classificar algumas das cidades, locais e médias, do Brasil agrícola com áreas urbanas”. Embora, Chapadão do Sul seja um município de recente formação, pouco mais de 30 anos, pequeno em extensão territorial e demográfica, o município surge a partir da visão capitalista da terra, se fazendo necessário um núcleo urbano para regulamentar as demandas burocráticas do campo.

A visão capitalista sobre a terra, intrínseca a chegada dos primeiros migrantes, fez ali emergir um núcleo urbano especializado no suporte/apoio para a produção agrária capitalista, caracterizando-a como uma Cidade do Agronegócio. Tornando o município reconhecido nacionalmente pelos altos níveis de tecnologia disposta nas produções do campo e pela alta produtividade de cana-de-açúcar, milho em grãos, soja e algodão, como aponta os dados²⁰ do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

3.2 Os indicativos de dependência da cidade ao campo, em Chapadão do Sul-MS

Posto o conceito de cidades do agronegócio, levantamos a hipótese de que em Chapadão do Sul, além da relação campo/cidade, há a dependência da cidade

²⁰“O levantamento do Ministério da Agricultura mostra ainda que os 100 maiores municípios do agronegócio, quando isolados, correspondem a 7,2% do Produto Interno Bruto (PIB) do país e 27,5% do Valor Bruto da Produção (VBP Lavouras).

Mato Grosso do Sul apresenta ainda outras nove cidades na listagem: Ponta Porã (23º lugar no ranking/11,21% de crescimento), Sidrolândia (27º/ 10,62%), Dourados (28º/6,06%), Costa Rica (49º/ 13,95%), São Gabriel do Oeste (69º/ 13,28%), Chapadão do Sul (77º/3,75%), Caarapó (90º/ 15,72%), Aral Moreira (95º/8,75%) e Laguna Carapã (96º/ 10,8%).”

Fonte: <http://www.ms.gov.br/ms-tem-12-cidades-entre-os-maiores-produtores-do-agronegocio-brasileiro/>

Acessado em: 20/09/2021 às 13:55 horas.

ao campo. Para dar sustentação a isso nos baseamos em algumas observações, registros, coleta e análise de dados. Inicialmente no processo de formação do município, já mencionado, surgindo a partir da visão capitalista da terra, indica que o núcleo urbano foi impulsionado em grande parte pelas demandas burocráticas oriundas do campo.

Conforte (2006, p. 65) caracteriza a visão capitalista de Júlio Martins:

Segundo os dados obtidos de sua entrevista, feita em 17 de agosto de 2005, o fundador Júlio Alves Martins, que exercia, na época, a função de aviador e comerciante de terras em Mato Grosso do Sul, teve oportunidade de sobrevoar as terras do atual Chapadão do Sul e foi capaz de vislumbrar como viável, do ponto de vista empresarial, a ocupação do espaço do Chapadão do Rio Correntes, nos Cerrados do Nordeste do Estado, para a expansão do cultivo da soja. Como aviador e envolvido com a comercialização de terras para os migrantes que avançavam para o Mato Grosso do Sul, teve informações a respeito da existência de terras praticamente desocupadas no atual Chapadão do Sul, consideradas na época pouco aptas à agricultura e, portanto, vendidas por baixíssimo preço de mercado, em área praticamente desabitada.

Outro indicativo do surgimento do núcleo urbano para dar apoio ao rural, é de que conforme os migrantes iam chegando ao Chapadão demandava a necessidade de uma infraestrutura básica de saúde, educação dentre outros serviços necessários à reprodução da vida. Muitos são os relatos das famílias que nos primeiros anos de sua chegada, iam para Cassilândia, município vizinho, mais antigo e com maior infraestrutura, seja para estudar ou buscar serviços médicos.

Contudo, o único interesse desses migrantes para aquelas terras era o lucro. E para isso era necessário se estabelecer ali para dar seguimento aos seus projetos relacionados à terra. Para eles se firmarem no Chapadão era necessária uma infraestrutura básica de serviços, se fazendo necessário o núcleo urbano, já que o campo seria exclusivo para a produção de commodities. Elias e Pequeno (2007, p. 26), afirmam que nas cidades do agronegócio, “[...] quanto mais se intensifica o capitalismo no campo, mais urbana se torna a regulação da agropecuária, sua gestão, sua normatização.”. Nesse sentido corroboramos com Fioravanti (2019).

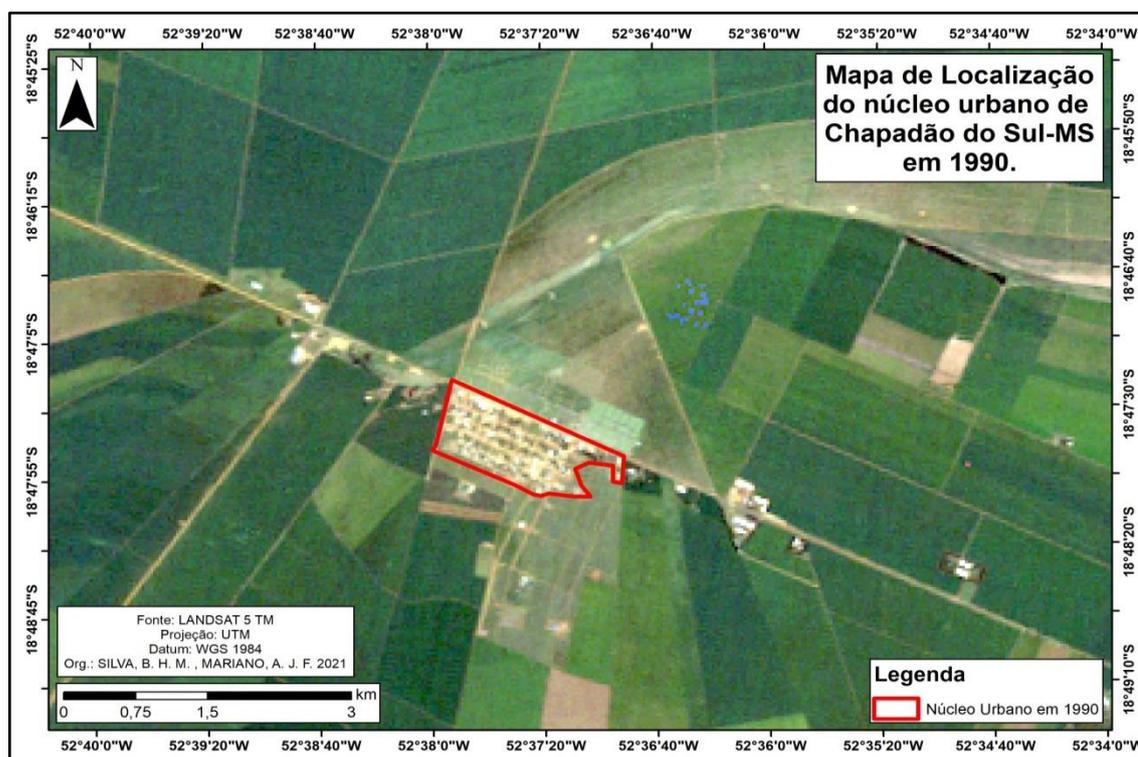
Tanto no decorrer da produção da fronteira quanto atualmente diante de um contexto de uma agricultura cada vez mais mecanizada e mundializada, os núcleos urbanos fornecem um suporte logístico às atividades ligadas à exploração agrária. Na cidade, estão concentradas atividades voltadas a atender as demandas do campo, tais como: serviços financeiros e jurídicos, assistência técnica, fornecimento de insumos e de máquinas agrícolas, armazéns e indústrias que beneficiam a produção do campo, estabelecimentos

comerciais e bancários. A cidade, no entanto, longe de ser um local passivo onde se concentram as atividades vinculadas ao campo—tanto atreladas à produção de commodities propriamente dita quanto aquelas vinculadas a infraestruturas e aos serviços especializados – foi a condição para que um campo cada vez tecnificado e financeirizado pudesse se realizar (FIORAVANTI, 2019, p. 453-454).

Outra observação que nos dá margem para acreditar nessa dependência da cidade ao campo, é o tamanho do núcleo urbano frente ao núcleo rural, pequeno em extensão territorial, como se de fato existisse, principalmente, para cumprir às demandas exigidas pelo campo.

A seguir apresentaremos uma série histórica de mapas de localização do núcleo urbano do município:

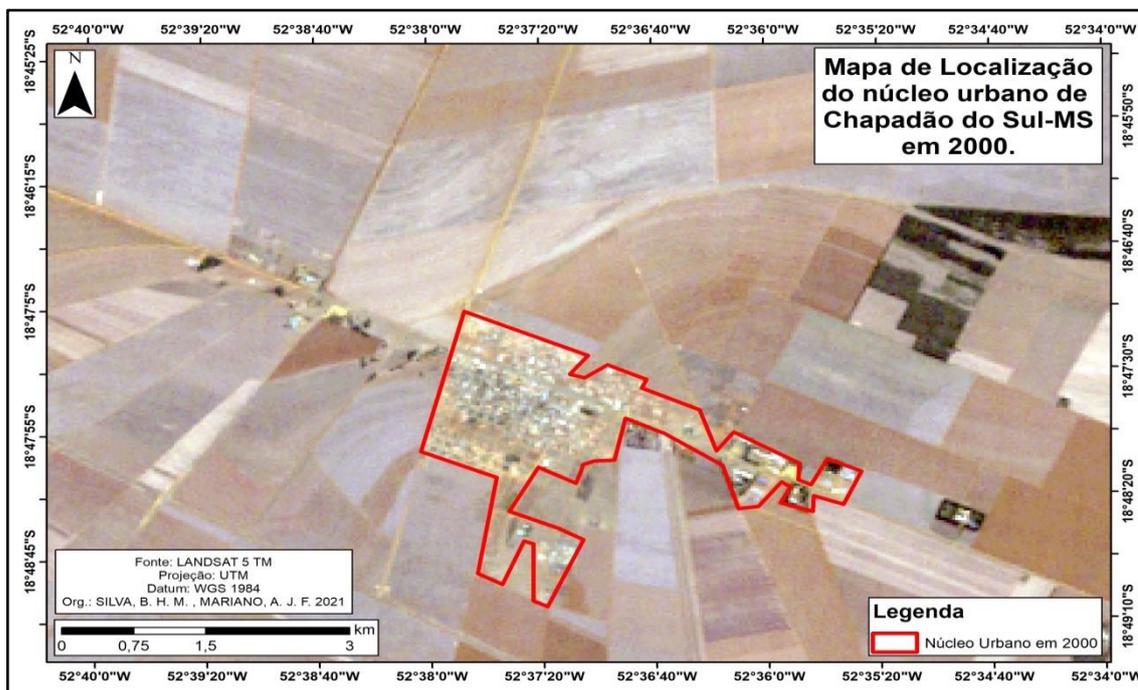
Mapa 5: Localização do núcleo urbano de Chapadão do Sul - 1990



Fonte: Projeto MapBiomias

Organização: SILVA, B. H. M. MARIANO, A. J. F.

Mapa 6: Localização do núcleo urbano de Chapadão do Sul - 2000



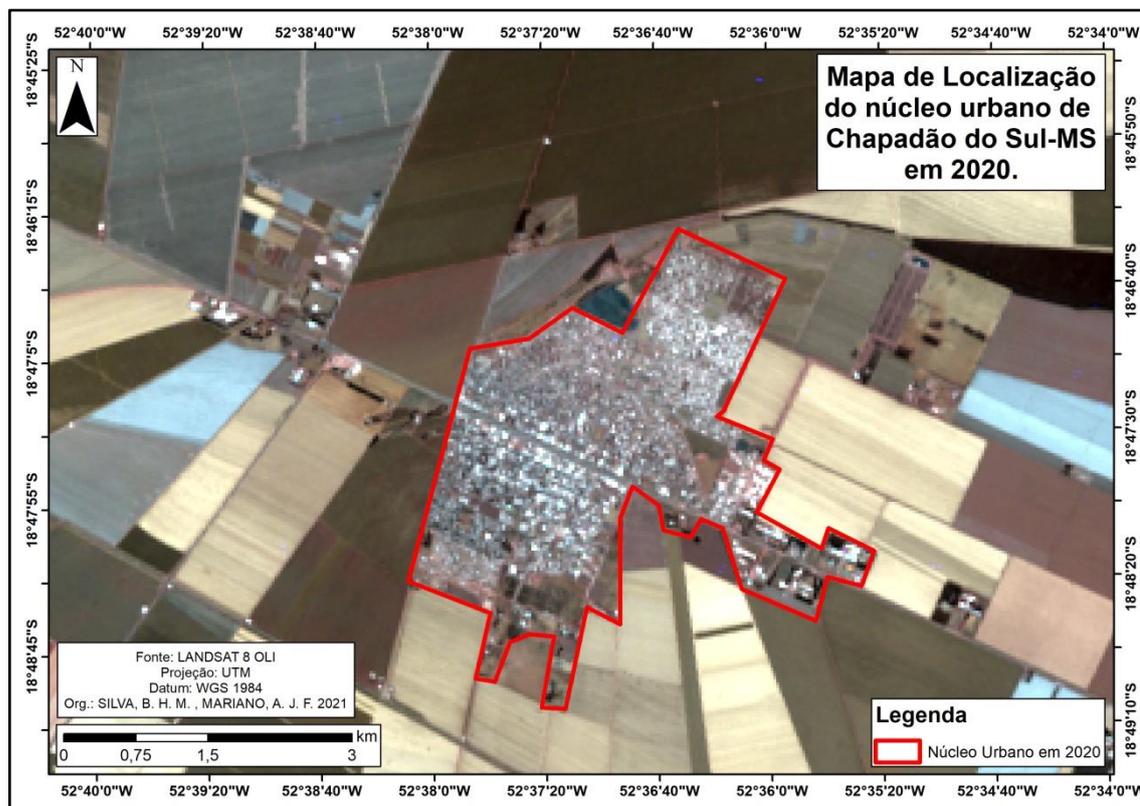
Fonte: Projeto MapBiomias
Organização: SILVA, B. H. M. MARIANO, A. J. F.

Mapa 7: Localização do núcleo urbano de Chapadão do Sul - 2010



Fonte: Projeto MapBiomias
Organização: SILVA, B. H. M. MARIANO, A. J. F.

Mapa 8: Localização do núcleo urbano de Chapadão do Sul - 2020



Fonte: Projeto MapBiomias

Organização: SILVA, B. H. M. MARIANO, A. J. F.

O mapa datado de 1990, quando o município tinha 10 anos de formação oficial, nos dá um panorama da pequena extensão do núcleo urbano, justificável pela pouca idade de formação oficial enquanto município. Mas, com os mapas seguintes notamos que o tamanho territorial pouco se alterou com o decorrer dos anos, continuando pequeno frente à extensão da área rural, como mostra o mapa de 2020. A extensão territorial apenas, não é garantia de dependência de um lugar ao outro, já que a cidade é caracterizada pela concentração demográfica enquanto o campo pela dispersão. Mas atrelado a outros registros, ela enrijece a hipótese de que em Chapadão do Sul existe a dependência da cidade ao campo.

Durante o trabalho de campo, em agosto de 2020, notamos como conteúdos do rural, as ruralidades, estavam presentes no espaço urbano, confirmando a normatização da agropecuária na cidade, alertada por Elias e Pequeno (2007). A predominância de serviços e comércios na cidade, voltados para atender o setor rural, notado ao percorrer o núcleo urbano de Chapadão do Sul, evidenciou como o setor rural impera sobre a cidade. Ou seja, é o campo quem determina a

configuração urbana; vemos isso ao observar a predominância de estabelecimentos de cultivos ligados ao agronegócio na entrada do município, a presença de grandes sacas da colheita de algodão do período, na área rural, evidencia as primeiras pistas do que encontraríamos naquele município: a intensa territorialização do agronegócio.

Para Saquet (2013), território está para além de abrigo, sendo também um receptor de investimentos. Ou seja, a agricultura capitalista se territorializa no município para auferir lucro e renda da terra.

3.3 A ideologia geográfica atuando no núcleo urbano

As inúmeras sacas de algodão na entrada do município alertam a territorialização do agronegócio. Ao adentrar o núcleo urbano de Chapadão do Sul são visíveis os elementos que evidenciam a presença latente do agronegócio atuante também na cidade. Na entrada da cidade nos deparamos com uma estátua de trator, um dos símbolos do processo de modernização da agricultura no Brasil, fazendo referência a todo suporte tecnológico presente na agricultura chapadense.

A figura 19 demonstra estátua mencionada:

Figura 4: Estátua de um trator na entrada do núcleo urbano do município de Chapadão do Sul



Fonte: Amanda Júlia de Freitas Mariano
Data: Agosto/2020

A figura anterior com a estátua do trator, símbolo do agronegócio, e outras estátuas encontradas logo na entrada do município representadas pelo chimarrão e a chaleira, são símbolos da colonização gaúcha no Chapadão do Sul. Há alguns anos um dos nomes do atual Chapadão do Sul foi Chapadão dos Gaúchos, menção aos colonizadores do município.

Por volta de 1840, havia habitantes, moradores nas fumas e que cortavam as matas para fazer agricultura de subsistência e criavam gado. A eles se juntaram alguns migrantes gaúchos, que abriram as primeiras fazendas com a intenção de fazer lavouras, juntamente com suas famílias, dentre elas, podem-se citar as famílias Sponchiado, JKrug, Zardo, Pires e Nunes da Cunha (ROCHA, 2005, p. 61).

A seguir a estátua em menção a colonização gaúcha:

Figura 5: Estátuas da chaleira e do chimarrão



Fonte: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Data: Agosto/2020

As estátuas presentes na entrada do município revelam muito além da colonização gaúcha, elas são a materialização da ideologia geográfica, onde a permanência desses símbolos “cumprem um papel de convencimento e legitimação”

do modelo agrário produtivo imposto ao Chapadão (MORAES, 1991, p. 40). Ao adentrar o núcleo urbano do município os símbolos continuam, os veículos que circulam na cidade mais frequentemente são caminhões e caminhonetes, veículos tradicionais do setor rural, pois facilita o transporte das produções, além de ser a tradicional marca dos grandes fazendeiros.

Para compreender a dialética campo-cidade comum nas cidades do agronegócio, é preciso resgatar a tradicional dicotomia feita a esses dois ao longo da história: “considerando que o campo está restrito à produção agropecuária e a cidade se volta à produção industrial e ao fornecimento de bens e serviços para a população nela residente e no seu entorno” (HESPANHOL, 2013, p.106). Para Oliveira (2004) o mesmo capitalismo que separou campo e cidade está os unindo por meio da agricultura e indústria.

Também na entrada da cidade está localizado o Sindicato Rural Patronal, maior associação ligada ao setor rural e composta por proprietários de empresas rurais do município.

A seguir a figura do Sindicato Rural Patronal:

Figura 6: Sindicato Rural Patronal de Chapadão do Sul - MS



Fonte: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Data: Agosto/2020

O Sindicato Rural Patronal é um lugar de extrema relevância no município, pois é onde ocorre as reuniões que dizem respeito ao âmbito rural de Chapadão do Sul. Também é onde acontece as tradicionais festas de rodeio do município, com

venda de gado, sementes, shows sertanejos, disseminação e popularização²¹ do arcabouço tecnológico disposto na agricultura do município.

As festividades de Chapadão do Sul, ambas ligadas ao agronegócio, são outro elemento que fortalece nossa hipótese da dependência da cidade ao campo. A tradicional festa de Exposição Agropecuária e Industrial de Chapadão do Sul, a Exposul, acontece anualmente entre o final de Maio e início de Junho. São alguns dias de festa, com atrativos ligados ao agronegócio. Na exposição tem leilões, rodeios, palestras de técnicas de agricultura (tecnificada), exposição de animais e maquinários agrícola de última geração, além de shows com artistas que exaltam o agronegócio em suas músicas.

3.4 A centralidade de coesão da Avenida Brasil

Outro elemento que indica uma possível dependência da cidade ao campo é a presença de uma avenida com serviços e produtos voltados, essencialmente, para atender o campo. A avenida Brasil está localizada na entrada de Chapadão do Sul, ao lado de uma rodovia que dá acesso as empresas rurais. Na avenida em questão está localizado o Sindicato Rural, além de diversos estabelecimentos com produtos e serviços voltados para o setor rural.

Elias e Pequeno (2020, p.113) evidenciam questões que influenciam a expansão urbana nas cidades do agronegócio:

Por conta das facilidades oferecidas pelos serviços de logística situados nas bordas das cidades, verifica-se, em muitos casos, o recente processo de deslocamento de parte do terciário pré-existente nos centros tradicionais para estas novas áreas, reforçando diferentes frentes de expansão urbana. Barreiras e Mossoró correspondem a casos exemplares da situação acima descrita, as quais apresentam nas suas franjas periurbanas, ao longo das rodovias federais, empresas de armazenamento e de transporte de cargas, assim como estabelecimentos associados a vários tipos de consumo produtivo (venda de tratores, agrotóxicos, assistência técnica etc.)

Elias e Pequeno dialogam com Colby sobre a descentralização dos serviços voltados para atender ao rural de áreas centrais. Para Colby (apud CORRÊA, 1989) dentre os motivos que geram a descentralização, estão: facilidades de transportes,

²¹ Chapadão do Sul é um município famoso pela agricultura ligada ao agronegócio, com suas modernas técnicas. Nesse contexto, também nas festas do município sempre há a difusão e publicidade dos insumos químicos, maquinários e técnicas utilizadas na agricultura, divulgando que há no município o que há de mais moderno, no que tange a agricultura.

infra-estrutura implantada, etc. Assim, é compreensível que a localização dessa centralidade de coesão seja na entrada da cidade, pois isso dinamiza o escoamento de transporte da produção. Para Corrêa (1989, p. 49) há a seletividade da descentralização e um dos motivos é:

“(d) Seletividade em termos de tamanho da cidade. A descentralização começa a se verificar a partir de uma dimensão urbana que, no entanto, pode variar em razão de peculiaridades do sítio urbano, do sistema de transporte, das funções urbanas e do nível de renda da população.

A descentralização pode gerar as centralidades. A cerca das centralidades, Spósito (1991, p. 3) afirma que até a década de 1970 as cidades brasileiras “[...] tinham praticamente um centro único monopolizador, com forte concentração de atividades comerciais e de serviços”. Contudo, esse cenário irá mudar, pois, a cidade vai se reestruturando, produzindo centralização e descentralização.

Portanto, sendo a Avenida Brasil em Chapadão do Sul, uma centralidade de coesão, havendo “[...] aquele movimento que leva as atividades a se localizarem juntas. É sinônimo de economias externas de aglomeração (CORRÊA, 1989, p. 56). Dentro das centralidades de coesão há atividades que:

- a) Apesar de não manterem ligações entre si, como as lojas varejistas de mesma linha de produtos, formam um conjunto funcional que cria um monopólio espacial, atraindo consumidores, que têm assim a possibilidade de escolher entre vários tipos, marcas e preços. As ruas especializadas em móveis, autopeças, lustres e confecções no atacado são exemplos típicos de coesão de firmas de uma mesma linha de produtos.
- b) Mesmo sendo de natureza distinta, estão localizadas juntas uma das outras, formando um conjunto coeso que pode induzir o consumidor a comprar outros bens que não faziam parte de seus propósitos. O comércio varejista do núcleo central, dos subcentros regionais espontâneos e dos *shoppings centers* constituem exemplos de atividades dispostas espacialmente de modo coeso.
- c) São complementares entre si, como se exemplifica com as associações funcionais entre fabricação, atacado de confecções, companhias de seguros, bancos, sedes de empresa e indústrias com ligações entre si tanto à montante (matérias-primas) como à jusante (mercado consumidor).
- d) Juntas criam economias de escala. É o caso das pequenas indústrias que sozinhas não teriam escala suficiente para atraírem outros industriais, produtores, por exemplo, de bens primários, firmas de serviços de reparação de e máquinas, empresas de transporte etc. As pequenas indústrias da zona periférica do centro ai se localizam em razão das economias de escala que ali existem, e que elas, por estarem juntas, ampliam.
- e) Exigem contatos pessoais face a face. Tais atividades agrupam-se, como se exemplifica com as sedes das grandes

empresas: neste caso a acessibilidade é fundamental (CORRÊA, 1989, p. 57).

A centralidade de coesão de serviços em Chapadão do Sul é uma área especializada essencialmente em serviços rurais. Embora haja a presença de serviços de outros segmentos.

Fora da Área Central, o processo de coesão gera distritos e ruas especializados: de consultórios e clínicas médicas, de móveis, autopeças, eixos industriais etc. Cada um destes distritos e ruas apresenta a mesma importância relativa um em relação ao outro. Eles não estão organizados hierarquicamente segundo a teoria das localidades centrais, mas coexistem na mesma cidade, tornando-a mais complexa, mais fragmentada, incidindo assim em uma mais variada articulação entre áreas (CORRÊA, 1989, p. 68).

Os processos de centralidades geram uma reestruturação no espaço urbano, o que para Santos (2002) é uma consequência do meio – técnico – científico, quando há a dissociação da produção, circulação, distribuição e consumo, também alterando a produção social do local (SOUZA, 2019).

O período técnico – científico – informacional influencia na disposição das atividades, “[...] de acordo com a lei de mercado” (SOUZA, 2019, p. 29), sendo o capital grande responsável pela organização espacial urbana. Para Elias e Pequeno (2007) o período técnico – científico – informacional gerou, no Brasil, o intenso processo de urbanização.

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA, 1989, p. 36).

A formação de uma centralidade de coesão, com serviços voltados para atender o campo é extremamente necessária em uma cidade do agronegócio com a relevância de Chapadão do Sul, pois “[...] as cidades próximas às áreas de realização do agronegócio tornam-se responsáveis pelo suprimento de suas principais demandas, seja de mão-de-obra, de recursos financeiros, aportes jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência etc” (ELIAS e PEQUENO, 2007, p. 26).

Foram realizadas entrevistas²² em cinco lojas/empresas na centralidade de coesão da Avenida Brasil, para compreender melhor a dinâmica e relevância dessa Avenida em Chapadão do Sul:

A seguir as figuras das lojas onde foram feitas as entrevistas:

Figura 7: Mosaico com imagens dos estabelecimentos comerciais da Avenida Brasil



Fonte: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Data: Agosto/2020

Figura A: Jaraguá Peças Agrícolas; **Figura B:** Paiol Produtos Agropecuários; **Figura C:** Tenoar Aviação Agrícola; **Figura D:** VetMano Produtos Agropecuários; **Figura E:** Trato Nutrição Animal

A partir do trabalho de campo e das entrevistas na centralidade de coesão da Avenida Brasil constatamos a relevância dela não apenas para setor rural de Chapadão do Sul, mas também para os municípios vizinhos, fruto do agronegócio

²² Todas as entrevistas foram gravadas em áudios com autorização, após uma breve apresentação da aluna/entrevistadora, e sobre o que se tratava a pesquisa.

globalizado, que gera forte integração à economia urbana, provocando redefinições regionais (ELIAS e PEQUENO,2007).

Apesar do agronegócio se caracterizar nos estabelecimentos com intensa concentração de terra, produção de commodities em larga escala e para exportação, além de dinamizar todo o setor rural e urbano de seu entorno, notamos que a centralidade de coesão da Avenida Brasil é relevante não apenas para esse modelo de agricultura, mas também para os pequenos produtores rurais e para produtores que têm as suas produções ligadas à pecuária²³.

As entrevistas foram feitas nos comércios da Avenida Brasil e em empresas ligadas ao setor rural. Ao entrevistar os gerentes, funcionários e proprietários do estabelecimento, ficou ainda mais nítida a relevância do agronegócio para a população. O famoso slogan “O agro é pop, o agro é tudo” está penetrado no imaginário popular, é nítido, pois, a frase “o agro não para” estava presente de forma direta (como foi o caso da primeira entrevista) ou indiretamente nas entrevistas.

No final da primeira entrevista foi feita a pergunta:

Com a pandemia causada pelo Vírus Covid 19, as vendas diminuíram?

A resposta do vendedor foi direta “Não, não, o “agro” não para, né?”.

3.5 Agronegócio versus Pandemia

Vimos que mesmo com o agravamento da pandemia da Covid 19 no Brasil, as produções ligadas à agricultura capitalista não pararam. O agronegócio manteve-se ativo, porém, em nenhum momento se preocupou com os danos causados pela pandemia, manteve-se as produções de commodities. Contudo, é preciso criticidade quanto a esses processos; como já abordado, esse modelo de agricultura é extremamente violento, excludente e provoca inúmeros danos ambientais e sociais.

No transcorrer da história brasileira muitos fatos e acontecimentos se desenvolveram: lutas, revoltas, “revoluções”, ditaduras, golpes militares, período de redemocratização, eleições diretas e etc. Entretanto o Brasil nunca superou seu “sentido”, ou seja, um território que se encontra inserido num espaço, num “sistema sociometabolismo do capital”, que define sua inserção no mercado internacional. Nesse “sentido” o tripé da formação social brasileira continua atual: as diversas formas da superexploração do trabalho (até 1888, trabalho escravo), latifúndio, agro exportação. São as bases atuais do agronegócio no Brasil hoje. Eram as bases do Brasil colônia, da plantation (MAZIN, 2016, p. 80).

²³ A pecuária também é um modelo de agronegócio, mas abordamos diferenciando-a das outras produções ligadas ao agronegócio, no município.

Assim, mais uma vez confirmamos há quem serve esse modelo de produção agrícola: às grandes corporações, empresários e produtores. Os impactos sociais e econômicos da pandemia seguem latentes, muitas pessoas perderam seus empregos, seus estabelecimentos de comércio, e o número de pessoas em situação de miséria e vulnerabilidade aumentou significativamente. A fome no país triplicou, na realidade, ela sempre foi uma questão social grave no Brasil. Mas nos governos petistas (Lula 2003-2011, Dilma 2011-2016), especialmente no governo do Presidente Lula, os índices referentes à fome e à miséria do Brasil diminuíram consideravelmente. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA, o Governo Lula tirou 21,8 milhões de pessoas da miséria.

Um dos mecanismos de combate à fome, no governo Lula, foi o Bolsa-Família, um dos principais programas do governo petista na área social. O Bolsa-Família foi à unificação de “três dos programas criados na administração Cardoso: o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e o Auxílio-Gás (ALMEIDA, 2004, p.15).

Lula criou o programa Fome Zero para combater a pobreza extrema. Em 2004-2005, a estratégia foi aperfeiçoada por intermédio da integração das diversas ações de combate à pobreza em único programa, o Bolsa Família. Baseado em experiências similares na esfera municipal, tal programa consiste na transferência de renda para famílias em extrema pobreza e tem como principais condições para acesso ao benefício o acompanhamento de nutrição, da saúde e da frequência escolar das crianças das famílias atendidas (BARBOSA e SOUZA, 2010, p. 6-7).

Mas desde o golpe de 2016²⁴, intitulado “impeachment”, os números referentes à miséria e a pessoas passando fome no país, voltaram a subir, tendo disparado durante a pandemia. É incoerente que em um país de dimensões continentais e conhecido mundialmente pelas suas produções agrícolas haja pessoas que passem fome. Isso decorre deste modelo de agricultura instaurado no campo brasileiro desde a colonização.

O “moderno” agronegócio faz parte da continuidade da lógica conservadora da economia agrícola capitalista remontando desde o período colonial (plantation), o qual permaneceu conservando a estrutura agrária brasileira através da modernização conservadora do período da ditadura militar, introduzindo os padrões tecnológicos da Revolução Verde como um *modus operandi* na agricultura brasileira,

²⁴ Para compreender o golpe de 2016, especialmente seus reflexos e consequências na questão agrária brasileira, visitar o dossiê “Michel Temer e a questão agrária”, da revista Okara, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/issue/view/2129>.

renovando nos anos 80 e 90 as suas principais contradições, e, atualmente chega ao topo numa fase mais complexa e desenvolvida, orientada pela divisão internacional do trabalho e pelas imposições da lógica monopolista, numa fase imperialista no mundo (SANTOS, 2016, p. 44).

A pandemia do Covid 19 escancarou o fato de que o agronegócio no Brasil não produz comida²⁵ (embora, a mídia insista em vender isso), mas sim commodities. Quem é responsável pela comida que chega à mesa dos brasileiros é a agricultura familiar.

Durante o trabalho de campo, vimos que Chapadão do Sul não foge à lógica brasileira, pois, no município as produções continuaram mesmo em meio à pandemia da COVID 19. A produção de commodities não para estando o país em crise de saúde ou não, independente se o número de pessoas em vulnerabilidade social disparou, seguem as produções agrícolas capitalistas. Nesse cenário, quem se atentou para questões sociais, agravadas pela pandemia, foi o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra, que doou três mil toneladas de alimentos em todo o Brasil. João Pedro Stédile²⁶, dirigente do movimento desnudou quem realmente produz comida no Brasil:

Vocês viram algum caminhão, de alguma fazenda do agronegócio, chegando em alguma periferia para entregar alimentos? Eles não podem fazer isso: não produzem alimentos, só produzem lucro. Só produzem commodities para exportação. Eles estão mais preocupados com a China do que seus vizinhos pobres de Paraisópolis (comunidade de trabalhadores vizinha ao bairro do Morumbi, em São Paulo) (STÉDILE, 2020).

Outra característica marcante da agricultura capitalista é toda a tecnologia disposta na produção, afim de aumentar a produtividade e maximizar os lucros. Assim, tornou-se importante e necessário analisar se toda a tecnologia²⁷ presente na produção agrícola Chapadense, também chega à cidade para a população, em forma de serviços, infraestrutura, etc.

²⁵ A produção de comida pelo agronegócio é insignificante se comparada à quantidade de terras em que ele atua. Tal produção se torna ainda mais insignificante se comparada aos dados de produção da agricultura familiar que possui menos terras para se reproduzir. Ou seja, comparando em escala de terras disponíveis em cada modelo de produção agrícola, o agronegócio possui mais terras, e produz menos comida do que a agricultura familiar produz em menos terra.

²⁶ A fala de João Pedro Stédile foi veiculada em várias mídias, assim transcrevemos na íntegra, por isso não contém a paginação.

²⁷ Quando questionamos se a tecnologia presente no campo chega à cidade, não é no sentido literal (insumos, mecanização), mas sim se da mesma forma que há tecnologia no campo para otimizar a produção, também há na cidade para melhorar a qualidade de vida da população.

3.6 As desigualdades socioespaciais em uma cidade do agronegócio

De início, ao caminhar por Chapadão do Sul, nos deparamos com a discrepância dos bairros, onde há alguns com casas extremamente luxuosas e outros com casas inacabadas. Nesse sentido, comprovamos mais uma vez que embora o município seja referência nas produções agrícolas e tenha todo aparato de tecnologia disposta nas produções, na cidade a tecnologia não chega de forma homogênea, assim como o lucro deste modelo de produção fica restrito a alguns. Em conversa informal com três pessoas diferentes, ouvimos a mesma reclamação de que a internet do município não era boa, sendo contraditório que em um município reconhecido pela tecnologia presente na produção agrícola, não tenha uma rede de internet com qualidade para a população do núcleo urbano.

De acordo com Elias (2002) a modernização do setor agrícola provocou dentre tantos impactos, o social, concentrando ainda mais a propriedade privada da terra e do capital. Ciente deste impacto gerado em cidades de intensa territorialização do agronegócio, escolhemos intencionalmente, entrevistar moradores do bairro Espatódia. Sendo ele um bairro de classe predominantemente baixa, o escolhemos para analisar a visão dos moradores frente à principal atividade econômica do município, o agronegócio.

Com as entrevistas percebemos que a população não tem magnitude de quão concentrador e excludente é este modelo agrário capitalista. Os entrevistados moravam em casas simples (como a maioria das casas do bairro) e exerciam trabalhos que não estavam ligados ao campo, mas sim, em comércios, padarias, restaurantes, e uma unanimidade entre eles é a defesa do município enquanto gerador de empregos. Questionados se a tecnologia disposta no campo também chegava à cidade em forma de serviços, ambos foram unânimes em responder que sim. Porém, em conversa informal com moradores da cidade, três pessoas reclamaram da rede de internet.

Embora, o modelo agrário de produção de commodities (agronegócio) faça circular grande quantidade de capital, seja em serviços, renda etc, esse capital fica concentrado nas mãos de poucos, assim como a propriedade privada. E na cidade, uns dos desdobramentos é a “renovada segregação socioespacial na base da sociabilidade e da produção do espaço nessas cidades”, sendo o bairro Espatódia um exemplo.

Para compreender melhor as desigualdades presentes em Chapadão do Sul iremos analisar a infraestrutura das casas de dois bairros, respectivamente os bairros Espatódia e Centro, utilizando as figuras a seguir:

Figura 8: Lateral e frente de uma casa do bairro Espatódia



Fonte: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Data: Agosto/2020

As diversas figuras das moradias anexadas aqui tem a intenção de evidenciar a precariedade das casas presente no bairro Espatódia. A figura 23 evidencia que as casas ainda está em fase de construção. Há muitas casas que ainda não estão muradas, ou estão apenas no reboco e, em algumas, ainda não possuem sequer o reboco. Pequeno e Elias (2020) denunciam que casas inacabadas ou em condições precárias são uma violação do direito a moradia digna.

Os registros fotográficos expõem a simplicidade das casas do bairro Espatódia, fato que não está minimamente presente nas construções do Centro. Abaixo estão as figuras com casas localizadas no Centro:

Figura 9: Casa luxuosa localizada no Centro



Fonte: Amanda Júlia de Freitas Mariano
Data: Agosto/2020

Figura 25: Casa luxuosa localizada no Centro



Fonte: Amanda Júlia de Freitas Mariano
Data: Agosto/2020

Figura 10: Casa luxuosa localizada no Centro



Fonte: Amanda Júlia de Freitas Mariano
Data: Agosto/2020

As figuras anteriores evidenciam a magnitude das casas de alto-padrão localizadas no Centro, enquanto a maioria das casas do bairro Espatódia são pequenas e ainda estão em fase de construção, no bairro Centro as casas possuem uma estrutura final de alto valor empenhado em sua construção, essa discrepância nas construções é “visível, até para os olhares desatentos, a “oposição” entre áreas ricas e áreas pobres” (RODRIGUES, 2007, p.75). A desigualdade social percebida através das discrepantes casas desnuda a intensa concentração de renda “resultante de processos econômicos, entre eles o desenvolvimento da agricultura capitalista, evidenciando o crescimento econômico sem divisão da riqueza, reproduzindo e aprofundando as desigualdades sociais” (MELO, 2017, p. 54).

Rodrigues (2007) alerta que as desigualdades são fruto da reprodução ampliada do capital e a urbanização capitalista faz prevalecer na cidade o valor de troca. A autora ainda acrescenta que a cartilha neoliberal acentua essas desigualdades. Em Chapadão do Sul a agenda liberal segue avançando no campo e gerando desdobramentos na cidade.

Rodrigues (2007) caracteriza a produção de uma cidade sob a lógica capitalista:

Quanto mais cidade se produz, na lógica do capital, maior o preço da terra e das edificações. A cidade-mercadoria, a mercadoria terra e unidades edificadas não obedecem à lógica da produção de objetos. O preço da terra e da cidade aumenta mesmo quando numa determinada porção de seu território não há nenhum trabalho produtivo direto (o que explica a especulação em terras vazias). A mercadoria terra urbana e a mercadoria cidade são diferenciadas de outras mercadorias. A mercadoria cidade não se aplica à análise da escola marginalista que relaciona a maior produção ao menor preço. É importante lembrar que o mercado capitalista, de terras e de edificações urbanas, não é completamente conhecido e depende de uma plêiade de proprietários privados. E assim, repetimos, quanto mais cidade se produz, maior é o preço da terra, das edificações e da cidade (RODRIGUES, 2007, p.80).

No âmbito das cidades do agronegócio globalizado Pequeno e Elias (2020) evidenciam as desigualdades sociais, apontando que o agronegócio globalizado acirra as históricas desigualdades sociais do país. Seguindo uma “racionalidade excludente e, concomitantemente ao crescimento econômico, acirra-se a concentração das riquezas geradas (PEQUENO e ELIAS, 2015, p.12)²⁸”. Os bairros Centro e Espatódia, em Chapadão do Sul, materializam onde se concentra as riquezas e onde se localiza os espaços de exclusão.

Em Chapadão do Sul é nítida as desigualdades sociais. Pequeno e Elias (2015) denunciam essas desigualdades na cidade do agronegócio Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, mas o mesmo também foi constatado em nosso recorte espacial de pesquisa; Chapadão, também uma cidade do agronegócio:

Constata-se, porém, forte concentração das infraestruturas em poucos bairros, assim como dos benefícios dos serviços disponíveis nas áreas centrais e nas proximidades dos eixos viários principais. Deste modo, concentram-se os espaços da segregação residencial dos mais ricos, gravitando em torno dos bairros pericentrais (p. 25).

Outra evidência da concentração de riquezas notada no trabalho de campo, também no âmbito das moradias, foi à construção de um condomínio de luxo, o Residencial Parque dos Eucaliptos, o primeiro condomínio fechado de Chapadão do Sul, com uma estrutura que inclui: área de lazer com quadras cobertas, de tênis e de futebol society, espaço gourmet, piscina coberta e aquecida, cinema para mais de

²⁸ O trecho em questão trata do artigo “(RE)ESTRUTURAÇÃO URBANA E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM REGIÃO E CIDADE DO AGRONEGÓCIO”, que analisa duas cidades do agronegócio; Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, na Bahia. São cidades do cerrado nordestino com intensa territorialização do agronegócio globalizado e que tem uma dinâmica agrária e urbana semelhante ao nosso recorte espacial de pesquisa: Chapadão do Sul.

100 pessoas e, o que mais chamou a atenção, dentro do condomínio (ainda em construção) há uma lagoa (artificial) que, de acordo com as propagandas do empreendimento, é para “pesca e diversão dos moradores”.

Pequeno e Elias (2015) explicam que os condomínios fechados fazem parte de um padrão de consumo novo, difundido nas últimas décadas no Brasil e, normalmente, estão presentes em cidades médias e grandes, onde o poder aquisitivo da população é alto. Mas, podemos perceber que, mesmo em cidades pequenas como é o caso de Chapadão do Sul, esse padrão se repete. Isso ocorre, pois o intenso avanço do agronegócio globalizado em Chapadão se desdobra em concentração de riquezas para alguns poucos, dando a esses a opção de auto-segregação. Replicando padrões antes exclusivos de grandes centros urbanos, como é o caso dos condomínios de luxo.

[...] é possível identificar vários processos que se repetem [...] se relacionam diretamente à forma desigual como se dá o acesso aos benefícios do crescimento econômico e da urbanização, deflagrando-se, assim, um crescimento urbano marcado por desigualdades de diferentes naturezas, especialmente no que se refere às condições de moradia (PEQUENO e ELIAS, 2015, p.17).

A seguir figuras com imagens do condomínio:

Figura 11: Entrada do Condomínio Fechado Residencial Parque dos Eucaliptos



Fonte: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Data: Agosto/2020

Figura 28: Lagoa (artificial) do Residencial Parque dos Eucaliptos



Fonte: Amanda Júlia de Freitas Mariano
Data: Agosto/2020

A seguir o mosaico com figuras da estrutura do residencial retiradas da página de propaganda do condomínio de uma rede social (facebook), disponível para o público:

Figura 29: Estrutura do Residencial Parque dos Eucaliptos



Fonte: https://www.facebook.com/Parquedoseucaliptos/photos/?ref=page_internal
Acesso em 22/06/2021, 14:51 horas

Legenda

A: Espaço de Convivência; **B:** Piscina Coberta e Aquecida; **C:** Panorâmica do projeto de entrada do condomínio; **D:** Heliponto.

A construção desse condomínio fechado de alto padrão em Chapadão do Sul, sendo, inclusive, reconhecido como um empreendimento de estrutura nunca vista antes na região, nos permite uma analogia com o modelo agrícola presente no campo chapadense: são ambos (modelo agrícola presente em Chapadão do Sul e condomínio Residencial Parque dos Eucaliptos) burguês e excludente. Esse condomínio reverbera na cidade a concentração de riquezas que já ocorre no campo chapadense. Se no campo do município o predomínio é o latifúndio, dos grandes proprietários de terra, na cidade os moradores com alto poder aquisitivo podem se instalar em um “resort inteiro” como veicula a propaganda do Condomínio fechado exposto na figura a seguir:

Figura 12: Propaganda do Condomínio Residencial Parque dos Eucaliptos



Fonte: https://www.facebook.com/Parquedoseucaliptos/photos/?ref=page_internal
Acesso em 22/06/2021, 14:51 horas

A figura anterior tem uma propaganda chamativa que evidencia as vantagens (aqui entendidas como privilégios) de adquirir um terreno no condomínio Residencial Parque dos Eucaliptos, ao invés de comprar em outras áreas da cidade. A propaganda vende a ideia de que o condomínio se assemelha a um resort²⁹ devido à alta infraestrutura. Durante o trabalho de campo, conversando com moradores do município, um deles mencionou o valor de um lote dentro desse condomínio, custando pelo menos R\$500.000.

Para Milani (2019, p. 897) atualmente os muros e sistemas de segurança radicaliza a separação espacial, pois eles impedem a livre circulação de diferentes sujeitos sociais no espaço. Chapadão do Sul é uma cidade com área de 3.250 km² e população de pouco mais de 25.000 habitantes é incomum um empreendimento da magnitude desse condomínio, se instalar em um município relativamente pequeno. O condomínio é um conteúdo que expressa a diferenciação de classes, onde há a “busca por diferenciação socioespacial dessa classe média e a conformação de um estilo de vida distintivo em relação à cidade, de maneira que o espaço urbano se tornou estratégico, uma vez que há diferenciação ligada a produção espacial”. Embora, a citação da autora se aplique a classe média, vemos, em Chapadão do Sul, essa mesma diferenciação socioespacial citada pela autora, mas com a diferença de que lá a classe alta busca um estilo de vida diferente.

Crescentemente consolidados em áreas descontínuas da cidade, os espaços residenciais fechados e controlados com sistemas de segurança atendem aos anseios dos sujeitos sociais pesquisados de fortalecer um estilo de vida cada vez mais distintivo, tanto social quanto espacialmente, em relação ao que representa como desvalorizado na cidade e que remete ao modo de vida dos segmentos populares (MILANI, 2019, p. 906).

Esta diferenciação socioespacial se torna ainda mais abrupta quando comparamos o valor de apenas um lote no condomínio fechado (podendo custar R\$500.000, e se inserirmos o valor para a construção de uma casa, o valor final da construção somado ao valor do terreno pode passar dos milhões), com um bairro popular que fica a 5 minutos de distância do condomínio. O bairro em questão é o Esplanada V que, até agosto de 2020, data em que foi realizado o trabalho de campo no município, não havia no bairro a ligação de água.

²⁹ Local que oferece hospedagem, recreação e divertimento, especialmente para pessoas em gozo de férias.

A seguir uma imagem do bairro, com algumas casas.

Figura 131: Casa popular no Bairro Esplanada V, sem a ligação de água



Fonte: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Data: Agosto/2020

Figura 142: Casa popular no Bairro Esplanada V, sem ligação de água



Fonte: Amanda Júlia de Freitas Mariano

Data: Agosto/2020

As duas figuras anteriores mostram muito além da diferenciação socioespacial, elas revelam as desigualdades socioespaciais do município, pois, enquanto há a construção de um condomínio destinado a casas de alto padrão, com lotes a venda pelo (exorbitante) valor de R\$500.000, há bem próximo dali casas que não tem o mínimo de infraestrutura, como ligação de água. Durante o trabalho de

campo foi possível observar os moradores dessas casas (anunciadas nas imagens anteriores) pegando água em galões que ficavam na frente da casa.

As casas em condições precárias do bairro Esplanada V, fazem parte da cidade informal, denunciado por Pequeno e Elias (2015, p. 25).

“Em referência à cidade que estamos denominando de informal e espontânea destaca-se que a mesma representa as partes da cidade ocupadas por grupos excluídos - as quais são marcadas pela ilegalidade fundiária, irregularidade urbanística, carência de infraestrutura e de serviços urbanos, precariedade habitacional e ausência de assistência técnica – que reúne, dentre outras formas de moradia precária, as áreas de ocupação (favelas), as áreas de risco, os loteamentos clandestinos e irregulares, cortiços, e até conjuntos habitacionais inacabados.”

Para Spósito (1996, p. 82-83) a segregação socioespacial não pode ser medida só pela diferenciação e isolamento espacial da função habitacional, mas:

Pelas dificuldades de ter acesso ao conjunto da cidade, tanto no sentido objetivo, para aqueles que enfrentam as limitações orçamentárias para o acesso às formas mais eficientes de deslocamento e comunicação, como no sentido subjetivo, tendo em vista as dificuldades de construção coletiva de uma identidade urbana.

A segregação socioespacial é um dos medidores das desigualdades sociais. Ao passo que uma pessoa não possui condições financeiras de se instalar no centro da cidade, ou em bairros com maior infraestrutura, ela procura bairros mais distantes, para poder morar, conseqüentemente (quase sempre) nesses bairros o valor de uma casa ou terreno é bem inferior ao preço do centro, mas há maior falta de serviços básicos, transporte, saúde, educação.

A partir disso, ocorre à segregação, indo além, vemos essa diferenciação socioespacial na infraestrutura das casas, onde pessoas de maior poder aquisitivo, usando o exemplo de Chapadão do Sul, compram terrenos que custam R\$500.00, isso sem acrescentar o valor da construção da casa e, na contramão, há pessoas que não tiveram condições financeiras de finalizar a construção de suas casas e, em casos mais graves, há pessoas que moram em bairros onde ainda não houve a ligação de água, um recurso essencial para a sobrevivência.

Dialogando com Pequeno e Elias (2020), os autores afirmam que nas regiões produtivas do agronegócio, do Brasil, observa-se o desenvolvimento desigual, sobretudo, no que tange à moradia.

Diante do amplo quadro de processos que caracterizam as chamadas cidades do mercado imobiliário, das políticas habitacionais e da precariedade, percebe-se que o desenvolvimento desigual se coloca como marca cada vez mais presente nas chamadas cidades do agronegócio, onde, num curto intervalo de tempo, problemas característicos da metrópole se fazem ver com amplas dimensões. No caso, a autosegregação dos mais ricos em condomínios horizontais e verticais, o atendimento habitacional insuficiente e a diversidade na precariedade das condições de moradia evidenciam o acirramento das desigualdades nestas cidades, cujas intensidades e especificidades decorrem dos processos históricos intrínsecos a cada uma delas, assim como do país como um todo (PEQUENO e ELIAS, 2020, p.130)

Castilho et al (2016, p. 268) afirmam que as cidades do agronegócio, “tendem a ser os mais vulneráveis, uma vez que suas economias são altamente dependentes de um único setor produtivo, tornando-se os elos mais frágeis de circuitos espaciais produtivos de alcance mundial, cujo comando político encontra-se alhures.

Para Pequeno e Elias (2020), nas cidades do agronegócio os interesses ligados ao setor tem primazia sobre as demais funções. Chapadão do Sul evidencia o exposto pelos autores, pois há no município grande e equipada infraestrutura para atender as demandas exigidas pelo modelo de agricultura instaurado no campo, porém, carece de infraestrutura para as baixas camadas populares. Dando consistência ao argumento dos autores, sobre o agronegócio ser prioridade nessas cidades, temos o exemplo do campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no município, onde há apenas a oferta de três cursos: Agronomia, Administração e Engenharia Florestal.

Corroboramos com Elias e Pequeno (2007, p. 26) “[...] quanto mais se intensifica o capitalismo no campo, mais urbana se torna a regulação da agropecuária, sua gestão, sua normatização”. Assim podemos compreender que a oferta dos cursos de administração, agronomia e engenharia florestal no campus do município, é dotada de intencionalidade, justamente para atender as demandas exigidas do setor rural desse município, típico de cidade do agronegócio, onde as demandas do campo são hegemônicas sobre todas as outras. Sendo mais uma evidencia da dependência da cidade ao campo.

O surgimento do núcleo urbano, a presença de uma centralidade com produtos e serviços direcionados ao setor rural, a oferta de cursos voltados para atender as demandas do campo denotam que a cidade de Chapadão do Sul

depende do campo, ressaltamos que a uma relação entre as categorias em nosso recorte de pesquisa, com o predomínio de dependência da cidade ao campo.

A magnitude das ações vivenciadas nas áreas rurais e urbanas direcionam à sua indissociabilidade, deixando ainda mais claro a relação que as envolvem e complementam, ocorrendo o encontro em um determinado tempo das relações de produção, tornando perceptível essa a complementariedade entre as categorias (NASCIMENTO, 2015, p.397).

Contudo, todas essas lógicas impostas à cidade objetivam a reprodução do agronegócio globalizado. Para Carlos (2004) a cidade é a materialização das condições gerais de reprodução do capital, enquanto para Elias e Pequeno (2015, p.16)³⁰ a cidade é “forma, processo e função (SANTOS, 1985) para a reprodução do capital do agronegócio globalizado e, assim, uma força produtiva para a reprodução deste”.

Concordamos que a respeito de nosso recorte espacial de pesquisa; Chapadão do Sul se aplica a teoria de ambos os autores. Afinal, a cidade surge para regulamentar as demandas do setor rural, portanto, se configurando como a materialização para a reprodução do capital do modelo de agricultura do campo (CARLOS, 2004). Mas a cidade de Chapadão também é forma, processo e função; forma, por exemplo, com a localização da Avenida Brasil logo na entrada da cidade para otimizar a logística e escoamento da produção, função quando se localiza apenas na cidade órgãos burocráticos necessário a este modelo de produção, e processo pois ela é resultante de processos que ocorreram no campo.

A partir das análises ficou notório quão desigual e contraditório pode ser uma cidade do agronegócio, assim como é no campo. Nessas cidades há sempre um discurso de progresso, modernidade e qualidade de vida, indicando que o famoso marketing de “o agro é pop, o agro é tudo” é verdadeiro. Contudo, o exposto desnudou esta falácia de sucesso econômico e, sobretudo, social presente nessas cidades, pois o lucro e a tecnologia disposta nas produções das cidades do agronegócio são direcionados e, assim, como a distribuição de terra, o lucro desse modelo de agricultura fica concentrado nas mãos de poucos, não chegando aos

³⁰ Elias e Pequeno discordam de Carlos (2004), no artigo: (RE)Estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio. Porém, ao discordar, os autores ressaltam que se opõem a Carlos (2004) sobre caso específico da cidade do agronegócio de Luis Eduardo Magalhães, um dos recortes espacial de pesquisa do artigo em questão.

pequenos produtores do campo, e nem a massa de população que se concentra na cidade.

Considerações Finais

A maneira como Mato Grosso do Sul foi ocupado e colonizado, utilizando a terra como negócio, apenas reforça a forma como a terra foi institucionalizada no Brasil, desde a chegada dos europeus e, posteriormente, com a Lei de Terras de 1850.

O modelo de ocupação adotado no Mato Grosso do Sul revela a apropriação capitalista da terra, com amplo apoio financeiro e legislativo do Governo federal, por meio dos programas criados para incentivar a ocupação na região, as leis, decretos e incentivos governamentais delinearam um cenário propício para a territorialização do agronegócio.

Esse modelo de agricultura se mostra insustentável do ponto de vista social e ambiental. Com os programas de ocupação das áreas de Cerrado na região Centro-Oeste, grandes áreas do Mato Grosso do Sul e de outros estados da região foram destruídas, antes mesmo de serem estudadas e conhecidas.

Assim, conclui-se que Mato Grosso do Sul foi formado (em 1977 ele se torna um estado independente de Mato Grosso) no seio da agricultura capitalista, com a modernização (conservadora) da agricultura, atrelado às políticas federais que propiciaram a perpetuação da concentrada estrutura fundiária. Os extensos latifúndios com predomínio de pastagens deram lugar para as modernas empresas rurais, com a aplicação de técnicas para aumentar a produtividade nos monocultivos.

Embora, a agricultura capitalista se apresente como o que há de mais moderno no que tange à agricultura, ela ainda remonta o período colonial do país, com a produção em latifúndios de bens primários para a exportação. Do ponto de vista técnico, o moderno desta agricultura está nas técnicas, nos insumos químicos, na mecanização da produção com o uso de máquinas e tratores, mas do ponto de vista ambiental e social o uso de todos esses instrumentos é o que há de mais arcaico, colaborando com a destruição do meio-ambiente e a perpetuação da pobreza social, onde há poucos com muitas terras e muitos sem nenhuma terra para a sua reprodução social e identitária.

É nesse contexto que se dá à constituição do município de Chapadão do Sul, reafirmando todo caráter capitalista que foi a dado a terra desde os primórdios do Brasil. Embora seja um município de recente formação, pouco mais de 32 anos,

Chapadão do Sul é a materialização do agronegócio, onde a concentração fundiária “reina” e a maior parte da produção agrícola é para atender ao mercado de commodities, sendo o núcleo urbano regulador das demandas exigidas no campo.

O discurso do “agro é pop, o agro é tudo”, está impregnado de forma intensa no imaginário de toda a população, mesmo daqueles que não se beneficiam do lucro extraído da terra, tal é a forma com que o agronegócio se infiltra nas mídias, nos veículos de comunicação, vendendo o discurso de que até mesmo a comida que chega à mesa dos brasileiros é produzida por ele (agronegócio). Em Chapadão do Sul a população “compra” esse discurso, mesmo que o forte da agricultura capitalista não seja a produção de alimentos, mas sim, de commodities.

É difícil imaginar outra realidade para o município de Chapadão do Sul, que não seja essa onde a territorialização do agronegócio seja intensa e latente em todos os segmentos, pois, o município foi pensado sob a ótica capitalista da terra, para se transformar de fato no que é hoje.

Portanto, concluímos que o município foi formalizado sob a ótica do capitalismo agrário, para ser de fato o que é hoje. As atividades ocorridas no campo se desdobram na cidade, sendo o núcleo urbano regulador das demandas burocráticas advindas do campo. Contudo, a questão mais gritante são as desigualdades socioespaciais na cidade, embora, o campo esteja rodeado de tecnologias para otimizar a produção e aumentar os lucros, a renda dessa produção é tão concentrada quanto as terras do município, sobrando para a cidade e a população profundas desigualdades.

.

.

Referencias Bibliográficas

ABREU, S. de. **Planejamento governamental: A SUDECO no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições.** São Paulo, USP, 2003. (Tese Doutorado em Geografia).

ALMEIDA, M. H. T.. A política social no governo Lula. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 70, p. 7-17, 2004.

ALMEIDA, R. A. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. **Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul. 1ed. São Paulo: Expressão Popular**, v. 1, p. 103-134, 2011.

ALVARENGA, C. R. **A verdadeira história de Cassilândia.** Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília Ltda, 1986.

AZEVEDO, J. R. N.; Thomaz Junior, A. O merchandising do agrohidronegócio; programas e eventos em torno da agroindústria canavieira. **ENTRE-LUGAR**, v.4, n.8, p. 35-45, 2013.

BARATELLI, A. E. S. **A dinâmica do processo de expansão do eucalipto e a majoração do preço da terra no município de Três Lagoas.** Três Lagoas: 2019. 71 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2019.

BARATELLI, A. E. S. & MARIANO, A. J. F. A expansão do eucalipto na Microrregião de Três Lagoas/MS entre os anos de 2013-2017. **Simpósio Internacional e Simpósio Nacional de Geografia Agrária (ANAIS)**, Recife –PE, 2019.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir; GARCIA; Marco Aurélio (org.) **Brasil: entre o Passado e o Futuro.** São Paulo: **Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo**, 2010, p. 6-7.

BECKER, B. K. **Amazônia.** Série Princípios, 3ª edição, São Paulo:Ática, 1994.

BELTRÃO SPOSITO, M. E.. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista de Geografia.** Dourados: AGB, 1996, p. 71-85.

BIANCHINI, O. da C. D.. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso, 1880-1940.** Editora Ufms Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul, 2000.

BRAND, A.; FERREIRA, E. M. L; ALMEIDA, F. A. A. Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos. **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, v. 23, p. 23, 2005.

CARDOSO, A. S. R.; DE SOUSA, R. A. D.; REIS, L. C.. O agro é tech, é pop, é tudo: o (des) velar dessa realidade. **Geosul**, v. 34, n. 71, p. 836-857, 2019.

CARLOS, A. F. A.. A questão da cidade e do campo. Teorias e políticas. **Mercator**, Fortaleza-CE, v. 5, p. 8-13, 2004.

CASTILHO, R. et al. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 18, p. 265-288, 2016.

CASTRO, S. S. de; ABDALA K.; SILVA, A. A; BORGES, V. A expansão da cana-de-açúcar no Cerrado e no Estado de Goiás: elementos para uma análise espacial do processo. In: **Boletim Goiano de Geografia**, 2010.

COLUSSI, J., WEISS, C. R., de SOUZA, Â. R. L., & de OLIVEIRA, L. (2016). **O agronegócio da soja: Uma análise da rentabilidade do cultivo da soja no Brasil**. Revista ESPACIOS| Vol. 37 (Nº 16) Año 2016.

CONFORTE, A. C.. **Arranjo Produtivo Local da Soja em Chapadão do Sul**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). UCDB. Campo Grande.

CONFORTE, A. C.; LE BOOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Formas de aprendizagem e produção do conhecimento em um arranjo produtivo local da soja no cerrado**. 2006.

CORRÊA, R. L. et al. **O espaço urbano**. São Paulo: editora Ática, 1989.

COSTA, S. H. G.. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DOMINGUES, A. T.. O setor agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul: desdobramentos e perspectivas. **Revista Tamoios**, v. 7, n. 2, p. 21-36, 2011.

DOMINGUES, A. T.; JÚNIOR, A. T.. A territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 34, p. 138-160, 2012.

ELIAS, D.. Globalização e agricultura no Brasil. **Geo UERJ**, n. 12, p. 23, 2002.

ELIAS, D. Globalização e Agricultura. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica**, v. 1, n. 1, p. 13-32, 2013.

ELIAS, D.; PEQUENO, R.. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 25-39, 2007.

ELIAS, D.; PEQUENO, R.. (Re) estruturação Urbana e Desigualdades Socioespaciais em Região e Cidade do Agronegócio. **GEOgraphia**, v. 17, n. 35, p. 10-39, 2015.

FACCIN, A. C. T. M. **Complexo soja no Mato Grosso do Sul: competitividade regional e vulnerabilidade territorial**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2017.

FABRINI, J. E.. A posse e a concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008. P.53-79.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C.. Políticas fundiárias no Brasil. **Roma: FAO**, 2012

FIGUEIREDO, C. V.; SOUZA, J. G.. A monocultura canvieira: entropia da paisagem e elisão fiscal no município de Rio Claro-SP, Brasil (2000-2008). **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 11, n. 22 Abr., 2016.

FIORAVANTI, L. M.. Concentração fundiária e dinâmica imobiliária em uma cidade que já surgiu como negócio: um estudo a partir de Primavera do Leste, MT. **Geosul**, v. 34, n. 71, p. 448-472, 2019.

FREDERICO, S.. O novo tempo do cerrado. Expansão dos Fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

FREITAS, W. A. DE; MELLO, M. de . A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a redefinição nos usos do território. **Sociedade & Natureza** (UFU. Online), v. 26, p. 471-482, 2014.

GUIJARRA, M. A. de O.. AS Diferentes Formas de Ocupação/Exploração da Porção Meridional Sul-Mato-Grossense e as Implicações à Cobertura Vegetal Original Entre os Anos de 1880–1985 O caso do município de Dourados-MS. Glória de Dourados, 2008³¹.

GOLDFARB, Y.. Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina. **Revista NERA (UNESP)**, v. 18, p. 11-37, 2015.

HARVEY, D.. A arte da renda: a globalização e transformação da cultura em commodities. **Desígnio: Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo, São Paulo: Annablume**, n. 4, p. 27-40, 2005.

³¹ O trabalho não apresenta menção em relação a sua tipografia: TCC, monografia, artigo. Por isso optamos por disponibilizar o link do trabalho: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Impactoambiental/44.pdf>.

HARVEY, D.; SOBRAL, A. Ubirajara. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola, 1992.

HESPANHOL, A. N.. O desenvolvimento do campo no Brasil. **Geografia agrária**, 2007.

HESPANHOL, R. A Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 12, n. 2, p. 103-112, 2013.

KER, J. C.. Latossolos do Brasil: uma revisão. **Revista Geonomos**, v. 5, n. 1, 1997.

KUDLAVICZ, M.; ALMEIDA, RA de. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS. 2011.177 f.** 2011. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

LAMOSO, L. P.. Dinâmicas produtivas da economia de exportação no Mato Grosso do Sul-Brasil. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 10, n. 21, p. 33-47, 2011.

LEITE, A. Z.. Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de GINI/Land concentration analysis in Brazil: challenges and limits of the Gini index. **REVISTA NERA**, n. 43, p. 10-28, 2018.

LOPES, C. R.. **CATIVEIROS DE PAPEL: DESERTOS VERDES, PAPELEIRAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO DE TRÊS LAGOAS/MS (2009 – 2015)**. (Tese de Mestrado em Direito). Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2016.

LORENZON, A. M . L. **Chapadão do Sul: os pioneiros**. Chapadão do Sul: Gráfica e Editora Art Graf, 2003.

LUIZ, L. F.. **Questão Agrária, Programa Nacional de Crédito Fundiário e Desdobramentos para o Campesinato na Microrregião de Três Lagoas (MS)**. Três Lagoas: 2020. 341 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2020.

MARIANO, A. J. de F,; TEIXEIRA, J. C.. A Territorialização do Agronegócio no Município de Chapadão do Sul–MS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, p. 421-440, 2020.

MORAES, A. C. R.. **Ideologias geográficas**. Annablume, 2005.

MORAES, A. C. R.. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.

MOREIRA, D. L.. Dos Espaços 'vazios' ao processo de colonização particular: Uma breve História do processo de ocupação do Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. **Revista de Ciências Humanas e Sociais Pitágoras**, v. 3, p. 1-12, 2015.

_____. **POR UMA NOVA HISTÓRIA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICOADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ-MS (1953-1964)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História). UFGD. Dourados. 2015.

MORENO, G.. **Os (Des) Caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso**. 633f. Tese de Doutorado. FFLCH USP. São Paulo.1994.

MOTA, J. M. **Territórios e Territorialidades Guarani e Kaiowa: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade**. 406f. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Brasil. 2011.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **“Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados-CAND:(1943-1960)**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

NARDOQUE, S.I; ALMEIDA, R. A. de. **DATALUTA/MS Banco da terra Relatório 2013. Três Lagoas: LABET/UFMS, 2014.**

NARDOQUE, S.. A relação campo-cidade: abordagem sob o prisma da questão agrária. In: SPOSITO, Eliseu Saverio; SILVA, Charlei Aparecido da; SANT'ANA NETO, João Lima; MELAZZO, Everaldo Santos. (Org.). **A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. 1ªed.Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016, v. único, p. 255-286.

NASCIMENTO, W. P. do. **REDE URBANA NO RIO GRANDE DO NORTE/BRASIL: CIRCULAÇÃO DE INSUMOS E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS ENVOLVENDO A CIDADE DE MOSSORÓ. ANAIS III CIMDEPE, 2015, p. 391.**

NETO, T. E.; DA CRUZ, K. K. C. Os resultados da parceria estratégica Brasil-China para o fortalecimento comercial da cadeia produtiva da soja no Mato Grosso do Sul 2003-2013. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 4, n. 2, p. 56-77, 2014.

Novaes, H., Mazin, Â. D., & Santos, L. (Eds.). (2016). *Questão agrária, cooperação e agroecologia. Outras Expressões*, 2016.

OLIVEIRA, B. C.. **Política de Colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. 1999. 243f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Assis, 1999.

_____. **Histórias que (re) contam História: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2013.

OLIVEIRA, B.C.; JUSTINO, V. O projeto colonizador na região da Grande Dourados: encontro e desencontros na malha fundiária. **Revista de Geografia**. Campo Grande – UFMS, n. 5, pp. 10-14, 1997.

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela, p. 27-64, 2004.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, v. 2, n. 21, p. 113-156, 2005.

_____. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p.63-137

PEIXINHO, D. M. et al. Reestruturação espacial: a interação do local e global - o exemplo da soja. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia/GO, 2003

PEQUENO, R.; E., D.. Estruturação urbana e questão da moradia nas cidades do agronegócio. **GEOTEXTOS (ONLINE)**, v. 16, p. 109-136, 2020.

PEQUENO, R.; ELIAS, D.. Estruturação urbana e questão da moradia nas cidades do agronegócio. **GeoTextos**, v. 16, n. 1, 2020.

PEREIRA, M. C; MICHELS, I. L; RODRIGUES, J. D.; CAMPELO, E. H. R.; MEURER, R. A expansão da cadeia sucroalcooleira em Mato Grosso do Sul. In: XLV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais**. Londrina: UEL, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W.. Dos Cerrados e de suas Riquezas. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 30, p. 88-95, 2015.

_____. Dos Cerrados e de suas Riquezas. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 30, p. 88-95, 2015.

_____. Geografia da riqueza, fome e meio-ambiente. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inês Maria (Org). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. P.207-253.

PORTO-GONÇALVES, C, W.; CUIN, D. P.. Os Cerrados e os Fronts do Agronegócio no Brasil. **CONFLITOS NO CAMPO BRASIL**, v. 2017, p. 74-85, 2017.

ROSA, M.. Oligarquias agrárias, o Estado e o espírito do neoliberalismo no Brasil. **Cultura y neoliberalismo**. Buenos Aires: Clacso, p. 111-125, 2007.

ROCHA, J. R. da. **Chapadão do Sul (MS): um espaço construído no contexto da soja**. 137f. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2005.

ROCHA, J. R. da; PESSÔA, V. L. S.. A soja transformando Chapadão do Sul. **Sociedade & Natureza**, v. 19, n. 1, p. 107-121, 2007.

RODRIGUES, A. M.. Desigualdades socioespaciais–a luta pelo direito à cidade. **Revista cidades**, v. 4, n. 6, 2007.

SACHS, I.. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 75-82, 2001.

SANTOS, M. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. In: Santos, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec. 1996. p. 186-207

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, S. F.. A Questão Agrária no Brasil: da Revolução Verde ao Agronegócio. **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**, p. 39, 2016.

SANTOS, S. F.. **A Questão Agrária no Brasil: da modernização conservadora ao Agronegócio**. In: Henrique Tahan Novaes, Angelo Diogo Mazin, Laís Santos. (Org.). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular - Outras Expressões, 2015, v. 1, p. 7-408.

SANTOS, T, A.; NEVES, J. C. ; MELO, A, . Notas para uma crítica geográfica das ideologias: A modernidade truncada e a vertigem do progresso no município de Três Lagoas-MS. **REVISTA NERA (UNESP)**, v. 23, p. 343-361, 2020.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVA, W. G.. A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas: uma análise a partir da criação da colônia agrícola nacional de Dourados em 1943. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 31, p. 26-42, 2016.

SOUZA, P. R. de. **Direito de laje: análise de conflitos normativos desde a positivação do direito a moradia à responsabilidade civil**. 2019.

SPOSITO, M. E. B.. Estructuración urbana e centralidade. **Anais do III Encontro de geógrafos da América Latina**, 1991.

SPOSITO, M. E. B.. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista AGB**, n. 4, Dourados, 1996.

STÉDILE, J. P. **Questão agrária no Brasil**. 10.ed. São Paulo: Atual, 1997.

STUMPF, J. H.; BERGER, C. R.. O impacto do programa Bolsa Família no combate a fome e a desigualdade social no Brasil. **PROJEÇÃO, DIREITO E SOCIEDADE**, v. 10, n. 2, p. 43-51, 2019.

TEIXEIRA, J. C.. Os efeitos socioespaciais da expansão canavieira na bacia hidrográfica do Rio Ivinhema no Estado de Mato Grosso do Sul. **Tese de Doutorado – UNESP. Presidente Prudente** 2015.

TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N.. A Região Centro-Oeste no contexto das mudanças ocorridas no período pós-1960. **Revista Eletrônica AGB-TL**, p. 52-66, 2006.

TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N.. A trajetória da pecuária bovina brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, p. 26-38-38, 2014.

TEIXEIRA, J. C.. **A expansão canavieira na bacia do rio Ivinhema-MS (2003-2015): efeitos socioespaciais..** 1. ed. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2017. v. 1. 209p

SITES

<http://www.chapadaodosul.ms.gov.br/>

<https://www.douradosagora.com.br/noticias/politica/prefeito-de-chapadao-do-sul-e-condenado-por-improbidade>

[Sistema Brasileiro de Classificação de Solos / Humberto Gonçalves dos Santos ... \[et al.\]](#)

[– 5. ed., rev. e ampl. – Brasília, DF : Embrapa, 2018. 356 p. : il. color. ; 16 cm x 23 cm.](#)

<https://www.embrapa.br/tema-solos-brasileiros/solos-do-brasil>

[MATO GROSSO DO SUL \(1990\) Atlas Multirreferenci
a l, S E P L A N C T / M S](#)

<https://alfonsin.com.br/grupo-americano-faz>

[cibradeslancharnopas/#:~:text=Com%20o%20objetivo%20de%20abocanhar,1%2C3%20biC3%A3o%20em%202016.](#)

sul21.com.br/areazero/2020/08/mst-doa-3-mil-toneladas-de-alimentos-durante-pandemia-dever-historico-com-trabalhadores-da-periferia/